

O GRUPO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL PROPÕE ESPAÇOS DE ELABORAÇÃO COLETIVA E CRIAÇÃO ARTÍSTICA EM DIÁLOGO COM O CAMPO SOCIAL. NO LIVRO CIDADE LUZ, APRESENTA CARTOGRAFIAS, CONVERSAS E AÇÕES SIMBÓLICAS, RESULTANTES DO ENCONTRO COM DIFERENTES PESSOAS QUE VIVEM, ATUAM E PENSAM O PROCESSO DE REABILITAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO.

BAIRRO DA LUZ X "CRACOLÂNDIA" X PROJETO NOVA LUZ: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, O PAPEL DA MÍDIA E DAS ONGS, DESAPROPRIAÇÕES, IMÓVEIS LACRADOS, ÁREAS DESOCUPADAS, SISTEMA JUDICIAL CONIVENTE, DESVALORIZAÇÃO HUMANA, COSMÉTICA URBANA, SECRETARIA DO ESTADO DE CONFINAMENTO.

CIDADE LUZ

UMA INVESTIGAÇÃO-AÇÃO NO CENTRO DE SÃO PAULO



cidade luz cidade imobiliária cidade confinada cidade invisível cidade possível

Patrocínio



PETROBRAS

Realização



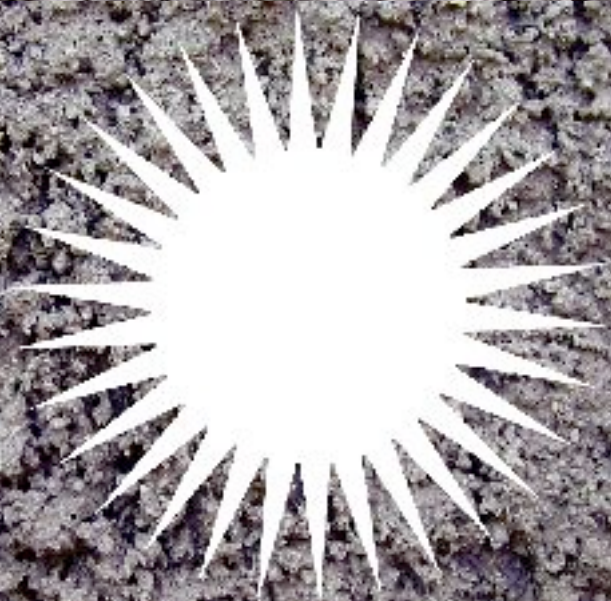




UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL







Agradecimentos

Moradores do bairro da Luz, Fórum Centro Vivo, Márcia, Marina, Foz, Anderson Lopes Miranda, André, Tarcísio, Walter Tabax, Nelson Chê, Fábio Weintraub, Pádua Fernandes, Isaumir Nascimento, Yili Rojas, Oliver Cauã Cauê, Diogo, Matias M. Mickenhagen, Thiago Benicchio, Polly Rosa, Geandre Tomazoni, Fabiana Prado, Felipe Brait, Cleiton e todos os participantes da ação “Traga Sua Luz”. Raquel Rolnik, Osvaldo, Fátima Freire, Wilson Gouveia, Jorge Eduardo Rubies, Paulo Rogério de Souza, Cássia, Paulo Ney, Luiz Sobral e todos os comerciantes do bairro da Luz que nos concederam entrevistas. Suely Rolnik, Conceição Paganele, AMAR, Paulo Romeiro, Isadora Tsukumo, Natasha Menegon, Instituto Pólis, Luiz Eduardo, Cineclubes Pólis, Leia Cassoni, Rubens Beçak, CMI, Contrafilé, Frente 3 de Fevereiro, Bicletada SP e BijaRi.

Marília Alvarez e Miguel Salvador. Família Messina e Ricardo Carioba. Hidely Ciglioni Martins Costa e Nestório Martins Costa Filho. Maria do Valle Pereira, Célia Toledo Lucena e Júlio Cardoso. Eleusa Maria Cavalcante, Luiz Augusto Consonni e Silvia Badran Consonni. Lígia Faceto, Federico Geller, Elenira Affonso, Patrícia Cardoso, Mariah Leick, Antônio Brasileiro.

Agradecemos especialmente à Bê Carvalho pela eterna parceria, ao Domênico Coiro pelo texto inédito, ao Pedro Guimarães pelo texto, performance e leitura crítica e ao Eric por todas as contribuições ao longo do nosso processo. À Maurinete Lima, Dedê Lourdinha, Lia Zatz e Alicia Alvarez pela leitura crítica e imensa colaboração. Ao Peetssa pelas fotos da ação “Traga Sua Luz”.

À equipe da Funarte pela parceria e confiança.

O COLETIVO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL – PI REALIZA PROJETOS DE EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO COLETIVA DE ARTE DESDE 2004. CRIA PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO NO ESPAÇO URBANO QUE COLOCAM OS PARTICIPANTES COMO ATIVOS NA DINÂMICA DA CIDADE, CONTRA SUA PERPETUAÇÃO COMO ESPAÇO DISSOCIADO DA VIDA, TORNANDO VISÍVEIS POSSIBILIDADES E DESEJOS DE TRANSFORMAÇÃO NO SENTIDO DA CRIAÇÃO DE VIDA PÚBLICA. O COLETIVO ENTENDE QUE É NO EXERCÍCIO COTIDIANO DE UM OLHAR ÍNTEGRO CAPAZ DE RELACIONAR INFORMAÇÕES E INTERVIR NA REALIDADE, QUE SE CONSTITUI A POSSIBILIDADE DE PRODUZIR SENTIDOS, E NÃO APENAS REPRODUZÍ-LOS.

O POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL, NESTE PROJETO, É COMPOSTO POR CIBELE LUCENA, DANIEL LIMA, EDUARDO CONSONNI, JERUSA MESSINA, JOANA ZATZ MUSSI, LUCIANA COSTA, MARIANA CAVALCANTE, RAFAEL LEONA.

Impressos 1.000 exemplares
Distribuição Gratuita

Copyleft

Copyleft é uma forma de proteção dos direitos autorais que tem como objetivo prevenir que não sejam colocadas barreiras à utilização, difusão e modificação de uma obra criativa. É livre a reprodução para fins não comerciais, desde que o autor e a fonte sejam citados e esta nota seja incluída.

Externo Política do Impossível.

Cidade Luz: uma investigação-ação no centro de São Paulo,
São Paulo: Editora PE, 2008.

150 p. : il.

Português.

ISBN

I. Arte Contemporânea – Século XXI – Brasil. Educação.
Arte Pública. Intervenção Urbana. Urbanismo. I. Coletivo Pública
do Impossível. II. Título.

CDD: 7.09
CDD: 7.037

INTRODUÇÃO

1.0	CIDADE LUZ	012
1.1	NOVA LUZ, UMA DISTOPIA	022
1.2	TERRITÓRIOS EM DISPUTA - CONVERSA COM RAQUEL ROLNIK	026
2.0	CIDADE IMOBILIÁRIA	042
2.1	CARTOGRAFIA ESCALA 1:1	044
3.0	CIDADE CONFINADA	054
3.1	SECONFI	056
3.2	CONFILAND	064
4.0	CIDADE INVISÍVEL	080
4.1	...CONHECER O LUMINOSO PRESERVAR O SOMBRIO TORNA-SE O IDEAL DO MUNDO...	082
4.2	CIDADE DE QUEM? - CONVERSA COM OSVALDO	088
4.3	EXÍLIOS URBANOS	098
4.4	MANIFESTO CONTRA A EXPULSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CENTRO DE SÃO PAULO	104
5.0	CIDADE POSSÍVEL	108
5.1	TRAGA SUA LUZ	110
5.2	SUBJETIVIDADE POLÍTICA - CONVERSA COM FÁTIMA FREIRE	114
5.3	A HISTÓRIA DO GRUPO PI CONTRA A SECONFI	132

INTRODUÇÃO

NOS MESES EM QUE DESENVOLVEMOS O PROCESSO NOMEADO POR NÓS DE CIDADE LUZ, CONSTRUÍMOS ESTE LIVRO QUE, COM SUCESSIVAS PÁGINAS DE INVESTIGAÇÃO-AÇÃO¹, TENTA SER PARTE DE UMA EXPRESSÃO INACABADA, MAS SINGULAR E SINCERA.

NOSSO ESPAÇO DE ELABORAÇÃO É NO GRUPAL. UMA APOSTA POR CONSTRUIR UMA CRIATIVIDADE COLETIVA QUE PERMITA, ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DO CONSENSO, COMO FORMA DE TOMAR AS DECISÕES, PRATICAR UMA POLÍTICA HORIZONTAL. OS PROCESSOS ARTÍSTICOS QUE DESENVOLVEMOS, NA CRIAÇÃO DE AÇÕES SIMBÓLICAS, ATRAVESSAM A POLÍTICA E A EDUCAÇÃO, PERMEANDO-AS, DESFAZENDO AS CATEGORIAS QUE DEMARCAM O QUE É UMA OU OUTRA DISCIPLINA. A INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA, MAS TAMBÉM TEÓRICA, NOS PERMITE, NO PERCURSO CRIATIVO, REELABORAR CRITÉRIOS E FORMAS DE OLHAR FRENTE ÀS PROBLEMÁTICAS QUE ABORDAMOS. POR ISSO VALORIZAMOS COM ÊNFASE OS PROCESSOS E ENTENDEMOS QUE, EM CERTO PONTO, TODA OBRA, TODO OBJETO FINAL, ABRE SEMPRE UMA PRÓXIMA ETAPA DE INVESTIGAÇÃO-AÇÃO.

A RELAÇÃO DO GRUPO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL COM AS PROBLEMÁTICAS DA CONVIVÊNCIA URBANA E SUAS FORMAS ORGANIZATIVAS E DE RESISTÊNCIA, NÃO COMEÇA EM UMA DATA DETERMINADA, NEM COM UM SUJEITO ESPECÍFICO. CADA UM DE NÓS À SUA MANEIRA, INDIVIDUALMENTE OU A PARTIR DE OUTROS GRUPOS², TEM LEVADO A CABO AÇÕES QUE TENTAM ENTENDER A CIDADE, BATALHANDO POR ESPAÇOS DENTRO DELA, PROVOCANDO CRÍTICAS E IRÔNICAS REPRESENTAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E POLÍTICAS. ASSIM, CIDADE LUZ CONDENA NESTA PUBLICAÇÃO UM DOS INÚMEROS PERCURSOS QUE SE FIZERAM E SE FAZEM NO INTERIOR DESSA LUTA.

1. Investigação-ação: corpos em risco no encontro com a cidade; corpos ativos; possibilidade de deslocar, interferir; construção de espaços dialógicos no espaço público; ação como algo possível, na escala da experiência cotidiana.

2. Dentro do grupo Política do Impossível participam integrantes dos grupos Esqueleto Coletivo, Contrafilé e Frente 3 de Fevereiro.

TEMOS AQUI COMO FOCO AS QUALIDADES MATERIAIS E IMATERIAIS DA OCUPAÇÃO HUMANA NO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO. PARA DESVENDÁ-LAS, ALGUMAS QUESTÕES SE APRESENTARAM: QUAIS AS FORMAS DE OCUPAÇÃO QUE ENCONTRAMOS ATUALMENTE? COMO ESTAS SE EXPLICITAM NAS PRÁTICAS URBANAS COTIDIANAS? QUAIS OS CAMPOS DE INTERSECÇÃO ENTRE OCUPAÇÃO MATERIAL E IMATERIAL, EXPRESSOS NA VALORIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO DE DIFERENTES REGIÕES DA CIDADE E NAS SIMBOLOGIAS URBANAS PRESENTES NO CENTRO? QUANDO COMEÇAMOS A NOS REUNIR COMO GRUPO PARA PENSAR O QUE SERIA TRABALHAR ESSAS QUESTÕES, NOS DEPARAMOS COM UM DILEMA: COMO NÃO FICAR APENAS NAQUILO QUE É VISÍVEL, MAS TAMBÉM ENTRAR NA TRAMA DAS RELAÇÕES EXTENSAS, INDEFINIDAS, IMPALPÁVEIS QUE SÃO PAULO APRESENTA EM SUA GEOPOLÍTICA, EM SUA COMPLEXA PROXÊMICA³?

A DECISÃO DE CENTRAR O TRABALHO SOBRE OS CONFLITOS SOCIAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SIMBÓLICOS QUE APRESENTA O BAIRRO DA LUZ, ABRIU A POSSIBILIDADE DE ATUAR NO BAIRRO AO MESMO TEMPO EM QUE COMEÇAMOS A DIALOGAR COM UMA PROBLEMÁTICA MUITO MAIS EXTENSA QUE TRANSPASSA OS LIMITES DA PRÓPRIA LUZ. O CENTRO – E, EM ESPECIAL, A REGIÃO DENOMINADA “CRACOLÂNDIA” – REVELA PARA NÓS, POR SUA DENSIDADE, QUESTÕES CONSTITUTIVAS DOS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE TODOS NÓS NA RELAÇÃO COM ESTA CIDADE.

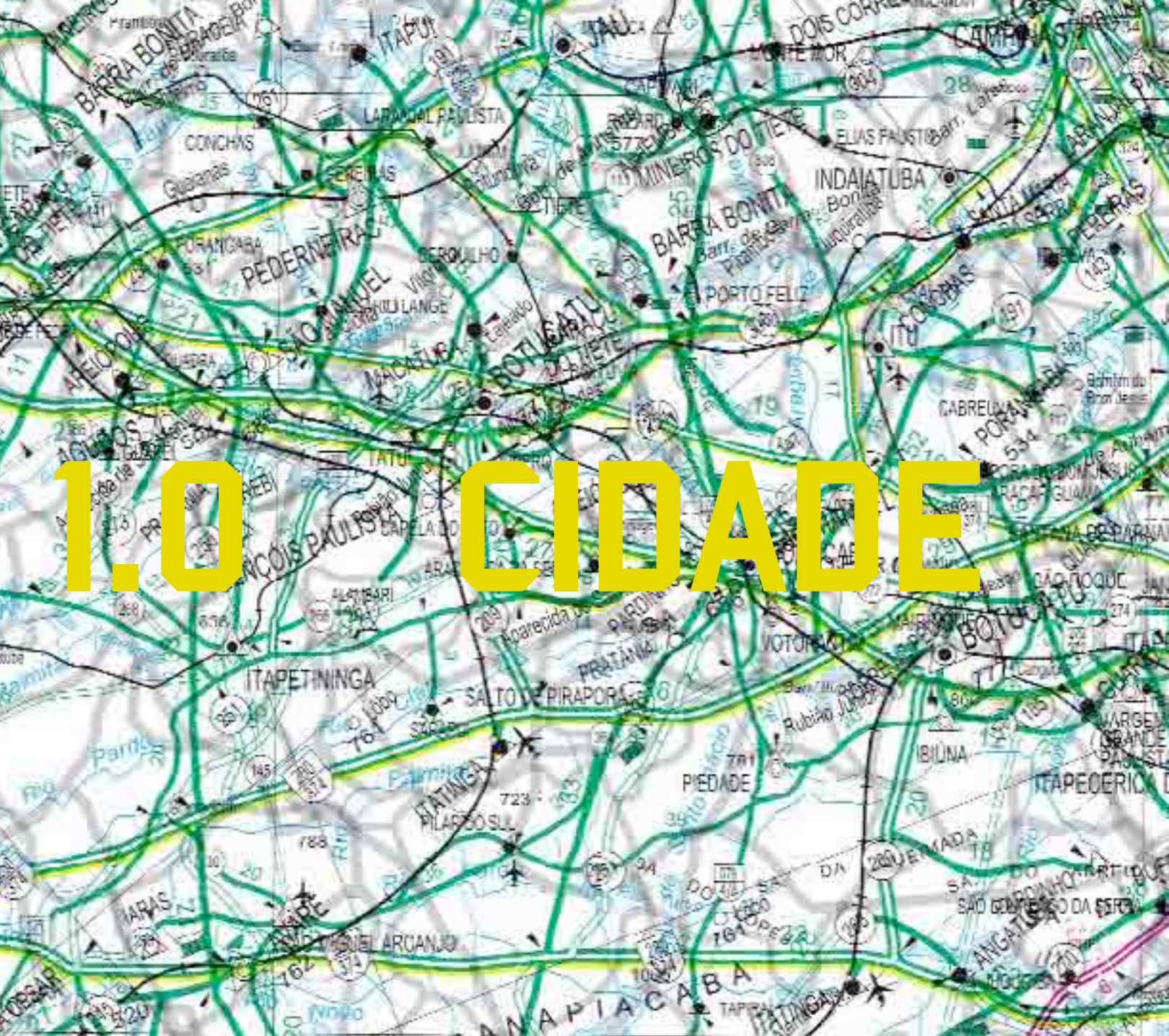
NESSE MICROCOSMO DA “VELHA NOVA LUZ” NOS ENCONTRAMOS COM AS TENSÕES DA CIDADE ESTICADAS AO MÁXIMO: UM ESTADO QUE DE UM DIA PARA OUTRO SE PROPÕE COMO “O GRANDE REPARADOR”, “O SALVADOR” DE UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA QUE ELE MESMO PROVOCOU. MAS QUE, AO CONTRÁRIO DO ESPERADO DE UMA REABILITAÇÃO DO CENTRO, INVENTA UMA NOVA “DISNEYLÂNDIA” NO LUGAR DA VELHA “CRACOLÂNDIA”.

3. Estudo das distâncias físicas que as pessoas estabelecem espontaneamente entre si no convívio social; e das variações dessas distâncias de acordo com as condições ambientais e os diversos grupos ou situações sociais e culturais em que se encontram.

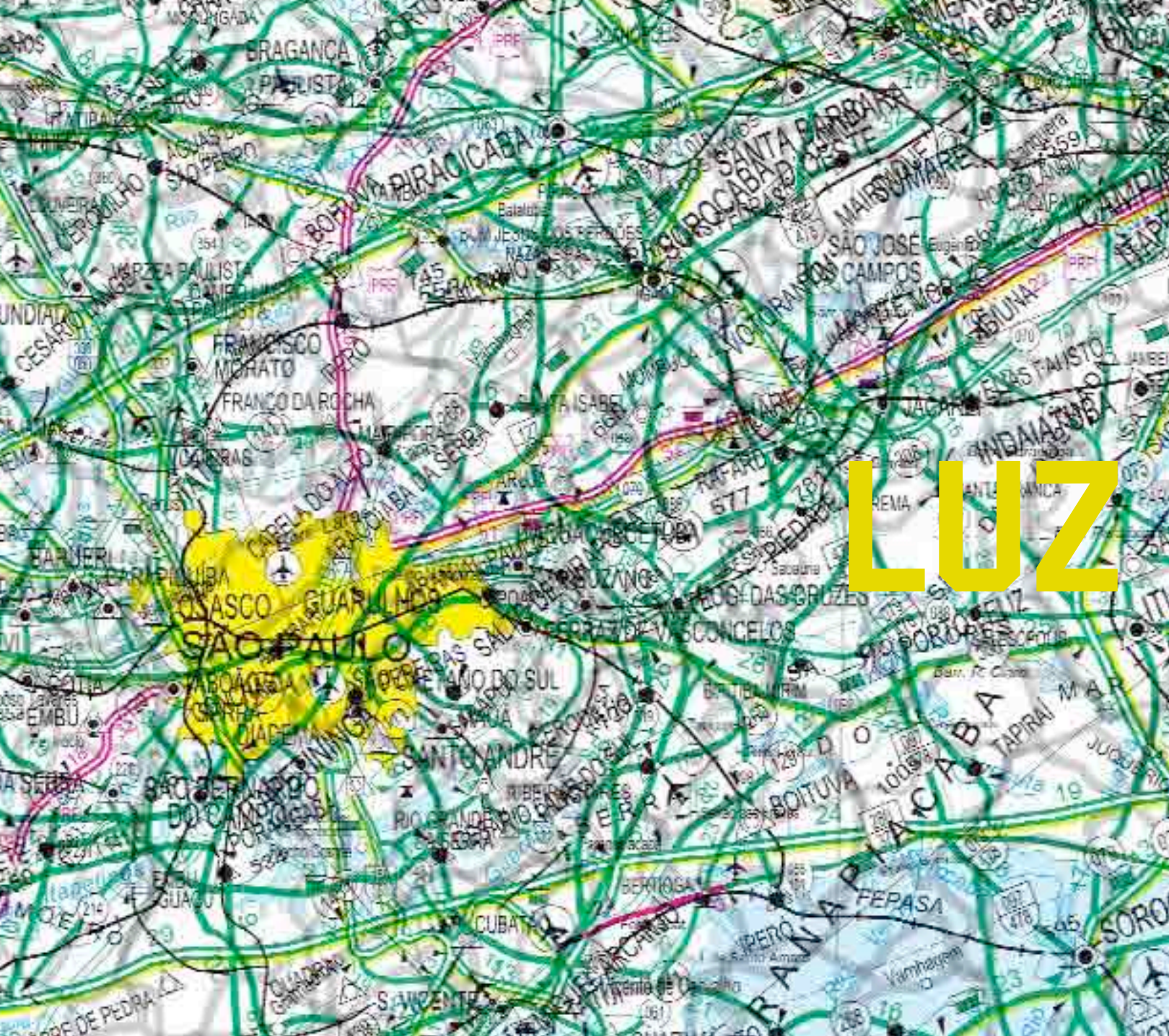
O PROBLEMA É QUE, PARA ISSO, O QUE ESTÁ AÍ HOJE NÃO PODE CONVIVER COM O “NOVO MUNDO”, DEVE SER EXPULSO, EXTERMINADO PARA QUE O TERRITÓRIO LISO DÊ LUGAR AO “SHOPPING CENTER”. ESSA REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM FUNÇÃO DA RENDA VAI EXPULSANDO UMA GRANDE QUANTIDADE DE PESSOAS QUE FICAM FORA DO PADRÃO DE CONSUMO QUE O NOVO “JARDIM” ESTABELECE. ISSO MOSTRA COMO NA CIDADE DE SÃO PAULO OS ESPAÇOS COMUNS SÃO PRIVATIZADOS EXPANDINDO AS FRONTEIRAS A PARTIR DESSE CRITÉRIO, MARCANDO LIMITES E EXPULSANDO AS PESSOAS PARA FORA DELES. DOS ESCOMBROS DA CIDADE, A “VELHA NOVA LUZ” PARECE REPETIR ESTA FÓRMULA, APAGANDO PARA ERGUER UM “NOVO” SEMPRE ELITISTA SOBRE O TERRITÓRIO. AFETANDO OS SENTIDOS DE NOSSA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO, QUE GERA O DESESPERO DE FICAR A CADA MOMENTO “SEM CHÃO”, DE VER AQUILO QUE SE CONSTITUI COMO UMA REFERÊNCIA PARA UM GRUPO, PARA DUAS AMIGAS, PARA UM PAR DE AMANTES SE DESINTEGRAR ANTE NOSSOS OLHOS SISTEMATICAMENTE, ENCHENDO-NOS DE PROMESSAS DE UM FUTURO MELHOR, MAIS MODERNO, MAIS CONFORTÁVEL, LOTADO DE PRÉDIOS DE “ALTO PADRÃO”.

SÃO ESTAS ALGUMAS DAS QUESTÕES E SENSações QUE NOS MOBILIZARAM E QUE ATRAVESSAM ESTA PUBLICAÇÃO. SOMAM-SE NAS PÁGINAS SEGUINTEZ VOZES DOS MORADORES, COMERCIANTES, POLICIAIS, ADVOGADOS, POLÍTICOS, EDUCADORES QUE NOS PERMITIRAM CONSTRUIR UM MOSAICO DO CONFLITO. ESTÁ TAMBÉM NO REGISTRO A MARCA DO REENCONTRO COM AMIGOS E PARCEIROS, PESSOAS QUE, A PARTIR DE SUA LUTA, NOS ACOLHERAM E COMPARTILHARAM AÇÕES E DISCUSSÕES DURANTE SETE MESES.

FICA ENTÃO EM ABERTO O TRABALHO PARA QUE CADA UMA E CADA UM MERGULHEM NELE COMO QUISEREM; ESPERAMOS QUE ENCONTREM AQUI SUFICIENTES RELAÇÕES, INFORMAÇÕES, REFERÊNCIAS, INCENTIVOS QUE PERMITAM AMPLIAR O HORIZONTE DE ENTENDIMENTO, CRIAÇÃO E AÇÃO.



1.0 CIDADE



LUZ

URBANISMO Na primeira etapa, medida afetará 55 imóveis na região da Luz, num dos pontos mais degradados do centro

SP começa a desapropriar 'cracolândia'

RICARDO GALLO
Especialista em Direito

Apesar de não ser oficialmente conhecida, a Prefeitura de São Paulo vai desapropriar 55 imóveis de uma área de 4.572 m² na "cracolândia", no bairro da Luz, em dois pontos mais degradados do centro de São Paulo. Será a primeira etapa de desapropriações para a criação do "Nova Luz", projeto de revitalização que prevê em 2011 pelo menos 100 mil metros quadrados de área.

A desapropriação começa em 60 dias, segundo o artigo 174 da Lei de Licitação Municipal da Prefeitura de São Paulo. Mas a obra só poderá ser iniciada após a aprovação do pedido de desapropriação por o Conselho Municipal de Urbanismo e o Conselho Municipal de Meio Ambiente. O processo judicial para a posse da área, no local, de tamanho equivalente a dois quadros, será iniciado no mês de maio de 2006, com o início da desapropriação. Há cerca de 750 moradores no terreno.

Revitalização

O terreno de 4.572 m² será revitalizado com base em um levantamento iniciado há dois meses. Segundo Marcondes, a instalação da subestação exigirá a demolição dos imóveis de um terreno com 1.100 metros quadrados, para a construção de um novo edifício. A área dos quadros também será parte do lote 118 no local, hoje, bairro degradado, com esgoto a céu aberto e lixo acumulado.

Os novos terrenos serão aproveitados para a criação de um novo bairro, com o nome de "Nova Luz". O projeto prevê a criação de um novo bairro, com o nome de "Nova Luz".

A prefeitura prepara o pedido de desapropriação, que será enviado

ao Conselho Municipal de Urbanismo e ao Conselho Municipal de Meio Ambiente. O processo judicial para a posse da área, no local, de tamanho equivalente a dois quadros, será iniciado no mês de maio de 2006, com o início da desapropriação. Há cerca de 750 moradores no terreno.

Quando a Justiça autorizar a desapropriação, o grupo seguirá a seguir a indenização e a parte correspondente aos imóveis. O pagamento às famílias será baseado no valor de mercado do imóvel. O valor qualificado para cada um dos imóveis é de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.400,00 — os imóveis são de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.400,00. A desapropriação pode levar seis meses.

Polêmica

Embora a prefeitura precise indenizar os donos dos prédios da "cracolândia", alguns de seus atuais ocupantes que protestam contra a desapropriação.

Chamado de "barraca de comércio", o grupo de comércio para vender o que sobra com a saída da área. A intenção é fazer o comércio local (uma loja de roupas, uma loja de roupas, uma loja de roupas, uma loja de roupas).

Muitos dos que não se comprometem com o projeto de revitalização, que prevê a criação de um novo bairro, com o nome de "Nova Luz".

Muitos dos que não se comprometem com o projeto de revitalização, que prevê a criação de um novo bairro, com o nome de "Nova Luz".

Muitos dos que não se comprometem com o projeto de revitalização, que prevê a criação de um novo bairro, com o nome de "Nova Luz".

O atual pedido de desapropriação da Prefeitura de São Paulo, desenvolvido pelo Conselho Municipal de Urbanismo e pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Inquilinos vão à Justiça para pedir indenização

Por Ricardo Gallo

Imobiliários obrigados a sair das áreas que serão desapropriadas em "cracolândia" podem ir à Justiça para pedir indenização pelos prejuízos. Não é possível indenizar os inquilinos na condição de inquilinos, mas a indenização será feita para o proprietário do imóvel que pagou o aluguel aos inquilinos.

De acordo com a Lei de Licitação Municipal da Prefeitura de São Paulo, o proprietário do imóvel que pagou o aluguel aos inquilinos terá o direito de indenização. O valor da indenização será baseado no valor de mercado do imóvel. O valor qualificado para cada um dos imóveis é de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.400,00.

A indenização será baseada no valor de mercado do imóvel. O valor qualificado para cada um dos imóveis é de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.400,00.

Como que está no meio dos que serão indenizados a Prefeitura de São Paulo, os inquilinos não terão o direito de indenização. O valor da indenização será baseado no valor de mercado do imóvel. O valor qualificado para cada um dos imóveis é de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.400,00.

Os inquilinos não terão o direito de indenização. O valor da indenização será baseado no valor de mercado do imóvel. O valor qualificado para cada um dos imóveis é de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.400,00.

Os inquilinos não terão o direito de indenização. O valor da indenização será baseado no valor de mercado do imóvel. O valor qualificado para cada um dos imóveis é de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.400,00.

RICARDO GALLO
Especialista em Direito

Cracolândia vai a leilão em um só lote para virar novo bairro

Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

Secretaria de Urbanismo de São Paulo vai a leilão o grupo Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

RICARDO GALLO
Especialista em Direito

Dois grupos empreendedores disputam o direito de construir um novo bairro na região da Luz, em São Paulo, num terreno de 4.572 m². De um lado está a construtora Odebrecht. Do outro, um pool de investidores capitaneado pela Company S.A., uma das maiores construtoras brasileiras do país.

O grupo Odebrecht vai a leilão o grupo Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

O grupo Odebrecht vai a leilão o grupo Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

Dois grupos empreendedores disputam o direito de construir um novo bairro na região da Luz, em São Paulo, num terreno de 4.572 m². De um lado está a construtora Odebrecht. Do outro, um pool de investidores capitaneado pela Company S.A., uma das maiores construtoras brasileiras do país.

RICARDO GALLO
Especialista em Direito

O grupo Odebrecht vai a leilão o grupo Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

O grupo Odebrecht vai a leilão o grupo Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

O grupo Odebrecht vai a leilão o grupo Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

Dois grupos empreendedores disputam o direito de construir um novo bairro na região da Luz, em São Paulo, num terreno de 4.572 m². De um lado está a construtora Odebrecht. Do outro, um pool de investidores capitaneado pela Company S.A., uma das maiores construtoras brasileiras do país.

RICARDO GALLO
Especialista em Direito

O grupo Odebrecht vai a leilão o grupo Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

O grupo Odebrecht vai a leilão o grupo Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

O grupo Odebrecht vai a leilão o grupo Odebrecht e pool comandado pela Company S.A. querem comprar terrenos para construir um novo bairro na região

12 DE MARÇO

URBANISMO

Demolição da Cracolândia terá início este ano

Pelo menos 1 das 23 quadras deve ir ao chão, governo já possui 3 imóveis na área e tem outros 10 na mira

Condição

Até o fim do ano, pelo menos um dos 23 quadras da antiga Cracolândia denominada Nova Luz, pela gestão atual, deve ir ao chão. A Prefeitura de São Paulo (SP) já possui três imóveis na região central, no quarteirão formado pelas Ruas das Quarenta, Mend e dos Trinta e Seis. Em duas semanas, a prefeitura a posse de outros dois terrenos. "Com isso, poderemos abrir processo de licitação para demolir o prédio da Associação de Negócios Jurídicos, lá na rua Mano Lame", diz o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Roberto Kassab.

O projeto de revitalizar a Cracolândia surgiu em 2005, quando o prefeito José Serra (PSDB) deu ao então secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Roberto Kassab, a missão de estudar o quarteirão. "Como de maneira do ar não são imóveis, começamos a fazer pesquisas para verificar o estado de conservação dos prédios", justificou o secretário de Coordenação das Subprefeituras, Antônio Malvarina. Por isso, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano pediu ajuda ao Conselho Agencas Juntas de Planagem Públicas

(Cajubi) para elaborar os estudos necessários para a avaliação dos terrenos.

Segundo Lemos, um processo de licitação para a venda da região da Nova Luz já foi iniciado dentro do Departamento de Desapropriação e, agora, com a ajuda dos peritos jurídicos, o processo deve ser acelerado. "A Cracolândia tem que ser quitada em meses. Vamos fazer os estudos que servirão de base para a Prefeitura fazer as licitações para os demais", afirma.

Se não houver ações judiciais, governo lida com área em 2008

No primeiro quadrante que deve ir ao chão, o prédio da sede da Subprefeitura de São Vicente, o primeiro a ser demolido, vem sendo usado para armazenamento de materiais. Além de desapropriação, o terreno será ocupado pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município (ETICOM) e um edifício da General Contabilidade será reformado para abrigar a sede da Companhia de Planejamento (COMPLAN).

A demolição total da área, de

270 mil metros quadrados, porém, só deve ocorrer depois que vierem acordados os questionamentos judiciais em relação ao terreno. Depois de aberto o processo, a região será dividida em dois lotes para licitar. Uma comissão de especialistas já está avaliando a participação da indústria construtora no processo de licitação para a obra, mas, segundo Lemos, não há nada de concreto.

No início do ano, 18 empresas se declararam interessadas em licitar a obra. A licitação será feita em duas etapas. A primeira terá a duração de 60 dias e a segunda de 90 dias. Entre eles estão a Prefeitura de São Paulo (SP) e a Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), além de abateimento de até 60% no Imposto Sobre Serviços (ISS).

SEM PERSPECTIVA

Como a área não é usada e a Prefeitura não tem recursos para fazer o projeto, não há como fazer nada além de esperar. O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, Roberto Kassab, diz que não há nada de concreto. "A Cracolândia não é um problema de infraestrutura, mas de planejamento urbano", afirma. "O projeto de revitalizar a Cracolândia não é uma obra de infraestrutura, mas de planejamento urbano", afirma. "O projeto de revitalizar a Cracolândia não é uma obra de infraestrutura, mas de planejamento urbano", afirma.

Uma maravilhosa agulhada na "cracolândia"

GILBERTO DIMENSTEIN

Ante 67 anos, com pretensões elitistas, Jaime Lerner não mudou mundialmente devido às experiências que desenvolveu em Curitiba, resolveu dedicar-se ao plano do que há de melhor da arquitetura urbana, das pequenas intervenções num ponto da cidade, que, como uma agulha injetada no corpo, também efeitos "terapêuticos". Ele vem recebendo convites de prefeituras, dentro e fora do Brasil, para dar ideias sobre como revitalizar áreas deterioradas. Um dos projetos que mais o seduzem, neste momento, é colocar uma "agulha" na inflecionada "Cracolândia", o apelido do bairro da Luz, em São Paulo. Com apoio de oito grandes construtoras, desenhou um plano para fazer daquele bairro uma espécie de incubadora de artistas e de empresas de tecnologia da informação. "Há um tempo há um lugar tão propício para trabalhar toda uma cidade."

Bairro de São Paulo, Colônia Cracolândia, 13 de novembro de 2006.

O futuro da Nova Luz já começou

O projeto Nova Luz já é uma realidade. Neste mês de outubro de 2007, 23 empresas apresentaram seus projetos e irão transferir seus escritórios para a área, que começa a se transformar definitivamente, em um novo bairro de São Paulo [...] a Luz era uma mancha negra que impediu a degradação no entorno, onde poucos tinham esperança de um dia encontrar um bairro agradável.

http://portal.prefeitura.sp.gov.br/tribuna/boletim/2007/10/0034

Nova Luz: projeto não vence a Cracolândia

Desapropriação, demolir e reconstruir do zero. Essas medidas são a base do projeto Atlas I em [...]

Boletim de Planejamento e Desenvolvimento Urbano de São Paulo, 25 de fevereiro de 2006

Nova Luz no velho centro

O secretário de Segurança Pública, Ronaldo Marzagão, afirmou na cerimônia do início da demolição dos prédios que existe a disposição de reforçar a segurança para garantir o ambiente de maior recuperação possível [...]

O Estado de São Paulo, Boletim de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, 20 de novembro de 2007

Para Kassab, cracolândia não existe mais

O prefeito Gilberto Kassab (PSDB) afirmou ontem que a região conhecida como cracolândia, no centro de São Paulo, não existe mais.

Folha de São Paulo, Colônia Cracolândia, 13 de novembro de 2006



Nova Luz

Folder de lançamento do projeto
Nova Luz da Prefeitura de São Paulo.



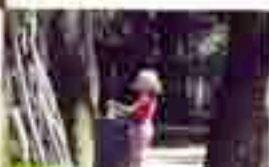


Projeto Nova Luz. Uma nova luz para a cidade. Uma nova luz para os seus negócios.

A Luz, um dos mais importantes eixos da cidade de São Paulo, concentra os setores terciário, tendo uma grande diversidade de negócios. Possui de concreto uma demanda significativa de parcerias públicas de obras e de serviços, sendo também o eixo de muitos dos importantes pólos de comércio e negócios. A região tem recebido grandes investimentos públicos de longo prazo, como o grande porto de águas esportivas públicas, o Monumento às Indústrias, sendo realizadas e realizadas. Apesar disso, alguns áreas próximas à Estação da Luz, que abrigam exclusivamente edifícios construídos, resistem mesmo de forma a serem investimento privado. A desconexão de áreas construídas próximas que, ao longo dos anos, sua ocupação se desenvolveu, permitindo a participação da sociedade privada e a implementação de projetos que permitem a desconexão e consequente requalificação.

Uma ação iniciada por meio do Prefeito de São Paulo, através de um plano de ações de requalificação, estabelece um planejamento integrado e sustentável urbano, buscando em especial melhorar a rede de infraestrutura de interesse da cidade, visando a criação de novos polos de negócios e serviços no eixo da Luz. O projeto Nova Luz constitui a primeira intenção do Prefeito de requalificar o eixo e fundar o novo eixo, com o objetivo de potencializar o eixo e criar o eixo de negócios de referência na cidade e no País. Seu planejamento e a ação geram benefícios diretos para a cidade e os negócios, criando valor para o Brasil e do mundo. Incentivos fiscais e de investimentos proporcionado que a área se torne totalmente competitiva na atração de novos negócios e investimentos, bem como o atual quadro de oferta de empregos para outros municípios.

O mais atual e importante programa de requalificação e incentivo para o centro de São Paulo.



Projeto Nova Luz

ÁGUA E LUZ NO

LOCAL INTERMITENTE
NÃO HÁ SINAL
SIMPREFEITURA SÉ

LOCAL INTERDITADO
PMS
SUBPREFEITURA SÉ



Imóveis lacrados no bairro da Luz, São Paulo, 2007. Imagens cedidas por comerciantes do bairro.



1.1



NOVA LUZ, UMA DISTOPIA

Quando olhamos para o processo de transformação por que passa o bairro da Luz e todo o centro da cidade de São Paulo, dentro de um contexto de hipercapitalismo em que as regras do mercado econômico se tornaram as regras de Estados e Nações no mundo inteiro, podemos imaginar um futuro distópico¹ em que alguns dos valores determinantes da vida em sociedade serão a padronização do comportamento das pessoas e a obediência e a submissão às forças de dominação política e econômica.

Essas forças determinarão o lugar e o valor de cada sujeito a partir de critérios como “produtividade”, “capacidade de consumo”, “dinamismo” e “competitividade”, e tornarão obsoletos e descartáveis os sujeitos inadequados. Irão segregar, confinar ou criminalizar toda manifestação de valores e de desejos contrários e fabricar o consentimento naqueles que devem ser apenas mais uma peça na máquina que mantém em funcionamento um estado artificial de felicidade. Todo o conhecimento científico e tecnológico e todo o aparato econômico e de Estado se voltarão para a produção dos meios que mantêm em funcionamento a “fábrica do consentimento”.

Mas isso já está acontecendo. As leis do "Estado de Mercado" regulam o comportamento social criando regras para o “bem comum” e, para que tais regras sejam aceitas e obedecidas, faz-se com que pareçam imprescindíveis, justificando-se, assim, as medidas repressoras que são tomadas contra os que não se enquadram e se tornam inconvenientes.

Uma das táticas utilizadas para a manutenção do poder através do controle e do consentimento parece ser hoje a criação de condições em que impera o sentimento generalizado do medo que é, muitas vezes, fabricado. O medo abre as portas para a criação de um estado de exceção² permanente em que se tolera, pelo “bem comum”, uma série de medidas anti-sociais.

Partindo da observação sobre a dominação global pelas megacorporações e instituições financeiras de caráter internacional e da constatação de que o Estado é subserviente a elas, chegando mesmo a ser uma extensão de suas próprias estruturas, investigamos neste projeto o bairro da Luz, localizado no centro de São Paulo, que sofre hoje a manifestação mais grosseira dessa dominação. É na concretização do megaempreendimento imobiliário Nova Luz³ que já podemos enxergar nossa indesejada distopia.

O Nova Luz se insere no contexto de um ambicioso projeto de revitalização do centro da cidade que a Prefeitura de São Paulo, em parceria com o Governo do Estado, pretende realizar ao custo de um endividamento milionário com o BID (Banco

1. Distopia ou “utopia negativa” é o pensamento, a filosofia ou o processo discursivo baseado em uma ficção que reflete no futuro as consequências do que vivemos agora. “A distopia é a metáfora do capitalismo financeiro.” Baseado em entrevista de Carlos Eduardo Berriel para o Jornal da Unicamp.
2. “Diante do incessante avanço do que foi definido como uma ‘guerra civil mundial’, o estado de exceção tende sempre mais a se apresentar como o paradigma de governo dominante na política contemporânea. Esse deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo ameaça transformar radicalmente – e, de fato, já transformou de modo muito perceptível – a estrutura e o sentido da distinção tradicional entre os diversos tipos de constituição. O estado de exceção apresenta-se, nessa perspectiva, como um patamar de indeterminação entre democracia e absolutismo.” Giorgio Agamben, “O Estado de Exceção”, Boitempo Editorial, 2004.
3. Ver folder do projeto Nova Luz nas páginas 16 e 17 deste livro.

Interamericano de Desenvolvimento), que prevê ainda uma contrapartida de investimentos⁴ para requalificar o que chamam de “área degradada”.

O poder público, em parceria com instituições financeiras, alguns setores da iniciativa privada e da sociedade civil, em que se destaca a Associação Viva o Centro, quer transformar o centro da cidade em um lugar “limpo”, “vigiado” e “controlado”, livre do que considera “sujeira”: o comércio informal, a população em situação de rua, os catadores de materiais recicláveis, os movimentos por moradia, enfim.

Com este projeto de revitalização pretendem, após banir⁵ do território todos os “indesejáveis”, trazer para o Centro investimentos da iniciativa privada – com ênfase no setor imobiliário –, favorecendo os setores mais ricos da sociedade, ao que se dá o nome de “processo de gentrificação”⁶.

No bairro da Luz, “com o poder da fiscalização e da lação administrativa”⁷ e partindo de um decreto de utilidade pública que determina uma área de 269 mil metros quadrados para desapropriações, a prefeitura vem fiscalizando, interditando, desapropriando e demolindo imóveis da região, para dar lugar às empresas que considera mais dignas de créditos, como agências de publicidade, call centers e empresas de cultura, tecnologia e informação. Esses créditos, que se traduzem em dinheiro público, ganham forma de descontos em impostos municipais e “certificados de desenvolvimento”⁸.

Para realizar um projeto de “utilidade pública” pouco questionada, o poder público usa a tática da propagação do medo para justificar suas intervenções e, com o auxílio da mídia corporativa, estigmatiza o bairro da Luz sob a denominação de “Cracolândia”, ignorando toda a diversidade de usos e ocupações ali existentes. Parece ignorar também que a Cracolândia, antes de ser um território (o bairro), é uma situação, uma paisagem social que não vai se extinguir sob o projeto de cosmética urbana que é o Nova Luz, mas antes se deslocar ou se espalhar para outros territórios, dando surgimento a “Novas Cracolândias”.

Se, como sociedade, continuarmos a consentir com o modelo vigente de construção de cidades, em que impera a lógica do confinamento, da segregação social e territorial e do acúmulo irrestrito de riquezas, podemos nos preparar para um futuro distópico em que o projeto Nova Luz será apenas mais uma das muitas “ilhas da fantasia padronizadas”, com vidros espelhados e blindados, muros altos, cercas eletrificadas, guaritas e catracas, câmeras de vigilância, segurança e controle 24h por dia.

4. “[...] o programa de reabilitação do Centro de São Paulo, desenvolvido com financiamento de 100,4 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrapartida de 67 milhões de dólares da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Trata-se de um empréstimo para “projeto de desenvolvimento urbano e habitacional”, segundo classificação do BID, cujo órgão executor é a PMSF.”

Instituto Pólis, “Controle social de políticas públicas: o financiamento do BID para a reabilitação do Centro de São Paulo”, 2008. Pode ser acessado em: http://www.polis.org.br/tematicas12.asp?cd_camada1=27&cd_camada2=187

5. “Em ano de eleições municipais, a prefeitura, em parceria com o governo do Estado e a iniciativa privada, lança um novo plano de revitalização e ocupação do Centro que pretende banir o lixo, a violência, os camelôs, os mendigos e os moradores de rua.” Jornal Folha de São Paulo, SP faz parceria para banir mendigos e camelôs do Centro, sobre o projeto Aliança pelo Centro Histórico. Matéria no site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1006200827.htm>.

6. “Gentrificação tem origem na palavra inglesa gentry (pequena nobreza, elite) e se refere diretamente ao processo de substituição da população mais pobre pela de mais alta renda em determinadas regiões da cidade.” Fórum Centro Vivo, Dossiê de Denúncia: Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo, 2006. Pode ser acessado em: <http://dossie.centrovivo.org>.

7. Luiz Sobral, assessor do secretário de coordenação das subprefeituras Andrea Matarazzo, em entrevista para este livro.

8. “A Lei 14.096, publicada em dezembro de 2005, garante a (...) empresas desconto de 50% no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e abatimento no Imposto Sobre Serviços (ISS), que cai para 2% para quem se instalar na região. Elas também podem conseguir até 80% do valor do investimento no imóvel em incentivos fiscais, que serão convertidos em um Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento (CID). Informações no site da prefeitura: <http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=185&c=50>.



025
Cidade Luz

"Paisagismo passa por mudanças"



Batida policial no bairro da Luz, 2007.
Imagem cedida por comerciante da região.

TERRITÓRIOS EM DISPUTA

CONVERSA COM RAQUEL ROLNIK¹

PI – Queríamos conversar com você sobre o processo de revitalização do centro de São Paulo, especificamente do bairro da Luz, sobre o que isso significa para a cidade, para as relações humanas, concreta e simbolicamente...

Raquel – A chamada revitalização da Luz é um projeto que tem mais de 30 anos, da década de 1970 e que ficou pairando na história da política urbana de São Paulo. O projeto foi abandonado e retomado umas 550 vezes, cada vez de um novo jeito até desembocar neste, que se quer definitivo. Mas do que eu vi até agora, esse projeto não vai sair, eles vêm com tudo, mas a complexidade da trama da cidade é tão intensa que não permite, mas claro que depende muito do resultado da eleição, do quanto isso vai ser uma prioridade ou não para o novo prefeito/a.

PI – Existe um projeto para esta intervenção?

Raquel – Uma vez eu estava em um evento na Espanha, no início do ano passado, e apareceu o arquiteto Jaime Leirner mostrando seus projetos. A concepção que ele tem e que é uma das que circularam em torno da discussão da revitalização, é o que ele chama de “fábrica de projetos”; quer dizer, a cidade é uma coisa inerte e o arquiteto desenha a cidade. Ele apresentou seus projetos de cidade e mostrou um para a Luz; não era um projeto acabado, era um esboço, uma coisa engraçada. Tinha um projeto de mobiliário urbano que ocuparia uma parte das ruas, uma espécie de alternativa “chique e do bem” para os camelôs, um tipo de mobiliário que se transforma à noite, se ilumina e vira outra coisa, não atrapalha, é bonito e chique. Mas não ficou nada claro o que era o projeto, eu nunca entendi realmente a proposta. Mas me pareceu que o modelo que estão fazendo é uma nova modalidade que tá acontecendo hoje em obras públicas, usada na linha cinco do metrô, aquela que desabou e que é, ao contrário de fazer um processo licitatório para encomendar um projeto executivo, depois fazer um processo licitatório para encomendar alguém que faça a obra, depois um para acompanhar a obra etc., fazem o chamado “pacotão”, ou seja, a empresa que ganha faz o projeto, a obra, faz tudo. No comecinho do governo Serra, quando o Francisco Vidal Luna era secretário do planejamento, eles estavam pensando numa coisa assim. Como desapropriar dá muito trabalho, é burocrático, lento, eles queriam fazer uma licitação para já resolver tudo, eu até dialoguei com eles, dizendo que em um processo de reabilitação você tem vários instrumentos no Estatuto da Cidade que permitem você entrar numa área e atuar em conjunto com os proprietários, sem ter que necessariamente desapropriar. Além do mais, ali seguramente tem muitos prédios há muitos anos vazios, sem cumprir sua função social, portanto não tem por que você pagar o proprietário. A desapropriação é um bilhete de loteria premiado, historicamente as pessoas adoram ser desapropriadas. E toda a luta da reforma urbana foi para colocar no Estatuto instrumentos para permitir que, se a pessoa não cumprir a função social da propriedade, ela perde a propriedade e, no entanto, eles queriam desapropriar nesse modelo de “arrasa quarteirão”. Essa é a diferença entre discutir “revitalizar” e “reabilitar”, revitalizar pressupõe a idéia de ter alguma coisa morta, o não reconhecimento da vida que existe, e normalmente a vida é de pessoas pobres, de gente que justamente

1. Arquiteta e urbanista especializada em planejamento e gestão da terra urbana. É professora da FUAUSP e Relatora Especial para o Direito a Moradia do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Foi diretora de Planejamento da Cidade de São Paulo (1989-1992), Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003-2007), e Coordenadora de Urbanismo do Instituto Pólis (1997-2002). Prestou consultoria a governos, organizações não-governamentais e agências internacionais, como UNHabitat, em política urbana e habitacional. É autora dos livros “A Cidade e lei”, “O que é Cidade”, além de vários outros artigos e livros sobre a questão urbana. Colabora regularmente com a imprensa em temas de urbanismo, tendo mantido programa diário sobre o tema, na rádio CBN SP, Rádio Nacional e, atualmente, na BandNews FM.



028

17 8:39PM

ocupou aquele lugar porque ele perdeu o interesse para o mercado imobiliário, perdeu preço e virou um lugar que pode abrigar quem não tem dinheiro para participar do mercado, ou que participa com relações muito mais informais e irregulares. Então, funciona dessa forma: prostitutas, camelôs, encurtiçados, desempregados, catadores, enfim, pessoas que existem, são reais, mas é como se não existissem. Existe uma metáfora usada, do organismo humano, que eu acho uma loucura, tratam alguns lugares da cidade como se fossem “cânceres” mesmo, “cancros urbanos”, eles têm nojo do lugar.

PI – Ontem uma amiga, que fez uma leitura crítica do nosso trabalho, comentou como é impressionante que se use ainda hoje o Decreto de Utilidade Pública; ela lembrou da experiência da ditadura militar, de como as empresas construtoras, redes hoteleiras, em acordo com o governo, expropriavam grandes quantidades de terrenos através deste Decreto e operavam de um país a outro, na América Latina e África, sempre em países sob ditadura.

Raquel – É uma coisa tão contraditória... de uma certa maneira o Decreto de Utilidade Pública é visto e lido de uma forma progressista, porque permite o estabelecimento do interesse público sobre a propriedade privada, e é uma proposta do poder público, que pode decretar e expropriar, e ao fazer isso a única coisa que o proprietário pode fazer é negociar o preço, ele é obrigado a disponibilizar a propriedade dele para o interesse público. Esse decreto foi criado pelo Getúlio Vargas. A gente entende bem a composição do governo Lula se a gente entende este momento do Getúlio; por um lado existe uma postura ultraconservadora e, por outro, uma postura muito interessada. Isso foi colocado na agenda, na política do governo Lula, a expectativa de construção de um Estado de Bem-Estar Social, escola pra todos, saúde pra todos, emprego pra todos, regulamentação das relações de trabalho, carteira assinada, férias, dignidade para o trabalhador. Imagina, no Brasil não existia rede pública de ensino, o Getúlio vai implantar a rede pública de ensino, uma rede de bibliotecas, e a idéia de que as pessoas tenham acesso a isso. O Decreto de Utilidade Pública vem dentro da construção do público, da construção da noção de Estado. O Estado brasileiro, da herança colonial até hoje, sem mudar um milímetro, é construído como um Estado de negócios privados, vai mudando um pouco a característica conforme os governos, esta característica se combina com as demais, ela não exclui as demais. Isto é a coisa mais difícil de entender na política brasileira. Quer dizer, é uma ambigüidade entre um Estado que é uma máquina construída para concentrar renda e poder, uma prática totalmente arraigada dentro da estrutura do Estado brasileiro, e uma utopia de inclusão dos cidadãos numa democracia e numa ordem onde todos participem. E na área de desenvolvimento urbano isso é impressionante, é uma máquina de concentração de renda e poder de cima a baixo, desde a política federal até políticas as locais, ao mesmo tempo, o Estado é uma máquina de produção de negócios privados. Na parte de desenvolvimento urbano, e na área de saúde isso também é claro, uma parte do capital privado se estruturou a partir da prestação de serviços para os negócios do Estado. A máquina da política urbana é a máquina de articulação de agentes econômicos envolvidos na produção de espaço, são as empreiteiras que produzem o asfalto, o sistema viário, a infra-estrutura, os prestadores de serviços, como empresas de ônibus, empresas de lixo e todo o setor de incorporação imobiliária e construção imobiliária, todos eles entranhados dentro da máquina do Estado. A linguagem da máquina do Estado se estrutura pela linguagem deles, o jeito de trabalhar a política urbana, o zoneamento. Uma pessoa que não conhece o zoneamento, que é leiga, até os meus alunos de arquitetura de segundo ano, quando pegam uma lei de zoneamento querem morrer, coisa mais complexa, obscura, intrincada, teoricamente você está falando de forma urbana, de morfologia, de continente urbano, mas não, na verdade está falando de potenciais de aproveitamento do solo, de rentabilidade da construção, de produtividade do negócio. A linguagem é moldada pelo setor. A máquina é inteiramente captada pelo setor. Então, desde o Getúlio até hoje, o Decreto e todos os outros instrumentos que a gente tem, carregam a mesma ambigüidade que o Estado brasileiro carrega, especialmente nesta área. Então, não é de se estranhar como estas coisas vão e voltam, elas vão se reapresentando ao longo do tempo.

PI – É interessante ver como São Paulo reproduz claramente esta lógica de parceria entre o Estado e a iniciativa privada. Quando a gente vê este cinturão periférico que vai se formando e se tornando cada vez maior na cidade, percebemos que permanece no Centro uma espécie de ponto que ainda não se conseguiu “exterminar”. Tem um educador que participa desta nossa pesquisa que, pensando nestes termos de linguagem, em como impregnamos uma série de valores quando falamos

“cracolândia”, chama de manifestação de resistência os meninos usando drogas naquele espaço. Mesmo reconhecidos pelo poder público como um problema urbanístico – ao ser demolido o bairro os meninos devem desaparecer – mesmo assim, estes meninos resistem, mesmo com toda a força policial, com a mídia reforçando o problema, o policial indo lá e batendo de novo, todas as ONGs tentando fazer este processo de expulsão, não à força, mas levando pela mão, mesmo assim eles voltam e voltam. Esse educador chama isto de manifestação de resistência, no sentido de que tem ali uma outra leitura a ser feita.

Raquel – Eu acho que dá para fazer uma leitura da cidade como um todo desta forma, todo território da cidade é disputado permanentemente, do Centro às periferias. Claro que do lado do setor imobiliário, e que também não é o único, são muitos os que disputam o mercado, não é uma oposição biunívoca, ou seja, mercado imobiliário versus páreas urbanas ou marginalizados ou excluídos, não é, as relações são muito mais complexas que isso, e os territórios estão em disputa permanentemente. O que eu acho mais impressionante em São Paulo é a força desta dinâmica, ela é muito intensa. E já começou assim, é a lógica do Bandeirante; e o que é o Bandeirante, símbolo de São Paulo? É um cara truculento, bandido, que veio ganhar riqueza fácil a qualquer preço; por outro lado é o cara que entra na mata, enfia o pé na lama, fala guarani perfeitamente – aqui no século XVII só se falava guarani nesta cidade –, se mistura com as índias, mora na rede debaixo da árvore, não é um fidalgo que nunca se misturou. É isto que é São Paulo, essa força de construir e de destruir também. Tudo que a cidade é hoje você pode pensar tanto do ponto de vista do Matarazzo: “O Centro virou um câncer.” Ou do ponto de vista desta outra leitura: “O Centro é um foco de resistência política.” Por isso temos que entender o processo histórico e urbanístico que aconteceu no Centro. Até metade do século XIX a cidade era única e exclusivamente a colina central entre o Anhangabaú e o Tamanduateí, aquela colina histórica. A Luz é uma extensão do final dos anos 1860, quando vão fazer a ferrovia e começam a ocupar a várzea, é a primeira expansão. Em seguida, já no final do século XIX, ocupa-se a outra colina para fazer o chamado Centro novo, ligado pelos viadutos, que é a área da Praça da República. Até então a cidade era completamente misturada, ali tinha comércio, serviços, habitação de todos os tipos, tinha os pobres, tinha tudo. Quando começa a entrar grana na cidade, o café dando certo como *commodity*, sendo exportado, vêm os investidores ingleses e franco-canadenses para investirem neste mercado, do mesmo jeito que a rede hoteleira vem nos outros anos, porque sãoavas. E pela primeira vez é lançado aqui o modelo das elites irem morar separadas em espaços segregados exclusivos, é um novo negócio, a promoção imobiliária de loteamentos residenciais fechados que vai dar, no limite, na “Confiland” atual. O confinamento atual nasce, pela primeira vez, em 1890, com o lançamento do loteamento Campos Elíseos. Não era um loteamento fechado como é agora. Como o loteamento dos Campos Elíseos se fazia segregado e exclusivo? Primeiro, a própria idéia de loteamento, porque a cidade ia se construindo na medida em que as pessoas iam chegando. Fazer loteamento para vender foi uma coisa que só começou no final do século XIX; até então o desenho do lote, como na Luz, era assim comprido, o lote “pro que der e vier”, lá dentro você pode fazer uma sucessão de casas, comércio na frente e depois um escritório. O Campos Elíseos foi feito com lote quadrado, ele foi lançado para ser exclusivamente residencial, se fez pela primeira vez uma norma, que depois ficou oficialmente consagrada no zoneamento como Z1, onde você é obrigado a usar apenas metade do lote e o resto precisa ser contornado de jardim, é obrigado a recuar da frente, o lote se retira da rua, ele se fecha em muros, se circunda por jardins e lá dentro só pode construir uma residência unifamiliar. Assim é o zoneamento da Z1 até hoje nos bairros Jardins.

PI – E de onde o Brasil importou este modelo?

Raquel – Este modelo das casas isoladas por jardins é um modelo que começou a se praticar na Alemanha, provavelmente na França também. Mas era totalmente diferente, de novo temos que entender o que foi lá e como foi traduzido pela ambigüidade constitutiva daqui. Isso foi o Campos Elísios, a burguesia se retirou do centro em um empreendimento para a elite cafeeira. Depois disso, em seguida dos Campos Elíseos, essa idéia foi subindo para a Vila Buarque, Higienópolis, que também se configuram assim, e de Higienópolis para a Paulista em 1901. Começa uma migração das elites no sentido sudoeste que nunca mais parou. Da Paulista para os Jardins, para a Faria Lima, da Faria Lima para a Berrini, para a marginal



031
Cidade Luz

Posto de gasolina antes da demolição, 2007.
Imagem cedida por comerciante da região.

9 4:06AM

Posto de gasolina sendo demolido, 2007.
Imagem cedida por comerciante da região.



do rio Pinheiros e continua naquele eixo. Do ponto de vista residencial, as elites vão se configurando. Nos anos 1920 isso é lançado como um negócio, a Companhia City, que empreendeu o Jardim Europa, o Jardim Paulista, o Pacaembú, depois Cidade Jardim, Morumbi, Alto de Pinheiros, Alto da Lapa, todas as Citys, é uma empresa imobiliária com capital franco-canadense, a companhia que fazia o serviço de eletricidade e de bonde da cidade era acionista desta companhia. Isto é o que eu já falei sobre a máquina de negócios. Agora, o conceito das Gardens City's, das Cidades Jardins, é um conceito inglês do final do século XIX, do Reiman Anwing. Qual era a discussão em plena Londres post-east-end? A cidade tinha virado uma muvuca com a industrialização, então o conceito foi uma utopia da cidade voltar a ser um espaço equilibrado, com jardins, mas pensando como bairro operário; a idéia dos bairros Jardins era um modelo urbanístico para os operários, ao contrário de ficar todo mundo no esgoto, em casas sem luz nem ar, que era a realidade naquele momento. Só que aqui virou um produto de luxo. E se você olhar como modelo urbanístico é muito legal, a não ser como aconteceu aqui, que o conceito virou residencial unifamiliar e de altíssima renda, terrenos grandes, e isso se fez através da regulação urbanística.

Teve um primeiro momento de saída da burguesia do Centro como área residencial, mas, no entanto, o Centro continuou como a centralidade das elites e a centralidade da cidade toda, isso coincidia. E houve todo um investimento no momento em que a elite saiu dali como espaço residencial, ela interviniu pela primeira vez no centro da cidade com uma operação urbanística quando fez o Teatro Municipal e o Anhangabaú. O projeto para o Vale do Anhangabaú foi a primeira operação “arrasa quarteirão”. O centro da cidade era negro, tinha ex-escravos que moravam por ali, foi tudo arrebatado para construir uma centralidade burguesa dos cafés, dos “boulevares à la Paris”, o modelo era Paris. Foi uma primeira intervenção que já tirava a vendedora da rua. Isso é muito interessante, já faz mais de cem anos que existe intervenção no centro da cidade e, ainda assim, os camelôs ficam. Eu acho que eles ganharam a guerra, porque não é de agora, você tem gestões mais truculentas ou menos truculentas, tentativas maiores ou menores de fazer algum acerto na cidade. Mas não adianta, o comércio de rua vai e volta. E volta nos centros, porque o Centro é o maior mercado. Agora, quando o Centro deixa de ser uma centralidade para as elites? É aí que começa um processo de transformação e da chamada, do ponto de vista da própria burguesia, “decadência do Centro”. Até os anos 50, 60, a centralidade era o Centro. O último lugar foi a área da República, eu ainda peguei o finalzinho, quando o lugar bonito e bacana era em volta da Praça da República, avenida São Luiz, onde existiam os cinemas, teatro... Isso começa a se deslocar para a região da Paulista e Jardins nos anos 60. É impressionante como a arte sempre é a ponta de lança. Primeiro o Museu de Arte de São Paulo, que era na Barão de Itapetininga, passa a se localizar na Avenida Paulista, em 1968 ele é inaugurado. E o Conjunto Nacional, com os cinemas. Então você tem uma saída dos equipamentos culturais, junto com os equipamentos de lazer. E é por isso que na estratégia de revitalização hoje, nessa visão, a idéia era povoar com equipamentos culturais, achando que voltando o equipamento cultural, voltaria todo o mundo. Mas teve uma outra coisa muito dominante. Tem um texto do Cândido Malta Neto, filho do Cândido Malta, que fez uma tese sobre isso que eu acho brilhante, pra mim ele matou a charada. O que foi um golpe de misericórdia do ponto de vista da dificuldade do uso da centralidade do espaço do Centro para as elites foi a intervenção viária feita nos anos 60 e 70. Todo o complexo do minhocão leste-oeste e uma rede de avenidas que bloquearam o tecido do Centro. O que o minhocão fez no Bexiga, por exemplo, foi uma loucura, rasgou o bairro no meio. Tinha uma centralidade e os bairros residenciais em volta, aquilo isolou o Centro com grandes avenidas. E ao mesmo tempo implantou o Metrô e com isso pedestrializou o Centro nos anos 70 e articulou todo um sistema de transporte coletivo a partir dali. O Centro se transformou em um terminal de transbordo a céu aberto. Não tem um terminal único, na verdade tem grandes terminais, o da Bandeira, Patriarca, todo um sistema de transporte radioconcêntrico. As ruas do Centro, pedestrializadas, viraram um lugar de passagem de um terminal ao outro, da mobilidade da cidade. Por isso tem camelô, porque tem povo andando de um terminal ao outro. A Luciana Itikawa fez um trabalho belíssimo sobre a localização dos camelôs e se vê claramente que eles ficam nos eixos de ligação dos terminais, entre metrô e ônibus. Esta intervenção diária bloqueia o Centro, ao mesmo tempo o automóvel entra como o grande elemento de mobilidade da burguesia; naquela época pobre não tinha carro. Fazer

Demolições no bairro da Luz, 2007. Imagens cedidas por comerciante da região.



o calçadão cortou a acessibilidade do carro ao Centro, assim como as grandes intervenções viárias arrebutaram os bairros residenciais que estavam em volta. Do ponto de vista urbanístico isso explica por que a burguesia abandona o Centro. E aquilo é capturado por quem tem sua maior vantagem na caracterização de utilização do espaço hoje, ou seja, vendedor de rua, pela dinâmica e pela presença ainda massiva de espaços comerciais no Centro, os catadores, recicladores de papel, porque ali se produz uma densidade muito maior do que em qualquer outro lugar da cidade e, do ponto de vista imobiliário, ao perder o valor, as pessoas que têm menos renda se apropriam para poder morar. Este é o processo que explica a dinâmica atual, por isso estão querendo fazer a revitalização com os equipamentos culturais, há tantos anos, e não acontece nada. Porque o problema não é esse, é um problema estrutural da cidade, do papel que aquilo tem no conjunto da cidade, não em si mesmo. Agora, ao longo de todo esse processo, os negócios imobiliários podem ou não dar certo, o destino nunca está selado, e os movimentos de resistência podem ou não triunfar, dependendo de todas as outras condições que estão em volta. Acho que esta que é a discussão, o Centro é um território de disputa, tem vários projetos sendo disputados ali, e tem vários movimentos simultâneos. De uma certa maneira tem também uma parte dos cidadãos que se aproveita desta característica e usa o Centro de uma outra forma. Tem um movimento lento, mas persistente de pessoas como nós, como vocês, que vão morar no Centro porque acham um apartamento bom, bem localizado, do lado do metrô, digno do ponto de vista de espaço, com aluguel mais barato do que em Perdizes ou Pinheiros, pertinho de tudo.

PI – Esta truculência em relação ao projeto Nova Luz tem como alvo a constituição social do Centro. E é interessante ver como a “Cracolândia” se torna alvo, porque é a mobilidade, o pedestre, um tipo de ocupação mesmo do espaço físico que está sendo eliminado.

Raquel – Eu tenho dificuldade de olhar a dinâmica do Centro como dinâmica em si mesma, é sempre preciso olhar na relação com o resto. É insustentável um projeto para a “Cracolândia” isolado, a “Cracolândia” não é “a Cracolândia”. Aí a gente tem duas dimensões. Primeiro, o fato de ter sido eleita a “Cracolândia” como espaço de intervenção, como delimitação de perímetro para atuar, tem um grande efeito simbólico eleger aquele espaço e não outro, dentro dos milhares de outros, mais ou menos na mesma condição física, urbanística, patrimonial. Eles elegem aquilo primeiro porque tem esta história de terem feito a sala São Paulo, a Pinacoteca, pensando a partir da teoria do Jaime Leirner de “acupuntura urbana”. Mas está errado. Qual é o conceito da acupuntura? O conceito é realmente fazer fluir a vida que tem dentro de você, mexer no ponto onde está bloqueada a vida para ela voltar, reativar o fluxo do corpo, mas o fluxo existe, está no corpo, não é um elemento externo que você coloca com uma injeção, assim mais parece Matrix, algo externo que você quer enfiar. “Você pega um ponto e ao intervir neste ponto vão se propagar ondas ao redor gerando movimento”, essa era a tese, o conceito urbanístico no qual esta intervenção da Pinacoteca e da Sala São Paulo foi se basear, que tem uma história, tem a ver com uma discussão urbanística dos anos 80, do abandono da idéia de trabalhar a cidade como um todo para trabalhar por projetos urbanos, e aí aparece também Porto Madero [Buenos Aires], a intervenção em Barcelona, este tipo de projeto faz parte dessa idéia. Fizeram a Sala São Paulo, a Pinacoteca e continuou tudo igual, aquela muvuca de sempre em volta, então vem a história de que eu vou pegar e interferir, porque imagina todo mundo chiquézimo indo para a Sala São Paulo e atravessando aquele lugar, não dá né? [risos]

PI – E conseguem ter um consentimento da sociedade de que aquilo ali é o absurdo da nossa miséria, criança fumando crack. Então, se você vai dar uma dura nos comerciantes, fechar tudo, demolir, é melhor, porque isso vai colocar para fora do nosso espectro de visão as crianças usando droga.

Raquel – Esta coisa da droga é uma coisa complicada porque o comércio de drogas, assim como os outros comércios irregulares e ilegais que tem em São Paulo, como o contrabando e a pirataria, com seus distintos níveis de criminalização, também faz parte da história da ambiguidade constitutiva do Estado brasileiro e da gestão urbana brasileira, essa ambiguidade entre o legal e o ilegal. Tanto que a maior parte da cidade é produzida irregularmente e ilegalmente. A periferia inteira é autoconstruída, autoproduzida pelas próprias pessoas sem ou fora da norma. Não somente as favelas, mas os loteamentos irregulares, clandestinos e os puxadinhos, esta é uma cidade de puxadinhos. Embora seja tudo ilegal, por que

não está todo mundo preso? É tudo mais ou menos ilegal, o que é pior de ser tudo ilegal. Todo mundo vai na Rua 25 de Março comprar coisa pirata, é público, é notório, isso abastece a pirataria nacional, mas permanentemente tem um espetáculo de afirmação de que aquilo é ilegal.

PI – Hipocrisia.

Raquel – Não é hipocrisia, eu acho que é mais grave. O pressuposto da hipocrisia é que você sabe que está fazendo uma representação teatral. A Ângela Gomes escreveu isto num texto, eu estou com isso na cabeça, pois justamente estou escrevendo sobre isto; ela fala que é a ambiguidade constitutiva. A gente precisa do legal e do ilegal, isso faz parte da cultura política, da relação que a gente tem com a lei. Esse modelo republicano de democracia que foi montado na Europa por aquela sociedade, para aquela sociedade, quando vai ser exportado para o mundo, como que ele chega na América Latina? Como isso é implantado aqui? Como ele é implantado na África? Como é a relação com o que tem lá? Como ele chega na Ásia, na relação com o que tem lá? Vai sendo absorvido e transformado pelos modos de funcionamento locais. Então, aqui tem mesmo uma tensão permanente entre o legal e o ilegal. Não se constituiu no Brasil a idéia, a noção de que você tem uma lei, uma norma que foi fruto de um pacto social e que, portanto, ela tem que ser implementada em nome deste pacto. Porque nunca teve pacto! Sempre foi meia dúzia. Meia dúzia e o resto vai se virando. E todo mundo usa a lei ou a não-lei dependendo das circunstâncias, o próprio Estado. Por que o Estado tolera a autoconstrução, a irregularidade, a ilegalidade? Porque sabe que pra manter concentrada a renda e o poder, este é o jeito. Mas de vez em quando vai lá e tira a favela dizendo que “é ilegal”. Então mobiliza o ser legal ou o ser ilegal em função das necessidades do momento e das conjunções de construção de opinião. E é isso, os circuitos da ilegalidade, de irregularidade, como o tráfico de drogas, também vão entrando e penetrando dentro dos territórios que de alguma forma estão menos conectados e regulados pela norma. Então, não é à toa que a favela seja um centro de tráfico de drogas. Por que a favela? Porque ali já é um espaço pouco normatizado, pouco regulado, onde a lei existe, mas é mais tênue a presença dela; não é que o Estado não existe lá, ele existe completamente, só que de outro jeito. Então, o Centro, as áreas que por alguma razão urbanística acabaram sendo desinvestidas pelo mercado e acabaram fisicamente se deteriorando e sendo abandonadas, vão sendo ocupadas por estes circuitos que se instalam ali, meio na margem, mas que também fazem parte, também vão migrando. E é gozado que, nessa política, que o pessoal chama de higienista, que está sendo feita no Centro, se intervém para tirar na força. Evidentemente que aquilo vai vicejar em outro lugar. A menos que você assassine as pessoas, e isso acontece também.

PI – É sempre a tentativa de expulsar para onde o nosso olho não vê. Pra fora desta área central onde está toda a classe média, todos os aparelhos culturais. Como se sempre tivesse a tentativa de expulsar para a periferia.

Raquel – Não adianta jogar para a periferia, porque a sobrevivência está ligada à função e à dinâmica do lugar. Na medida em que a dinâmica do lugar vai se transformando, o grupo vai migrando e estes processos de migração dentro da cidade são permanentes.

PI – Nós estamos usando aqui o conceito de “exílio” para pensar esta migração.

Raquel – Toda expulsão é um exílio. Vamos ser bem claros, ficar com aquele lugar sujo, caindo laje na cabeça das pessoas, sem esgoto, não é digno. Evidentemente, tem que ter uma intervenção, eu defendo sempre que se reinvesta no Centro fortemente, nos seus espaços públicos, para que aquilo ganhe uma característica urbanística de qualidade. Agora, a coisa mais difícil na discussão da reabilitação é como você intervém, estou falando no sentido estritamente físico e material, fazendo calçada bonita, limpa, plantando árvores e tal, sem expulsar as funções e os grupos que estão lá, e que justamente estão lá porque aquele espaço foi abandonado, ou perdeu seu valor imobiliário. E aí, como é que montamos esta equação? Essa é a coisa mais difícil que tem no urbanismo, a mais importante e a única que interessa, porque fazer extensão de cidade – que é como sempre se fez urbanismo aqui – é muito simples, duro é trabalhar na cidade existente. E a gente simplesmente não tem exemplos no mundo. Os exemplos que nós temos são de equações sócioeconômicas, políticas e territoriais tão diferentes, situações como na Europa, nos países nórdicos, no Canadá. Primeiro que você não tem este nível de concentração de renda, esta quantidade de pobre, você tem um Estado de Bem-Estar Social que cobre as necessidades





básicas. Em Vancouver, no Canadá, tem lugares diversos, mas as pessoas têm subsídios de aluguel para morar e a renda delas não é tão baixa, então não dá para comparar. Não teve uma intervenção de reabilitação no mundo em uma situação como a nossa, de tanta desigualdade social, de tão fraca estrutura de acesso ao bem-estar social e à seguridade social.

PI – Mas e os que estão fora do sistema de bem-estar social, os imigrantes na Europa, por exemplo?

Raquel – Em muitos lugares existe uma tensão forte com os imigrantes. A solução historicamente adotada é a solução francesa, fazer a Ville Neuve em volta da cidade, com habitação decente, equipamentos, estrutura, escolas, comércio etc., mas segregada, montando guetos de pobres entre pobres. E aí a Europa viu o que acontece. Não precisamos dizer que esse modelinho não funciona.

PI – Você falou que tem alguns instrumentos no Estatuto da Cidade que anunciam outras formas de fazer a reabilitação. Queria saber como você pensa, qual o seu desejo em relação a isso.

Raquel – Eu tenho plena consciência de que se trata de uma causa complexa, é muito difícil. Mas ao mesmo tempo eu acho que é muito importante ter a idéia de uma reabilitação includente, uma reabilitação para os que estão aqui, para nós. E “nós” significa uma maioria pobre sem recurso. É uma utopia importantíssima para construir uma visão e um pensamento de cidade includente, porque isso é o mais difícil. A situação do Centro não é difícil porque o Centro é complexo, mas porque nós temos um modelo de cidade segregada, de *apartheid*, que constitui nosso modelo de desenvolvimento urbano. Então, eu acho que a intervenção na área central é uma chance de ruptura com o modelo do *apartheid*, de mostrar que esta ruptura é possível, de que ninguém vai morrer se conviver com os pobres do outro lado da rua. Pelo contrário, é uma aposta de que isso pode produzir uma cidade menos tensionada do ponto de vista da violência das relações, uma cidade menos rasgada do ponto de vista do tecido sóciopolítico territorial que é tão fragmentado, que chegou no limite. Eu sinto que tem uma certa disposição dos cidadãos paulistanos, pelo menos de uma parte dos cidadãos, inclusive da elite, que já não aguenta mais viver com medo. E pra quem a solução de carros blindados e seguranças não satisfaz do ponto de vista humano. Existe uma chance de construir uma outra forma de sociabilidade de cidade e o Centro, na minha opinião, é a melhor oportunidade para isso porque tem qualidades arquitetônicas e urbanísticas inegáveis, é o lugar que mais concentra belíssimos projetos, praças, desenhos de espaço público com boa qualidade urbanística frente ao resto, então ali tem uma chance grande de ser um espaço reconhecido e valorizado pelo conjunto da população. E a nossa grande chance de salvação é a crise de mobilidade, pois é a crise de mobilidade que está questionando nosso modelo de cidade. Talvez possa ser atrativo morar em lugares mais densos, mais conectados ao transporte coletivo, talvez uma parte da classe média possa usar o transporte coletivo e ali começar a ter uma experiência de convivência com o outro, e perceber que “tudo bem, entrei e saí do metrô e não aconteceu nada comigo, foi tranquilo” [risos], depois de sair de um carro blindado para dentro de um ônibus... se 10%, 5%, da classe média resolver entrar nessa, já aparece força suficiente para reconstruir o modelo. Mas para garantir mistura, a intervenção do Estado tem que ser completamente dirigida pra proteger os pedaços mais vulneráveis, pra proteger e dar instrumentos, força, subsídios pra permanecerem ali. Integralmente! E nós temos instrumentos para isso, o Estatuto da Cidade disponibiliza ferramentas e instrumentos para que a gestão urbana possa intervir num processo como este, garantindo a função social.

PI – Como a Zona Especial de Interesse Social?

Raquel – A ZEIS... mas a ZEIS em si mesma não adianta, tem que ter o IPTU progressivo; a ZEIS mais IPTU progressivo, mais consórcio imobiliário, é preciso muita intervenção estatal para garantir esse lugar e é isso que não acontece, mas por que não? Não é porque é no Centro, mas porque é este Estado que está dentro desta máquina de crescimento. É preciso uma transformação profunda. O processo brasileiro é incrível, aqui toda a discussão da reforma urbana vem do trabalho de base articulado com protagonista social, que é morador de favela, de ocupação, essa rede que construiu isso, que lutou por isso, numa aliança com arquitetos, urbanistas, advogados etc., que resolveram trabalhar em conjunto e que juntos, nessa coalisão, foram garantindo desde os anos 70 a inscrição desses elementos dentro da ordem jurídica. O problema é que não se implementa. Pela ambigüidade, o fato de estar na lei não quer dizer que é para ser lei, a lei é uma referência, não é o que é.

PI – É bom que esteja inscrito porque assim a lei aponta para esse sentido.

Raquel – Para alguns é um instrumento de luta, para outros é um instrumento de imposição de força. Dependendo da situação você mobiliza a lei, mas ela não é em si mesma. Então você tem um processo social que constituiu a lei, isso que é interessante no processo brasileiro, ela não é um negócio que saiu da cabeça de um iluminado, de cima para baixo; tem um movimento social, ele existe, só que nunca foi suficientemente forte e hegemônico para penetrar e transformar a lógica do Estado, mas ele está aí, é possível, e eu acredito nisso.

PI – Parece fundamental conseguir anunciar de alguma forma esse modelo, porque aí você muda tudo.

Raquel – Muda tudo, triunfa! Eu vi um DVD do Chico Buarque outro dia e ele fala uma coisa engraçada, ele fica andando no vídeo o tempo todo, perguntam sobre o sotaque dele e ele, que foi criado aqui, disse que sotaque paulista ele tem nos pés, ele anda rápido, faz tudo rápido. São Paulo é igual ao Brasil na disposição da coisa do novo, a sociedade brasileira é aberta neste sentido, vai improvisando, fazendo, tocando, não tem essa coisa de rigidez para poder se mover, é movida. Só que São Paulo é movida em um outro ritmo, é mais intenso, tem uma aceleração, uma máquina mesmo. Então, se em São Paulo se constitui isso, isso não é só importante para São Paulo, isso é importante para o Brasil. Você anuncia outra coisa que pode ser, então eu acho que essa intervenção ela é possível, ela é viável, e é por isso que é tão difícil acontecer em São Paulo, e é por isso que essa truculência contrária também em São Paulo é muito grande. Mas eu acho viável, não podemos desistir, apesar de que por vezes parece que...

PI – Que a coisa está dada, acabou.

Raquel – Por isso que eu comecei esta conversa falando que não vai rolar esse projeto do Kassab, sobretudo porque, ao que tudo indica, ele não vai ser eleito.

PI – Interessante pensar nessa força contrária aparecendo com estes grandes lançamentos imobiliários do momento, as moradias “4 em 1”, o Parque Cidade Jardim e Villa Lobos.

Raquel – Viva num shopping! Esse modelo é uma outra conversa, que vale a pena fazer um projeto só para falar disso. Eu acho que esse modelo é a coisa mais grave que está acontecendo do ponto de vista político, ele acaba com a idéia de cidade, rompe de vez. A elite no Brasil foi mais ou menos cuidando dos pobres porque precisava de mão-de-obra, então aquele mínimo foi permitindo que acontecesse, em termos de contribuir para uma construção da dimensão pública. Com esse modelo de segregação total e absoluta, vem a idéia de ruptura em contribuir para uma dimensão pública da qual todos participem, e o problema é que esse modelo não está só no Brasil, não está só em São Paulo, você vai ver na Índia o que está acontecendo, exatamente a mesma coisa; na China não, mas nos lugares mais emergentes como o Brasil este é o modelo. Acaba com a idéia da publicidade da cidade, e acabando com a idéia de publicidade, para mim, acaba com a idéia de cidade, e aí a gente vai estar diante de uma nova territorialização da humanidade, pós-cidade, depois de 3 mil, 4 mil anos de experiência de construção de cidade, que era a forma por excelência, de construção de uma dimensão pública densa. Eu morro de medo disso, é muito sério.

PI – É interessante ver isso em termos mundiais. Eu fui para Johannesburg há pouco tempo e lá há uma segregação e uma estruturação da cidade em duas diferentes áreas, a área branca, que parece um Morumbi e a área negra central. Branco não pega transporte público, porque também não existe, é um transporte caótico privado, mas é separado mesmo, inclusive por esse dado de cor que é claríssimo.

Raquel – A mais chocante que eu vi na minha vida foi em Luanda, Angola, nunca vi uma coisa daquela na minha vida. Aqui, perto de Luanda, parece um paraíso do socialismo. Então é um processo mundial que está acontecendo, parece que vai triunfar, mas na história é sempre assim, o negócio parece que vai triunfar, mas depois dança por alguma razão. Na gestão da Luiza Erundina eu era Diretora de Planejamento de São Paulo, a gente lançou pela primeira vez a idéia de Plano Diretor, de ZEIS. Naquela época parecia que eu era uma louca falando. A gente foi tentando e a coisa não prosperava, a coisa não ia; teve um dia, depois da “quinhentésima” briga, vendo que a coisa não ia para frente, não ia ser aprovado na Câmara, eu fiquei pensando assim: “Olha, sabe o quê? Esse negócio tem que ter tempo para rolar.” E de fato, dez anos depois isso

entrou na lei da cidade. Esses processos continuam existindo, nunca “tá tudo dominado”. As forças de anti-segregação atuam e eventualmente conseguem triunfos e vitórias no meio desta guerra, com instrumentos mais precários, mas conseguem. Em São Paulo isso é muito vital e, por incrível que pareça, eu acho que é a crise da mobilidade que vai ser o estopim. É uma combinação louca, você combina a crise da mobilidade com uma coisa como o Cidade Limpa, que tem dois lados, o lado da higienização, do aseptismo, mas também o lado que realmente pegou – porque esse da higienização não pegou – de que a cidade não é um outdoor, foi impressionante ter pegado isso em São Paulo. E não pegou porque o Kassab quis, mas porque os paulistanos não querem ser massacrados. Quando começaram a sair os cartazes, a cidade parecia que começava a aparecer, as árvores começavam a aparecer, todo mundo começou a gostar, foi um momento de valorização do público.

PI – Todas essas questões, da mobilidade, da paisagem, são questões transversais, porque de alguma maneira o que está aí colocado é a dimensão do corpo humano, o que atinge o corpo.

Raquel – Não quero mais submeter o meu corpo a esse tipo de tortura, a tortura de ficar no trânsito!

PI – Então não tem a questão de classe, de partidos, é uma questão do corpo, da escala humana corporal.

Raquel – E estou disposta a fazer transformações e mudanças radicais no meu modo de vida, no meu modo de estar, para poder viabilizar isso! E na hora que aparece a transformação, e ela fica visível e todo mundo percebe, é mágico.

PI – E é mágico nesse sentido de que conecta todo mundo, atravessando a sociedade, algo que estava latente e que de repente se manifesta. Tem algumas coisas que são transversais, não são questões de classe, atingem todo mundo.

PI – De alguma forma a gente também está falando sobre esse conceito de intervenção, e esse é um exemplo, um Cidade Limpa, uma intervenção do poder público na dinâmica da cidade. E é interessante ver que dentro do nosso circuito artístico, da nossa discussão, também tem uma elaboração sobre esse conceito de intervenção, algumas pessoas questionam a idéia no sentido do movimento vir de cima para baixo, mesmo quando vem de um artista, ele obstrui de alguma forma, ele cria uma ruptura numa dinâmica. Então, passamos a chamar isso de ação, de investigação-ação, porque são termos que carregam uma espécie de base para que o movimento exista, ou seja, uma certa coletividade. Se pensarmos da mesma forma, intervenção urbana no sentido de algo que é imposto pelo poder público, mesmo nos processos mais simples como construir uma calçada dentro de uma favela, se não for partindo da base, se a base não decidir onde vai passar essa calçada, pode ser completamente falida, a coisa mais simples, plantar uma árvore, pode não acontecer, então é uma lógica que parece que tem que se transformar mesmo.

Raquel – Que é a relação, a idéia do território como espaço vivido e construído e pactuado por quem vive ali. Um pacto territorial! Um dia fui dar uma aula em Veneza e visitei uma associação de bairro e quando eu cheguei estava escrito assim: “Esta associação está aqui instalada desde o ano 1910.” Aquele lugar estava constituído como associação e como lugar há quantos anos? Quantas gerações enraizadas? A idéia que me veio na cabeça é de que aquilo tinha uma raiz profunda. A geração de vocês já nasceu em São Paulo, pela primeira vez temos uma geração que está no mesmo lugar, no mesmo bairro, há duas gerações! Você pergunta numa sala de aula: “Quem é filho de imigrante?”. Quando eu comecei a dar aula, há 30 anos, filhos de imigrantes eram todos, agora são netos, não importa se de italiano ou nordestino, isso não importa, mas são desenraizados, agora é que começou a enraizar, e na hora que enraiza começa a ter uma outra relação entre o ser e o território. Nós temos 40 anos de urbanização, 50 no Brasil, acho que com cem anos de urbanização talvez possamos construir uma outra relação do cidadão com o território no sentido de autoconstituição, porque o que não aconteceu foi o cidadão se autoconstituir na medida em que o território se constituiu. A idéia de público, de dimensão pública, é o reconhecimento do lugar que cada um ocupa dentro desse público. Mas que público é esse no qual o público não tem lugar? A favela não é um lugar, não é reconhecida como lugar, nem o cortiço. Como participa quem não tem lugar? O território, o lugar é muito importante, é fundamental, inclusive a possibilidade de existir com lugares nômades e cambiantes, porque esse é outro problema, se você não tem uma propriedade privada você não existe no Brasil. Mas quem disse que as pessoas têm que ter uma propriedade? Elas têm que ter um lugar digno para morar, isso não é sinônimo de ter uma propriedade.

An aerial, high-angle photograph of a city's urban grid, showing a dense pattern of streets and buildings. The image is tilted slightly clockwise. Overlaid in the center is the text "2.0 CIDADE" in a bold, red, sans-serif font. The text is split into two parts: "2.0" on the left and "CIDADE" on the right, with a small gap between them.

2.0 CIDADE

An aerial, high-angle photograph of a city's street grid. The streets are dark, creating a complex pattern of lines against the lighter-colored buildings and rooftops. The perspective is slightly tilted, giving a sense of depth and movement. Overlaid on the center of the image is the word "IMOBILIÁRIA" in a bold, red, sans-serif font. The letters are thick and blocky, with a slight shadow or drop effect, making them stand out prominently against the busy background of the city.

IMOBILIÁRIA

2.1

CARTOGRAFIA ESCALA 1:1

Quanto mais tentamos entender os fatores que compõem a situação do bairro da Luz, mais e mais atores e camadas vão surgindo: as diferentes instituições do poder público, os moradores e freqüentadores do bairro, as ONGs, a mídia, as construtoras, o setor imobiliário, os investidores transnacionais. Cada uma dessas personagens (que, por sua vez, em seu interior são múltiplas), participa das complexas relações envolvidas na “Revitalização do Centro”.

Partindo daí, buscamos fazer uma representação cartográfica que nos permitisse visualizar a complexidade dos vínculos organizados, através de outro olhar que não os disponibilizados e difundidos pela grande mídia. Não nos interessava “o trabalho de representação total de um espaço sob precisos critérios cartográficos como um fim, mas a investigação que surge como necessidade frente a uma ação decidida pelo grupo como coletivo, ou como parte de um coletivo mais amplo.”¹ Neste sentido, a criação de uma cartografia não responde apenas a critérios objetivos ou técnicos; os aspectos subjetivos, as sensações, as respostas do corpo, também participam dela, trazendo a dimensão da experiência. É esse um dos aspectos que, como grupo, mais nos interessou provocar: o encontro com os outros; o que poderíamos pensar através da ação na “escala 1:1”, em oposição à representação. A cartografia se configura como um pêndulo entre a representação e a busca por intervir no território, procurando gerar mudanças de percepção, mudanças na chave de olhar.

Esta investigação pretende dialogar com a problemática mais ampla das políticas de espaço público: os valores que estão em jogo, as tomadas de decisões, sua execução, as formas legais adotadas no processo.

“A informação nos parece de grande utilidade quando integra uma ação sobre corpos que transitam num espaço de disputa, ou quando permite conhecer previamente este espaço com maior precisão, mas sabendo que o espaço se transforma com a ação, de modo que a ação não será sempre coincidente com os objetivos prévios. É essa forma de conhecer, em parte consciente e em parte não, em parte objetiva e em parte subjetiva (...) que nomeamos ‘escala 1 a 1’, por oposição à definição 1:1000, 1:1000.000 ou 1 a n dos mapas geográficos, escolares, demográficos ou militares. É a escala na qual vivemos a ação e nos movemos, nos detemos, confrontamos, avançamos ou retrocedemos, é a negação da representação de outra coisa, pois é a realidade vivida como imediata e de maneira compartilhada. O ‘1 a 1’, então, aparece como uma reiteração do uno e único, ou como uma possibilidade de relação entre dois corpos diferentes.”²

A cartografia só se completa, então, quando atravessamos a representação para nos presentificar, quando saímos do plano estático para entrar nas dimensões do movimento. O aspecto que a cartografia mostra do ciclo de revitalização do Centro de São Paulo se foca nas relações dos pólos de poder e em como estes se articulam para produzir consenso, procurando levar adiante políticas a curto prazo que significam, em termos políticos ou econômicos, lucros imediatos. Por último, cabe falar que esse ciclo não é linear e nem uniforme, que em seu percurso há muitas questões incalculáveis, muitos fatores que vão fazendo dele um campo de luta ativo e de constantes recombinações.

1. Trecho do texto “Pensamientos Cartograficos”, GAC (Grupo de Arte Callejero/Argentina), publicado no catálogo da exposição “ExArgentina: Pasos para Huir del Trabajo al Hacer”, Interzona/Goethe Institut, 2004.

2. Idem 1.



Bairro da Luz

O bairro abriga hoje diversas formas de ocupação, uso e manifestações culturais, desde as populares até equipamentos públicos já revitalizados, que a prefeitura chama de "o maior pólo cultural e de lazer da América Latina", uma estratégia empregada para acelerar os processos de revitalização e de gentrificação.



Evasão do capital e abandono do Estado

Ao longo das últimas décadas, houve a evasão do poder sócioeconômico do Centro. Hoje, com a intenção de "revitalização", se cria uma estratégia na qual ao mesmo tempo em que alguns equipamentos e áreas são valorizados, há o abandono propositado de outros pelo poder público. O que colabora para a radicalização de uma situação de conflito entre comerciantes, população de rua, crianças e de insustentabilidade econômica na qual os habitantes do bairro se sentem pressionados a sair de lá.



Cracolândia: Paisagem social

A Cracolândia não é um território físico, mas uma situação, uma paisagem social em que adultos, jovens e crianças em exílio, refletem a mutilação do corpo social.



BID e União Européia

O Banco Interamericano de Desenvolvimento e a União Européia financiam o processo de revitalização do Centro dentro de uma estratégia global que atende a uma lógica de mercado, onde se justifica ações de gentrificação com a idéia de "erradicação de pontos de degradação".



Poder Público determina alvo de revitalização

A prefeitura decreta "de utilidade pública" uma área de 269 mil metros quadrados, que será desapropriada para a realização do projeto Nova Luz. Ignora a implantação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) na região, dispositivo urbanístico previsto no Plano Diretor da Cidade criado para, entre outras coisas, garantir legalmente assentamentos para a população de baixa renda nas áreas determinadas, assegurando-lhes terras bem localizadas e providas de infra-estrutura e criando uma reserva de mercado para habitação social. Dos 23 quarteirões que compõem a área do projeto, 11 estavam em áreas de ZEIS.



Mídia

A mídia corporativa colabora com o projeto estigmatizando o bairro, qualificando-o como "Cracolândia" e ignorando sua diversidade. Criminaliza e publicamente a região e participa das territorializações realizadas pelo Poder Público.



Megaoperações

Ações da prefeitura realizadas em parceria com o Governo do Estado, que vistoriam e lacram imóveis para facilitar sua desapropriação, abordam milhares de pessoas e tentam banir da área crianças e adultos, encaminhando-os para equipamentos públicos, ou para as periferias da cidade.



Fiscais da prefeitura

Funcionários das Subprefeituras fiscalizam os imóveis comerciais buscando irregularidades; os mesmos que permitem, quando conveniente, que o comércio da cidade permaneça irregular e em atividade.



Polícia

A Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Civil Metropolitana agem como forças repressivas do Estado para garantir a execução das políticas de higienização.



ONGs

Terceirização dos serviços sociais públicos, as ONG's atuam sob a mesma lógica do Estado: não permitir que os "indesejados" permaneçam em locais públicos. Para isso, ao invés de usar a violência e a repressão, usam estratégias de convencimento e de consentimento ("levam pela mão").



Secretarias Municipais

As secretarias municipais administram os equipamentos públicos que asseguram o confinamento das pessoas.



Limpeza Humana e Cosmética Urbana

Resultado de ações que pretendem uma transformação dos espaços físicos e sociais buscando um embelezamento e uma harmonização artificiais desses espaços. As camadas mais pobres, segundo essa lógica, são sempre associadas ao lixo e por isso devem ser erradicadas da paisagem.



Fábrica do Consentimento

Mecanismo complexo do capitalismo financeiro avançado que desperta a crença e o desejo por mundos virtuais hegemônicos onde não existiria qualquer tipo de experiência de conflito.



Imóveis Lacrados

Imóveis são lacrados por irregularidades, o que acarreta sua desvalorização e facilita sua aquisição pela prefeitura ou pela iniciativa privada. Permanecem fechados por tempo indefinido, não geram renda aos seus proprietários e descumprem sua função social.



Desapropriações

A prefeitura desapropria os imóveis sob "decreto de utilidade pública" e oferece indenizações abaixo do valor de mercado. Os proprietários que se negam a vender têm que recorrer à justiça e podem ficar anos com seus imóveis lacrados; já os comerciantes locatários perdem seus investimentos em "fundo de comércio" e têm que demitir seus funcionários.



Sistemas Legislativo e Judicial

Os sistemas legislativo e judicial se tornam convenientes quando não criam mecanismos para fiscalizar e questionar a legitimidade dos "decretos de utilidade pública". Neste caso, não exigem que a prefeitura comprove que o projeto Nova Luz é de real interesse público, só sendo possível questioná-la depois que (e se) o projeto for realizado.



Demolições

Os imóveis desapropriados são demolidos para dar lugar à iniciativa privada e a alguns equipamentos públicos. É o "projeto arrasa quarteirão" tomando forma.



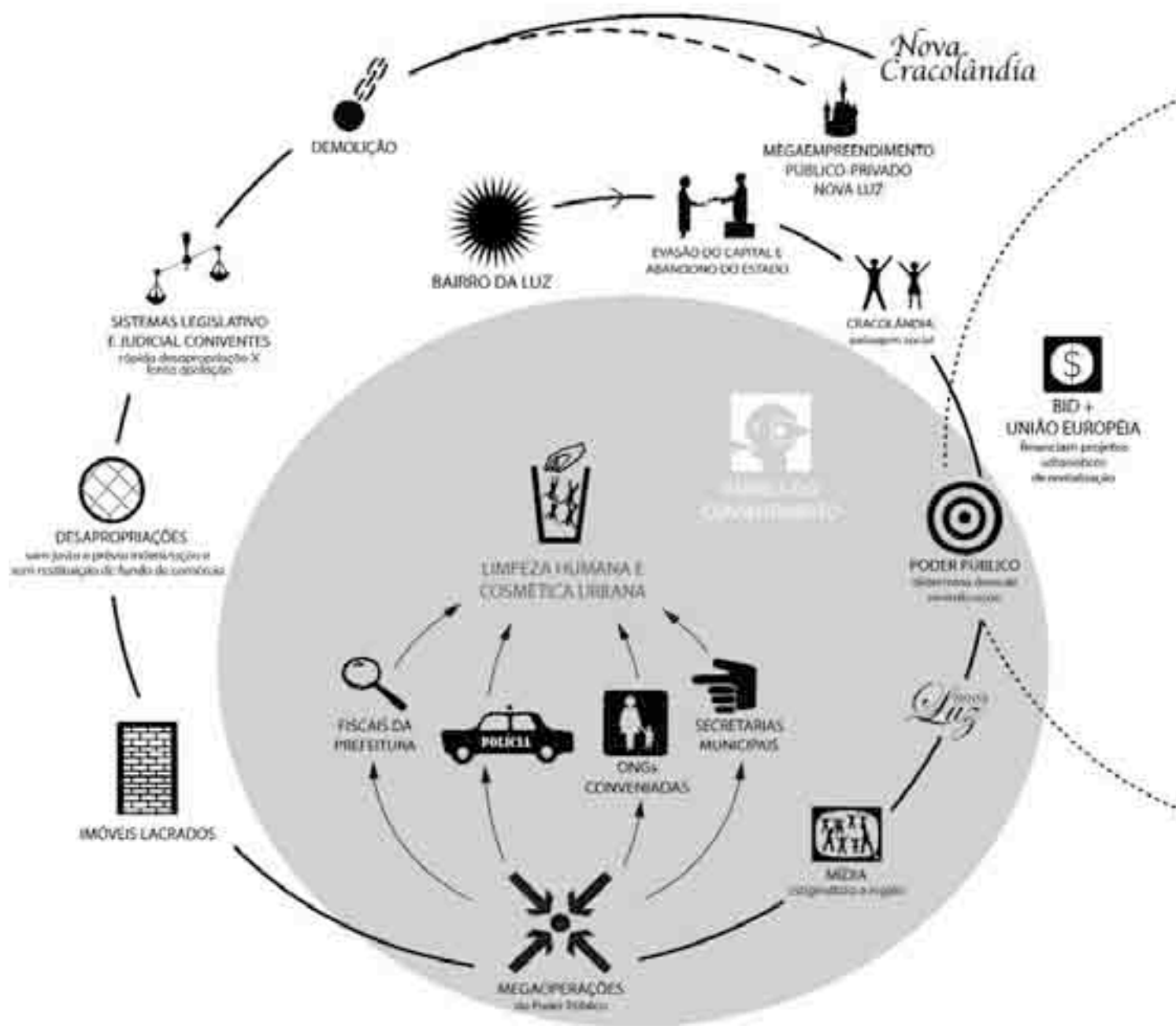
Megaempreendimento Nova Luz

O Estado utiliza as Concessões Urbanísticas, Parcerias Público-Privadas ou outros artifícios legais para garantir os acordos feitos com o setor imobiliário e a iniciativa privada, que têm descontos em impostos municipais e certificados de incentivo dos valores investidos nos imóveis da região.



Nova Cracolândia

A paisagem nunca apreendida ou sanada se desloca e se multiplica já que, na realidade, não é um espaço físico, mas um espaço social, político, subjetivo, etc.



Nova Cracolândia

SISTEMAS LEGISLATIVO E JUDICIAL CONVENTES
risco desapropriação X falta aplicação

BID + UNIÃO EUROPEIA
Financiam projetos urbanísticos de revitalização

DESAPROPRIAÇÕES
sem justa e prévia indenização e sem restituição de fundos de comércio

LIMPEZA HUMANA E COSMÉTICA URBANA

PODER PÚBLICO
Gestão pública, serviços de manutenção

FISCALIA DA PREFEITURA

SECRETARIAS MUNICIPAIS

POENCL

ONGS CONVÊNIO

IMÓVEIS LACRADOS

MEGAOPERAÇÕES da Foz de Iguaçu

MÉDIA
comparação e engajamento



“No Brasil, as idéias antigas prevalecem, como esse plano da Nova Luz, eles querem passar o trator por cima de tudo e destruir comerciantes

que estão lá estabelecidos há muito tempo, que são pessoas que geram movimento, até um pouco de segurança e vida no local. É extremamente positivo para um bairro você ter um comércio, comerciantes nas ruas, porque eles são os ‘olhos’ da rua, se você tem algum problema eles estão de olho, se tem alguma pessoa estranha querendo aprontar eles estão de olho, isso já gera uma segurança para o local, mais movimento, mais vida, mais animação e também atende a comunidade do bairro.”
Jorge Eduardo Rubies, Associação Preserva São Paulo



“Tem a história do recurso que é destinado para a ação no Centro, desde a época da Marta [Suplicy], com as parcerias

internacionais do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] que, pela demora da ação da prefeitura em acompanhar os projetos que já vinham da gestão anterior, o recurso está pagando ágio sobre aquele valor; assim, além de tudo isso tem um sobrefinanciamento desta intervenção, ela é custosa não só socialmente, mas financeiramente, se gera uma nova dívida sobre uma intervenção que é questionável sob a ótica social ou urbanística.”
André, Fórum Centro Vivo



“A prefeitura sugeriu uma lei que a Câmara aprovou, que tratava da questão do incentivo ao desenvolvimento. A partir daí foi regulamentada a lei e proposto, dentro de todas as questões legais, um edital público para as empresas se inscreverem manifestando interesse em se instalarem naquela

região de incentivo. Vinte e três empresas se inscreveram e apresentaram projetos, elas somam um investimento no local de 750 milhões de reais. A IBM, algumas agências de publicidade, call centers que geram renda e geram emprego; são algumas empresas que tiveram interesse e têm projetos até arquitetônicos já, de instalação dos seus prédios. Já estão avançando na questão da concessão urbanística; algumas já evoluíram, conseguiram achar as posses das áreas, reunir os proprietários de um determinado prédio ou de uma determinada quadra e se associar numa incorporação para investimento no projeto. Em alguns lugares onde há muitas dificuldades, que virou galpão, que virou ferro velho, que não tem mais nada, estamos estudando uma forma de como é que a prefeitura, desapropriando, pode conceder isso para o privado.”

Luiz Sobral, assessor do secretário de coordenação das subprefeituras Andréa Matarazzo



“O Decreto [de Interesse Público] diz que é para revitalização. Mas como eles vão fazer isso?

Existe um processo dentro da prefeitura que a gente já tentou solicitar e agora só falta a gente ir na justiça dizendo que ou a prefeitura apresenta esse projeto ou o juiz manda prender o prefeito. É um processo público, qualquer um tem acesso, mas eles dificultam e lá estaria a resposta desta pergunta: como eles vão fazer essa melhoria?”

Wilson Gouveia, advogado dos comerciantes e proprietários



“Faz 15 anos que aconteceu a Sala São Paulo com esse tipo de investimento, a gente nunca

conseguiu formular uma resposta política para isto até hoje! A gente tá vendo isto que está acontecendo, mas onde estamos nós? A academia tem milhares de teses a respeito disto e não conseguimos dar uma resposta até hoje.”

Eric, Fórum Centro Vivo



“Essa parceria [Estado e Associação Viva o Centro] se dá da seguinte maneira: desde quando a prefeita Erundina foi se candidatar à prefeitura e ganhou, foi lá falar com a gente e colocou o plano de trabalho dela; a gente concordava com algumas coisas e não concordava com outras, o camelô foi uma coisa que ela trouxe, imagina uma mulher lá da Paraíba que vem pra cá e é prefeita, traz todos os seus conterrâneos. Eu sou contra nordestino, nordestino é um povo bom lá.” **Paulo Ney, diretor da Associação Viva o Centro**



“A Guarda Civil foi criada em 1986 pelo então prefeito Jânio Quadros, e como ela está muito próxima ao prefeito, às vezes sofre algumas alterações nos seus objetivos sim, mas ela está na Constituição, no artigo 144, que é para cuidar de bens, serviços e instalações da prefeitura. Ela cuida de praças, parques e serviços, faz a parte de fiscalização, de intervenção e de revitalização e por serem o Andréa Matarazzo e o Kassab muito incisivos, nós estamos pondo muitos esforços para dar apoio às subprefeituras na parte de fiscalização, combate ao comércio informal, conjunto de prevenção e revitalização da Nova Luz, Viva o Centro, Zeladoria Urbana e assim por diante.”

Paulo Rogério de Souza, Inspetor Chefe Regional da Guarda Civil Metropolitana



“Eu queria falar sobre estes momentos históricos, este momento de agora, acho que vocês estão fazendo isto no gráfico de vocês [Cartografia de uma Cidade Imobiliária]; na verdade, isso tem uma lógica global. Todos estes mecanismos que vão sendo criados para flexibilizar a propriedade da terra, que a princípio é intocável aqui no Brasil, tem por trás uma lógica de dinâmica global. Então tudo isto, a questão da cultura, são estratégias. E a estratégia que eu estou entendendo agora, o entrave que tem aqui no Centro, é que justamente a propriedade aqui é muito fragmentada, então na hora que eles chegam com o ‘arrasa quarteirão’, essa economia da tábula rasa é justamente a lógica da economia global, você vem com um monstro, você não consegue mais atuar com pontos culturais, você vem com uma coisa maior, em uma outra escala de intervenção, e que aí te permite passar por cima dos direitos, isso justifica.”

Márcia, Fórum Centro Vivo



“A Boca do Lixo para mim é um lugar mágico de São Paulo, o lugar mais paulistano da cidade mesmo. Eu acho que qualquer projeto sério levaria em conta esse pessoal que está ali resistindo, com todos esses problemas, eles que deveriam ser o germe da recuperação da área.”

Jorge Eduardo Rubies, Associação Preserva São Paulo



“O Centro se esfacelou e perdeu o charme e essa revitalização está tentando resgatar o charme de São Paulo, só que hoje em dia é tudo dinheiro, então você acaba criando lugares como a Cracolândia porque você precisa empurrar o lixo para algum lugar... na verdade o morador de rua, o marginal, eles são mais coadjuvantes do que nada dentro desse filme.”

Cássia, Guarda Civil Metropolitana



“Os que falam que é política higienista são os que defendem

a tração humana, são os que defendem que o morador de rua, se quiser ficar na rua da forma que ele quiser ficar, que fique. Mas nós estamos buscando uma alternativa para que ele tenha um tratamento de saúde adequado, para que ele tenha uma condição de se reintegrar à sociedade de uma forma mais humana, tenha um endereço, tenha liberdade e não precise conviver eternamente em grupo. Tudo começou no banco, no banco e na ‘rampa antimendigo’, uma coisa impressionante, fazer rampa agora é... Não tem rampa! Nós fechamos o buraco. E local público é público, não é privado. Não é razoável uma pessoa construir uma casa na calçada. E se a pessoa insiste, você coíbe das formas que você pode, ninguém vai usar da força, da repressão. Remove, ela sai e a gente desmonta tudo, se ela voltar a insistir, a gente cria obstáculos, é natural. Agora, os bancos da Praça da República são ‘bancos antimendigos’, mas são bancos originais do projeto de 1910. Talvez naquela época já existissem higienistas prevendo que em 2010 haveriam muitos moradores de rua que, aliás, não saíram de lá, porque o banco não impede a morada deles.”

Luiz Sobral, assessor do secretário de coordenação das subprefeituras Andréa Matarazzo



“Como aparecem essas desapropriações? Uma lei criada lá atrás pelo Getúlio Vargas, por quê? Vamos imaginar que a gente tenha uma necessidade pública premente, que venha a ser sanada numa área em que não há condição ou espaço público; partindo dessa premissa você faz a desapropriação de uma área particular, privada, que é assegurada pela constituição, quer dizer, você tem uma lei que de certo modo vai contra um preceito constitucional, que é o direito de propriedade privada. Mas ela só é feita desta forma por um ‘bem público’, por uma ‘necessidade pública’. Então, quando a gente fala o que o Getúlio fez lá atrás, a gente fala que ele fez com o intuito de que em determinados momentos, encruzilhadas, atuemos ‘em bem maior’, que vem a ser a ‘declaração de utilidade pública’. Mas quem faz uso dessa declaração? Aí você tem um campo vasto, você passa por município, Estado, União, por entidades que fazem atendimento público. Muito antigamente, quando foi criado esse decreto, esse olhar de que existe a necessidade de usurpar a propriedade privada para um bem maior, as entidades governamentais começaram a usar de um expediente pouco amigável; havia situações em que eles chegavam e diziam: ‘Isso aqui está desapropriado, sai.’ E você corria atrás para receber alguma coisa daquilo que era seu, a advocacia foi forçando para que isso fosse mudado.”

Wilson Gouveia, advogado dos comerciantes e proprietários



“Não existe um projeto para casos de desapropriação onde se pague antes de desapropriar. Eles primeiro desapropriam e depois vamos para a justiça se achamos que temos direito. E me pergunto: vamos viver de quê durante o processo, se a previsão é de dez anos?”

JJ, comerciante



“Ali onde já foi desapropriado era para ser um local de atendimento de saúde, um posto de saúde; há um bom tempo atrás a prefeitura fez a desapropriação e tomou posse do imóvel que ficou fechado durante anos, até que um belo dia apareceu uma sede do Banco do Brasil ao invés do posto de saúde. O proprietário pegou o imóvel de volta, ele moveu uma ação porque isso não é uma utilidade pública, ele reverteu o processo, porque utilidade pública significa utilidade pública, se o objeto a ser desapropriado não tem o fim a que se especifica, você pode sim questionar, mas se tivessem colocado o prédio no chão, já era.”

Wilson Gouveia, advogado dos comerciantes e proprietários



“Com o poder da fiscalização e da lacração administrativa, a partir disso, iniciamos um processo de desapropriação da região. Os imóveis estão completamente deteriorados, é uma região muito antiga, são imóveis que acabaram sendo abandonados, que acabaram virando espólio de herança e que você não tem a posse para repassar. Uma situação catastrófica que, não tem outro jeito, tem que ser ‘arrasa quarteirão’ mesmo, recomeçar.”

Luiz Sobral, assessor do secretário de coordenação das subprefeituras Andréa Matarazzo



“Os prédios mais bem cuidados foram os primeiros a serem atingidos, ninguém tem interesse em arrumar o bairro, tem interesse em depredar para mostrar para a comunidade, só, mais nada. Foi o que eu entendi.”

JJ, comerciante



“É óbvio que quando você fala de justiça você está falando de relações pessoais e é óbvio que quando você fala de magistrado ele tem de se ater à lei, mas tem de pensar no que é justo e nem sempre o que está na lei é o que é justo. Então, você pergunta se a Nova Luz tem pressão... É óbvio que tem e não é pouca, [a prefeitura] faz a pressão em cima do magistrado do mesmo jeito que nós fazemos.”

Wilson Gouveia, advogado dos comerciantes e proprietários



“A democracia e os direitos das pessoas são algo que nós ganhamos e não podemos perder jamais. Mas nós temos que trabalhar para criar essas tábuas de leis, ou o que a gente chama de ‘termo de ajustamento de conduta’, para que a gente possa coexistir no mesmo espaço.”

Paulo Rogério de Souza, Inspetor Chefe Regional da Guarda Civil Metropolitana



“A segurança é pra quê, ou pra quem? Há uma intervenção do Estado na Cracolândia, qual o objetivo? Se a gente for ver as propostas que existem, são pra criar um pólo de desenvolvimento tecnológico na região, isso quer dizer o quê? Criar condições pro capital privado se estabelecer, dar condições de estruturação no espaço físico. Existe já uma intenção de criar ali uma nova forma de expandir o capital, que é o capital tecnológico informacional, que cria esta cultura dos grandes rendimentos, a Sala São Paulo, o DOPS [Departamento de Ordem Política e Social] – que perde o significado de ter sido uma prisão política e é hoje uma atividade cultural de arte que não dialoga com nada na sociedade. Mas quem é que ocupa aquilo, quem é que usa aquilo de fato? A idéia de se discutir segurança no âmbito de criar as condições para o capital se reproduzir de forma diferenciada, uma forma fluida, sem muitas estruturas coesas, acho que é isso que está por trás...”

André, Fórum Centro Vivo



“Eu falaria pra eles [poder público] que quando fossem fazer algum plano de mudança, viessem diretamente falar com a gente, com quem vai ser afetado, fazer uma pesquisa, sei lá, ver o que é que a gente acha. A população deveria estar mais por dentro das coisas. Porque todos que estão lá dentro são classe alta. Então todos vão falar: ‘Faz!’. Eles não tão nem aí com as classes. Convidaria pra vir e ficar aqui o dia inteiro com a gente, passar o dia correndo, passando humilhação.”

CE, 16, estudante, filho da comerciante GSC



“Esse pedaço estará vinte e quatro horas do dia limpo, não é ‘mais limpo’, é limpo de verdade, é diferente, e criando isso você cria um selo de qualidade, você que mora do outro lado da região fala: ‘Eu também quero ter esse selo de qualidade no bairro de Pinheiros.’ (...) Com relação à revitalização do Centro, eu vejo muito bem, primeiro o fato de você ser bem atendido por qualquer autoridade é uma coisa boa, e com o Centro o prefeito tem um carinho muito especial, não só o prefeito, mas todos os funcionários. Se eu pegar o meu e-mail agora ou ligar para um funcionário, um chefe de alguma área e dizer ‘olha, eu estou com um problema de camelô na minha porta’, ele vai mandar alguém tirar.”

Paulo Ney, diretor da Associação Viva o Centro



“Existe muito imóvel vazio e eu acredito que tem sim que reformar e tem sim que investir; quem tem que investir é só o poder público? Não! Tem que vir a iniciativa privada, mas quem vai vir para cá? Tem que vir alguém, se vier a classe média e eu acho que ela não vem, mas se vier e pagar, revitalizar e gastar, contribui para a incrementação do próprio sistema. Porque ele tem que funcionar, naturalmente, é o que eu falei para você sobre o crescimento do país, naturalmente essa pessoa da classe média vai contratar um empregado, essa mesma classe vai contratar um porteiro, vai contratar um faxineiro e se você pensar, talvez essa classe média que vem para cá vai precisar da mão-de-obra dessas pessoas que moram aqui.”

Paulo Rogério de Souza, Inspetor Chefe Regional da Guarda Civil Metropolitana



“Quería colocar, sobre esta criança que frequenta a Cracolândia: na constituição existe o direito de ir e vir de qualquer cidadão, e aí eu acho que na constituição deveria ter o direito de ir e vir e de ficar.” **Anderson Lopes Miranda, Fórum Centro Vivo e Movimento Nacional da População de Rua**



“Tenho medo que chegue em uma situação de campo de concentração, porque ninguém gosta desta situação, o povo na calçada, cagado, mijado, fumando a pedra; todo mundo gostaria que eles desaparecessem daqui. Eu tenho medo que a situação chegue a um ponto de intolerância, da Alemanha na década de 1930 mesmo, passar aqui de caminhão, pegar e levar para algum lugar e exterminar, jogar no mar, na zona rural.”

Pedro Guimarães, performer e professor de história da Escola Estadual João Kopke do bairro da Luz



“Eu vi o subsecretário chegando na porta do mercadinho que tinha ali e dizendo: ‘Você tem até quinta-feira para sair daqui.’ O homem estava ali há mais de 20 anos, isso dói até o coração, o homem com os olhos rasos d’água, calado, três dias depois ele foi embora e mudou para Piracicaba. Isso parece desumano, eles dão um aviso e põem para correr.”

JJ, comerciante



“Em uma operação dessas de uma semana foram presas 70 pessoas, tiramos não sei quantas toneladas de entulho. Por que aumentou o número de moradores de rua? Porque com o número de operações que a gente fez, com o cuidado com a limpeza, com a melhoria da iluminação pública na região, com a reforma das calçadas todas, com o policiamento ostensivo, eles se sentem protegidos e você não tem leis suficientes para obrigá-los a irem para lugar nenhum.”

Luiz Sobral, assessor do secretário de coordenação das subprefeituras Andréa Matarazzo



“Está vendo aquele monte de crianças ali, ó? Porque para mim são crianças, e é complicado porque isso agride a visão de certas pessoas, se não tem crianças de rua onde elas moram, está bom, essas pessoas acham que elas não existem e isso é crescente e está dominando como a muitos anos atrás quando diziam no Rio de Janeiro ‘só quando a favela descer o morro’ e a favela desceu o morro; e agora?”

Cássia, Guarda Civil Metropolitana



“A SMADS [Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social], é importante vocês saberem também, criou e formou treze equipamentos chamados CRECA [Centro de Referência da Criança e do Adolescente]. Era uma coisa que antes tinha uma na cidade, para uma criança de oito anos ter aula de cidadania e dinâmica de grupo, ter que dormir às oito horas da noite quando apagar a luz. Não dá, a criança sai correndo de lá, então hoje é colorido, colocaram videogame. Eles mesmos falam para o Andréa [Matarazzo]: ‘Tio, quer que a gente fique no CRECA? Compra um Playstation 2 que vai faltar CRECA para as crianças.’ Porque é moleque, e é um anseio que eles têm, você dá para eles o que eles querem, então eles ficam.”

Luiz Sobral, assessor do secretário de coordenação das subprefeituras Andréa Matarazzo



“Aqui não tem mãe, não tem nada, então o governo tem que acorrentar as crianças. Acorrentando as crianças, tirando os crackeiros, acabam com a pedra.”

FMF, comerciante



“Comecei a estudar Paulo Freire e vi que eles eram violentos porque é ação e reação, porque eles já são vítimas do sistema, sistema esse que faz com que nós do Estado tenhamos que tomar algumas decisões.”

Paulo Rogério de Souza, Inspetor Chefe Regional da Guarda Civil Metropolitana



“Mandaram pessoas para o Parque Ecológico ou para a Imigrantes. Até eles voltarem o governador já tinha passado. Quando o Serra vem passear: ‘Oh! Limpa a cidade, limpa tudo!’.”

ACS, comerciante



“Se o prefeito quer melhorar, ele tem que ajudar não só a aumentar a cidade, fazer coisa bonita, mas tem que ajudar a população. Eu estudava de manhã, de tarde e a noite eu fazia curso. E isso foi afetado, porque agora eu tenho que de manhã e de tarde trabalhar com minha mãe. Tive que mudar meu horário de escola para a noite, estudo muito longe. Eu vi que teve uma diferença em toda a minha rotina, porque eu perdi muita coisa. Todos os meninos aqui, todo mundo fazia curso, de manhã e de tarde. E a gente não tem mais tempo, a gente tem que trabalhar, e sai perdendo muito, a educação acabou.”

CE, 16, estudante, filho da comerciante GSC



“Eu queria que me chamassem para eu falar a verdade na televisão, como estou falando para você hoje! Por exemplo, encostaram um monte de máquina lá embaixo, a Record, Globo, todos da televisão mostrando as máquinas encostadas. O Serra e o Kassab vieram, ligaram as máquinas. Aí eles foram embora: ‘Desliguem as máquinas!’.”

ACS, comerciante



Gente, eu não tenho raiva da academia, eu tenho raiva de quem é usado pelo sistema, se as pessoas querem trabalhar para pagar a universidade, eu concordo, mas quem tá trabalhando hoje no CAP [Centro de Atendimento à População de Rua] são universitários sem entender a realidade, sem conversar, pra ganhar 700 reais, tudo agente de ‘proteção social’ trabalhando na higienização. Jogam o povo na perua, levam lá pra Ermelino Matarazzo, largam lá onde Judas perdeu as botas e os caras têm que vir andando no outro dia; aí tem gente que tá surtando porque simplesmente a prefeitura os obriga a fazer o que eles não querem fazer e se não fizerem são demitidos.”

Anderson Lopes Miranda, Fórum Centro Vivo e Movimento Nacional da População de Rua



“Acho que a imprensa entendeu bem, mas também trabalhamos demais sobre esse projeto.”
Luiz Sobral, assessor do secretário de coordenação das subprefeituras
Andréa Matarazzo



“Que as pessoas se cansam e saíam antes de serem desapropriadas, é assim que eu entendo. É um sufocamento que eles estão fazendo para as pessoas se entregarem.”
JJ, comerciante



“Tem aí o papel da mídia, que vem reforçando que este é um problema de segurança e não um problema social, então qualquer conversa que você tem com pessoas moradoras da região é sempre que aquilo é um problema policial: ‘Se o Estado não fizer esta intervenção lá, o que vai acontecer comigo?’ Tem que focar um pouco nisso, porque não é aleatório o que sai na mídia, não é ingenuidade, o foco deles é decidido em reunião com prefeitura, imobiliária...”
Foz, Fórum Centro Vivo



“O governo municipal é um governo de fato consumado, ele vai lá, faz, depois vê como é que fica. Então a gente tem que pensar como é que a gente atua, porque o Estado de Direito acabou, é o Estado de Confinamento! Quando o Estado atua acima da lei, usando inclusive estratégias que são nossas, de resistência, de desobediência civil.”

Tarcísio, Fórum Centro Vivo



3.0 CIDADE



CONFINADA



FISCALIZAÇÃO

SECONFI
SECRETARIA DE
CONSUMO

INTERMUNICÍPIO

MS SP

CENTRAL



057
Cidade Confinada



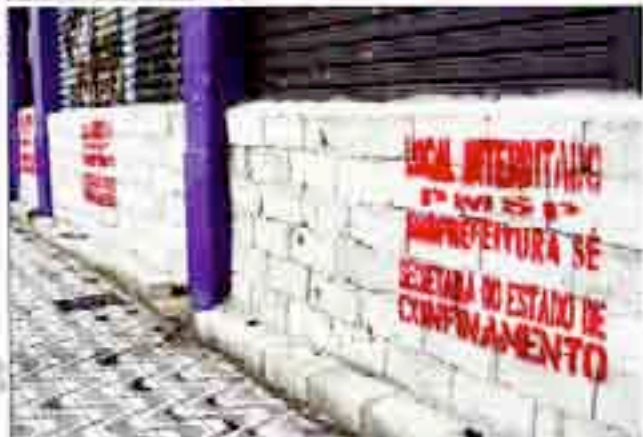
COMEÇOU A FAXINA

Com a eliminação da "Cracolândia", São Paulo segue a tendência mundial de reurbanização de áreas centrais degradadas

Há duas décadas os habitantes de São Paulo são obrigados a conviver com um cenário urbano que se apresenta — com o detalhe importante por que — de "Cracolândia". Fundada em pleno centro da cidade, próxima à histórica Estação da Luz, por meio de encanamentos de água potável na época ainda de café, a região se transformou em rede de tráfico e consumo de drogas, a céu aberto, prostituição e todo tipo de bandidagem. Há uma semana, com a demolição de alguns edifícios, a SECONI (Secretaria do Estado de Confinamento) deu às prisões paulistas para acabar definitivamente com a área da Cracolândia e promover um ambiente mais saudável para a população dos 23 quarteis que, desde então, se estende. O projeto prevê que em breve serão demolidos outros cinquenta imóveis deteriorados e sem valor imobiliário ou comercial. Era hora para essas empresas pedirem residência e construir. Outras tantas construções terão a fachada reformada. Mais como o Somo 100 em: fazenda na cidade por abrigar empresas de lojas de produtos químicos, sendo o modelo e todo o espaço se a cidade.

Empedimento de imóveis labovul e o primeiro passo para as demolições locais

A intenção da prefeitura é reurbanizar a área da Estação da Luz e seu entorno com o projeto conjunto de reurbanização, infraestrutura, revitalização e intervenções. Para isso, os recursos serão utilizados, a profal-





Puerto Madres: depois da reforma, um dos melhores quadras mais caras de Buenos Aires

tura criou uma política de incentivos fiscais. Serão concedidos descontos e créditos em tributos municipais como o imposto predial e territorial urbano (IPTU) e o imposto sobre serviços (ISS) que podem chegar a 100% do valor, por um prazo de cinco anos. Dos 14 projetos apresentados à SAU, 11 foram aprovados, entre eles um pedfio da Mercedes e outro da BSE. O investimento ficará na casa dos 300 milhões de reais, entre o sistema público e privado, e as obras devem durar dois anos. O bairro que surgiu será batizado de Nova Luz. “A ideia é criar um pólo de tecnologia, criatividade e inovação”, diz o secretário das Superintendências de São Paulo, André Munhoz. Anuncie a Universidade de mapa, substituindo a por um bairro novo por onde a cidade mais italiana a priorizar a expansão para a melhoria de todo o centro da cidade.

Com as obras na Luz, São Paulo se que uma tradição mundial de revitaliza-

ção de zonas degradadas das metrópoles. São regiões que, por motivos diversos, se tornaram obsoletas para o papel que desempenhavam na cidade. Puerto Madres, em Buenos Aires, e as Docklands, em Londres, por exemplo, existiram em decadência a partir da década de 60 porque não mais conseguiram reter os antigos habitantes que passaram a desistir o transporte de cargas. Ambos foram recuperados. Puerto Madres se transformou num dos melhores quadras mais caras da capital argentina, onde despois-se espaços comerciais e hotéis católicos, como o Faena, projetado pelo famoso arquiteto francês, Philippe Starck. “É desnecessário expandir os limites da cidade quando regiões com infraestrutura pronta, mas mal aproveitadas, já existem”, diz o arquiteto Paulo Bruna, professor de história da arquitetura contemporânea da Universidade de São Paulo. “O investimento para desenvolver uma região que já tem redes de transporte e comunicação instaladas é muito menor.” Em Londres, poré da

Docklands foi incorporada à City, o centro financeiro da cidade.

O arquiteto e urbanista José Wilberto ressalta que muitas vezes as regiões centrais das cidades sofrem nos decênios porque não conseguem acompanhar a mudança no modo de vida da população. Isso é: “A intensificação do uso de automóveis criou mais de transporte no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e no São Paulo, mas criou que muitas pessoas se deslocassem das áreas centrais, pois os preços em que elas moravam não tinham paragem”. Os urbanistas concordam que uma das maneiras mais eficazes para recuperar regiões centrais deterioradas é atrair investidores de volta para elas.

É justamente essa uma das estratégias da prefeitura paulista para revitalizar o novo bairro da Luz.

Praça do Sé reformada: barões ao ar livre



O REINO DOS MENDIGOS

Ná menos de um ano, a prefeitura de São Paulo começou uma extensa obra na Praça do Sé: um dos melhores pontos da cidade. Melhorou-se jardins, bancos, os banheiros e fontes — tudo para tornar a praça mais agradável e acolhedora para a população. De pouco adiantou. Logo a praça foi tomada por mendigos e moradores de rua que a utilizam como dormitório, banheiro e lavanderia. Alguns deles estão doentes. O mais chato é a falta de banheiros públicos. E por que a SECONFI não repõe os banheiros públicos da praça?

Porque o Ministério Público não obriga...? Então que a prefeitura é obrigada a se permitir nos locais públicos. A prefeitura não consegue mais manter banheiros que os mendigos sabem das fontes para que seja feita a limpeza uma vez a cada dois dias. O Ministério Público não obriga a prefeitura a fazer a limpeza de banheiros públicos. Mas por que o Ministério Público se preocupa a substituir a área de mendigos da praça?



MONT

RENDITADO
MUSEU
SECRETARIA DE
CONFINAMENTO

LOCAL INTERDITADO
EM VIÉS DE
SUPREFETURA DE
SANTARÉM DO ESTADO DE
CONFINAMENTO

83

HOTEL

LOCAL INTERDITO
SUPERINTENDÊNCIA DE
SECRETARIA DO ESTADO DE
CONFINAMENTO

VEMOS HOJE NA NOSSA CIDADE UM PANORAMA DE CONFINAMENTO SOCIAL, UM VERDADEIRO “ESTADO DE CONFINAMENTO”. ACREDITAMOS QUE O RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE CONFINAMENTO IMPLICA NA COMPREENSÃO DA PRESENÇA DE UMA NOVA ORGANIZAÇÃO DO PODER REPRESSIVO QUE MINA A VIDA PÚBLICA (PORTANTO, DA POTÊNCIA DE CRIAÇÃO COLETIVA), AO INCENTIVAR O ISOLAMENTO E A IMOBILIDADE EM UMA SOCIEDADE BASEADA NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO MEDO DO “OUTRO”.

HOJE, A PRINCIPAL ARMA DO SISTEMA PARECE SER A ABSORÇÃO DOS DESEJOS PARA A MANIPULAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS, ESTRUTURANDO NOSSA “SUBJETIVIDADE CONFINADA”. PORTANTO, UM IMPORTANTE LUGAR DE RUPTURA SERIA O PRÓPRIO COMPORTAMENTO, NÃO QUANDO JÁ MANIFESTO, MAS ANTES DE ESTAR ORGANIZADO; COM A REVISÃO CRÍTICA PERMANENTE DAQUILO QUE SE DESEJA.

A SECRETARIA DO ESTADO DE CONFINAMENTO É A FORMA QUE ENCONTRAMOS DE “FALAR EM AÇÃO” SOBRE AS SENSAÇÕES DESPERTADAS PELO VIVER EM SÃO PAULO, DESTA GRANDE DIFICULDADE QUE TEMOS DE CONSTRUIR, AQUI, ESPAÇOS CONTINUADOS DE TROCA¹.

1. Extraído da publicação “A Rebelião das Crianças”, do grupo Contrafilé.



Um privilégio,
mas só para quem
chegar primeiro.



**IPIRANGA, UM BAIRRO QUE FEZ HISTÓRIA,
E AGORA VOCÊ VAI FAZER A SUA.**

O último grande terreno do Ipiranga com estas dimensões. Ou seja um apartamento
excepcional, planta inovadora e um lazer que você nunca viu no bairro.

Casas sem portão e edifícios sem grades. Crianças brincando na rua,
lanternas abertas à noite. No novo bairro privado da cidade é possível ter isso e muito mais.



VILA MARIA

2 e 3 dorms. (suite) | Lazer completo

Breve lançamento.
Cabastre-se. Garanta condições

**Fácil acesso a marginal Tietê, rodovia
Fernão Dias, Presidente Dutra
e Ayrton Senna.**



155.0
18.0

064

Seleção de publicidades de condomínios que evidenciam a reiteração da lógica de segregação da cidade de São Paulo.

LEVARD

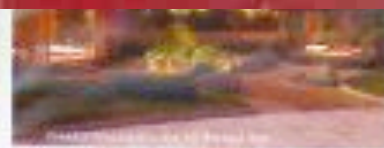
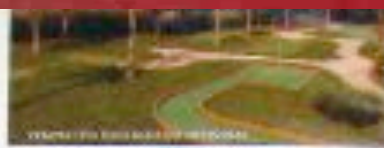
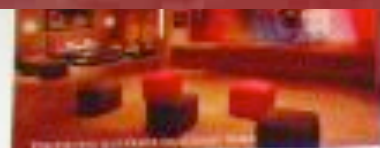
inspirada nos
boulevards parisienses,
a Tecnisa traz ainda mais
charme e elegância para
o melhor de Santana
paris agora é aqui

Para o coração de Santana, dentro do padrão de elegância que vive
mesmo. Entenda: 4400 dos 10000 metros da Tecnisa, concentra-se
em um único bloco: o Boulevard Gestão. De modo a valorizar o charme
da rua e a arquitetura, com todo o cuidado.

o charme de um bairro de amigos.

Por fora, sou parte de um grande mundo.

Por dentro, sou um mundo à parte.



TERRA

Terreno
com mais de
43.000 m²



ÁGUA

Complexo
aquático de piscinas
adulto e infantil




FOGO

Quadra de Tênis
Quadra Esportiva
Praça da Fogueira



AR PURO

Reserva Biológica
do Tamboré com
mais de 3.500.000 m²
de área preservada



**Uma parceria que assegura o seu paraíso.
Um projeto único e inovador no Centro de São Paulo.**



Confiland é a mais ousada medida civilizatória da SECONFI.

Em parceria com a Alliance, um imponente complexo residencial e comercial se ergue como uma cidade-piloto do confinamento.

Um verdadeiro paraíso na Terra.

Um espaço generoso, reservado para a formatação dos comportamentos e dos corpos, de acordo com a nova política de auto-vigilância.



A estrutura da Confiland foi cuidadosamente pensada para exercer plenamente sua função social - revitalizar e ocupar o Centro; banir o lixo, a violência, os camelôs, os usuários de drogas e os moradores de rua; prezar a segurança dos bens móveis e imóveis - e garantir o atendimento às suas necessidades mais básicas, de forma adequada às características e exigências da sua camada social. Está extinta definitivamente qualquer justificativa para conflitos entre classes.

Residencial

Moradia 4 em 1



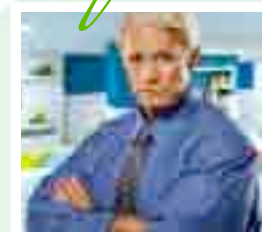
O ambiente caótico da metrópole já não oferece perigo aos moradores da Confiland: uma verdadeira fortaleza moderna é erguida no centro da cidade. Apartamentos triplex de alto luxo, com portas e janelas blindadas, decorados pelo artista de sua preferência. Uma praça central, com vasto espaço verde entre os altos muros. Maior segurança, com mais guardas, guaritas e controle de entrada e saída de moradores, visitantes e prestadores de serviço. Gente bela por toda parte. Amplas áreas de lazer e serviços “prime” de confinamento social. Menos deslocamentos no trânsito para o seu dia-a-dia. Facilidade de fazer novos amigos, da mesma classe social e com as mesmas afinidades. Você e sua família terão o privilégio de morar em um complexo de uso misto, onde fundem-se os serviços básicos de cosmética, saúde e educação aos prazeres das compras e o contato com a natureza.

DOSSUJITO

O que você precisa em um só lugar, com conforto e requinte

Áreas de Lazer

- Baias individuais com televisores e videogames
- Solarium gradeado (pátio interno para banho de sol)
- Praça de contemplação intramuros
- Sistema Intranet Control
- Espaço Fast-Gourmet
- Home-Cine do Consentimento
- Academia Corpus & Comportamentus Design
- Spa da agressividade contida
- Ateliê de artes programadas



NOSSO SUÍCIO



Saúde

A Secretaria do Estado de Confinamento - SECONFI e a Alliance visam fornecer subsídios para que você perceba que os conflitos psicológicos manifestados em si próprio são exclusivamente internos e genéticos. A medicina pode curar o real fator de sua indignação ou conduta inadequada.

O confinamento é indispensável para a cura da indignação através da aceitação inconsciente e empenho no desenvolvimento da nova persona.

Considerando o oportunismo socialmente responsável, introjetado pelo mundo moderno e reproduzido pela sociedade, a Secretaria do Estado de Confinamento possui os mais eficientes mecanismos de transplante de singularidades. Procuramos interpretar as experiências de angústia e humilhação anteriores, à luz da experiência atual de confinamento, possibilitando o aperfeiçoamento da carência e do fatalismo. A Saúde da Confiland oferece a última chance para internalizar sua condição de novo ser humano.

SAÚDE

Conheça nossas terapias especializadas

Ambulatório de Saúde Mental

Atende indivíduos com crises de histeria, surtos psicóticos, traumas psicológicos e outros desvios emocionais, causados por atitudes de resistência.

Pronto Socorro

Atende todo e qualquer cidadão que, em caso de rebeldia média ou extrema, justifique o uso da força física policial.

Clínica de Revitalização

Atende cidadãos encaminhados pelo Ambulatório de Saúde Mental e Pronto Socorro, assim como todo e qualquer cidadão que necessite de um tratamento higienizador e de intervenções cosméticas.

Centro de Reintegração Social

Atende todo e qualquer cidadão que não aceite o confinamento como condição para a vida em sociedade.



PRONTO

Educação

A sociedade civil apóia integralmente este novo projeto



Projeto Cárceres

Projeto Cárceres: atende jovens em “liberdade 24h assistida”.
Visando um encarceramento generalizado, a Secretaria do Estado de Confinamento, com apoio da sociedade civil e órgãos vinculados - incluindo a mídia - oferece mais um equipamento público que colabora de forma eficaz com o exercício da cidadania: o Projeto Cárceres. Pertencemos a um tempo em que a insegurança impera e a sociedade pede ações responsáveis e contundentes. Atualmente não se pode confiar em ninguém. Rompa a lógica da convivência social em prol de uma verdadeira e legítima liberdade assistida.
Conquiste seu direito de segurança plena!

Berçário Carcerário

Berçário Carcerário: atende crianças a partir dos seis meses de idade.
Este serviço conta com as mais amplas formas de proteger seus filhos. A SECONFIL adota a responsabilidade legal para o resto da vida de cada criança, assegurando-lhe o futuro na perpétua estrutura social confinária.

Responsabilidade Social



Albergue Higiênico

A Responsabilidade Social sempre foi prioridade em todas as etapas da Confiland. Evidenciando isso, foram criados os Albergues Higiênicos. Segundo as previsões dos técnicos envolvidos na implementação e gestão da Confiland, em menos de um ano não haverá lixo nas ruas, nem lâmpadas queimadas, nem calçamento solto ou buracos. Uma verdadeira revitalização já estará em vigência: todos os habitantes indesejados serão convidados a se mudarem para os Albergues Higiênicos. Entidades assistenciais serão orientadas a levá-los, com métodos de redobrado convencimento, a ocupar estas habitações. O que justifica e incentiva esta ação de Responsabilidade Social é o fato lamentável do comércio ambulante, dos camelôs e de toda população de rua promoverem uma desordem urbana que traz a criminalidade e compromete o projeto Nova Luz de cosmética urbana. Para garantir a eficiência desta medida de higienização, a região da Nova Luz foi dividida em cinco microáreas, que serão monitoradas dia e noite por mil câmeras de vigilância e uma equipe de agentes treinados que informarão, em tempo real, os problemas do Centro.

Segurança

Algemas Particulares para uso doméstico



Mantenha seus filhos livres de más influências!
A indisciplina infanto-juvenil vem crescendo sensivelmente nos últimos anos e torna-se necessária a contenção da resistência oferecida pelas crianças e adolescentes. A Algema Particular é um meio eficiente de contenção, além de ser um método menos lesivo do que o emprego da força física. O uso de algemas é uma tradição em segurança! Além de prático e eficiente em todos os casos de indisciplina, seu emprego em jovens e crianças já está expressamente permitido – segundo o Código Penal Militar, artigo 234, §1º – “quando houver perigo de fuga ou de agressão”. Garanta a proteção de seus filhos no aconchego do lar usando as Algemas Particulares nas horas em que os métodos de consentimento se mostrarem ineficazes.



Diversos Modelos



Garanta uma liberdade segura para sua criança

Coleiras Confidence para crianças

Seu filho pode desaparecer como um flash! Mantenha suas aventuras seguras e próximas. Com as Coleiras Confidence sua mente e a de seu marido poderão permanecer tranqüilas enquanto trabalham, passeiam e viajam sem os distúrbios do medo. As Coleiras Confidence foram desenhadas, testadas e retestadas por mães responsáveis, em suas próprias crianças. Foram elaboradas com minuciosa atenção aos detalhes, os mais sofisticados materiais e o cuidado que seu pequeno explorador merece!



Segurança



Câmeras de Auto-Vigilância

Você tem medo da própria sombra?
Não consegue deixar suas crianças com babás?
Não consegue ficar tranqüilo em sua casa, sítio
ou fazenda? Sente necessidade de monitorar os
funcionários de sua empresa? As câmeras de
auto-vigilância não possuem barreiras. São
dispositivos de alta qualidade, criados e
difundidos orgulhosamente pela SECONFI.

Com perfeita estrutura articulável,
o equipamento permite que você monitore a si
mesmo ou ao seu entorno, garantindo sua
própria segurança, bem como a segurança de
sua família e de suas propriedades.
As Câmeras de Auto-Vigilância têm
qualidade de imagem digital e cobrem um
raio de até 200 metros de alcance.

Encontradas nas cores de sua
preferência, são leves e discretas,
adequadas a toda ocasião.

LIBERDADE



Sinta o prazer do sentimento de paz privada

Monitoramento Eletrônico

Uma das grandes inovações dentre os serviços oferecidos na Confiland é o controle eletrônico dos sujeitos confinados, sejam animais, crianças, jovens ou adultos: pode ser aplicado através de adornos magnéticos ou implantação subcutânea, desde o nascimento. O acompanhamento por GPS permite a visibilidade constante. Alarmes-pânico são acionados em portas eletrônicas e detectores de metais. Impossível escapar!

Solitárias: cercas elétricas para automóveis

Milhares de Solitárias já estão circulando pelas ruas. Estão disponíveis na Megastore da Confiland e estabelecimentos associados, cercas 100% eletrificadas, adequadas a todos os modelos de automóveis. São equipamentos cientificamente testados que oferecem ao motorista o mais pleno estado de confinamento, garantindo a sensação de isolamento em Solitárias absolutamente seguras.



**CONFI-
LAND
SISTEMA**



ALLIANCE

DESDE 1964, A ALLIANCE, EMPRESA MODERNA E ATUALIZADA, ESTÁ POSICIONADA ENTRE AS MAIS DIFERENCIADAS INCORPORADORAS DO SEGMENTO IMOBILIÁRIO, ADEQUANDO SUA ATUAÇÃO ÀS TRANSFORMAÇÕES E ÀS NOVAS TENDÊNCIAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. A EMPRESA PRIMA PELA ESCOLHA DE SEUS PARCEIROS E FORNECEDORES, PREOCUPANDO-SE EM TRABALHAR SEMPRE COM OS MELHORES PROFISSIONAIS DO MERCADO.

OUSADIA E INOVAÇÃO ESTÃO SEMPRE TRADUZIDOS EM SEUS EMPREENDIMENTOS ATRAVÉS DE PROJETOS EXECUTADOS COM TECNOLOGIA DE PONTA E MUITA SOFISTICAÇÃO. O RESULTADO DE TUDO ISSO SÃO PRODUTOS CUIDADOSAMENTE PLANEJADOS, QUE OFERECEM LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA, PROJETOS FUNCIONAIS E ARROJADOS, COM UM ALTO PADRÃO DE QUALIDADE. SEMPRE COM A PREOCUPAÇÃO EM CONTRIBUIR COM O CENÁRIO ARQUITETÔNICO LOCAL.

A ALLIANCE É UMA EMPRESA QUE BUSCA PROPORCIONAR AOS SEUS CLIENTES A SEGURANÇA QUE O MERCADO IMOBILIÁRIO DEVE OFERECER. A EMPRESA TEM COMO OBJETIVO ESTREITAR A RELAÇÃO ENTRE A INCORPORADORA E O CLIENTE, NÃO SÓ OFERECENDO UM PRODUTO DE QUALIDADE, MAS TAMBÉM PROPORCIONANDO ACOMPANHAMENTO PÓS-VENDA, COM O COMPROMETIMENTO DE ORIENTAR SEUS CLIENTES, VISANDO GERAR O MELHOR NEGÓCIO, SEMPRE.

CONFIRMANDO ESTA FILOSOFIA E POSTURA, A CONFILAND, EMPREENDIMENTO LANÇADO PELA ALLIANCE, GANHOU O PRÊMIO MASTER IMOBILIÁRIO, CONFERINDO MAIS UM AVAL À SUA HISTÓRIA.



SECONFI

SECRETARIA DO ESTADO DE
CONFINAMENTO

A SECONFI É UM ÓRGÃO DE AÇÃO TRANSVERSAL QUE TEM COMO MISSÃO GARANTIR AO CORPO SOCIAL O SENTIMENTO DE SEGURANÇA PLENA, ATRAVÉS DO CONTROLE PERMANENTE E PROGRESSIVO DE SINTOMAS QUE AMEAÇAM O BEM-ESTAR SOCIAL. TAL GARANTIA É DIARIAMENTE CONQUISTADA PELAS INÚMERAS MEDIDAS DE MANUTENÇÃO DO MEDO - NECESSÁRIO A TODA SOCIEDADE DE ORDEM E PROGRESSO - OFERECIDAS À POPULAÇÃO PELOS DIVERSOS PROGRAMAS DE PONTA QUE ELABORA COM ORGULHO E DETERMINAÇÃO.

O CONFINAMENTO, PARTE FUNDAMENTAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DA LIBERDADE SAUDAVELMENTE CONTIDA, OBJETIVA CONTER TODO E QUALQUER MEMBRO SOCIAL QUE AMEACE A ORDEM, PREVENINDO O CRIME E PROPORCIONANDO-LHE A REINTEGRAÇÃO À CONVIVÊNCIA EM SOCIEDADE. DEVE CONSTITUIR A BASE DE UMA POLÍTICA SOCIAL MODERNA, O RESPEITO À DIGNIDADE DO HOMEM SUBMISSO, AOS SEUS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS DE PROPAGAR O MEDO E O DESEJO DE CONFINAMENTO; RESPEITO À CRENÇA NO DESENVOLVIMENTO DO POTENCIAL DE CONDICIONAMENTO E DEGRADAÇÃO DO SER HUMANO.

A SECONFI VEM DESDOBRANDO ESFORÇOS PARA CORRESPONDER ÀS EXPECTATIVAS E ASPIRAÇÕES DA SOCIEDADE DO MEDO: ELABORANDO PROGRAMAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DIÁRIA DE NOVAS E OUSADAS UNIDADES PRISIONAIS; VISANDO A REABILITAÇÃO DO HOMEM REBELDE, ATRAVÉS DA OFERTA DO TRABALHO SUBMETIDO ÀS SEVERAS LEIS DO CAPITAL, BEM COMO O USO INVOLUNTÁRIO DOS DISPOSITIVOS PRISIONAIS DE SEGURANÇA; BUSCANDO, SIMULTANEAMENTE, O COMPROMETIMENTO DA SOCIEDADE COM A QUESTÃO CONFINÁRIA.

INFORMAÇÕES: 3296.6665
WWW.CONFILAND.COM.BR

PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO:



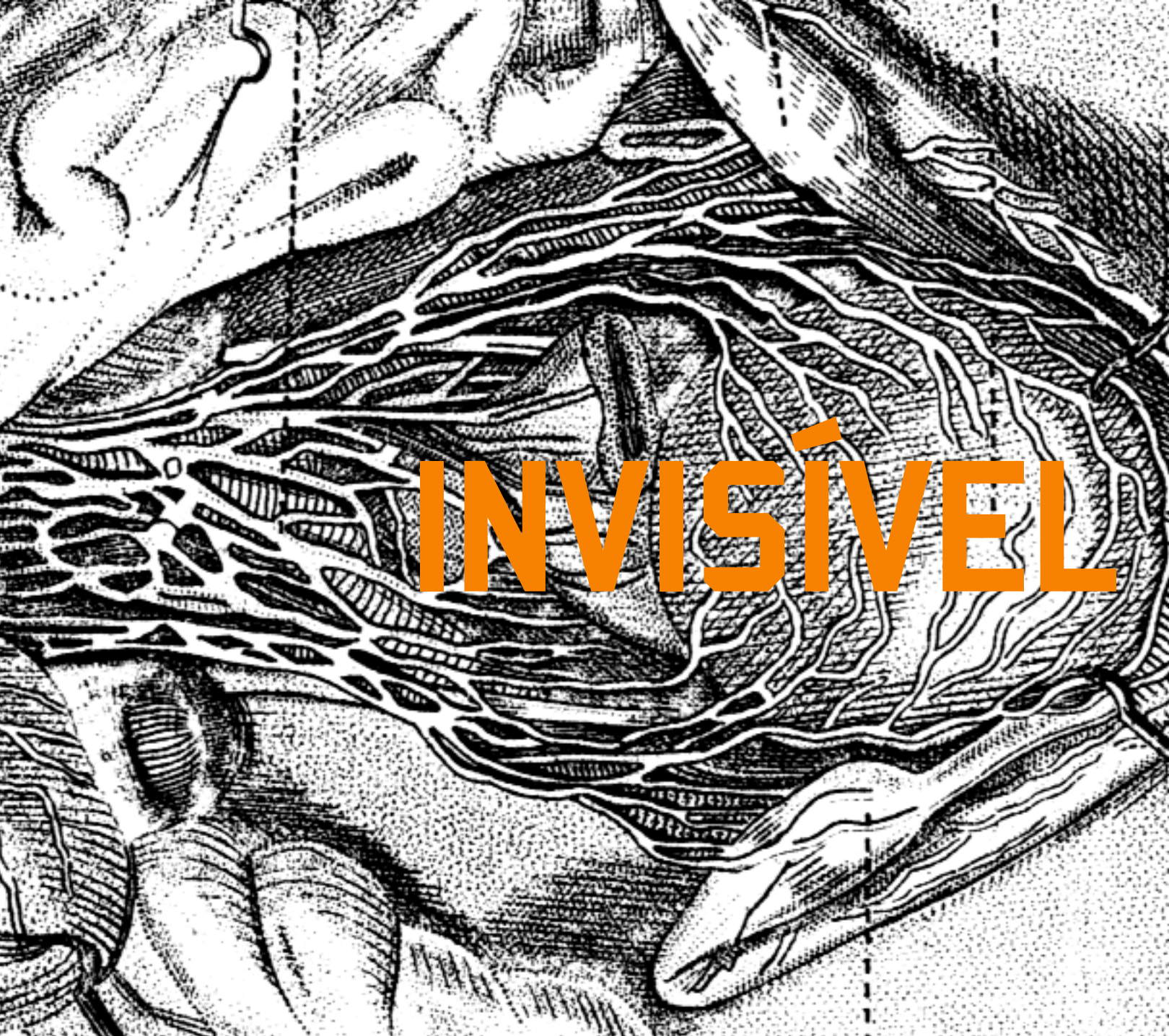
INCORPORAÇÃO, CONSTRUÇÃO E VENDAS:



RUA DO TRIUNFO, 161
(AO LADO DA ESTAÇÃO DA LUZ E DA SALA SÃO PAULO)



4.0 CIDADE



INVISÍVEL

4.1

...CONHECER O LUMINOSO PRESERVAR O SOMBRIO TORNA-SE O IDEAL DO MUNDO...¹

POR DOMÊNICO COIRO²

De um modo geral, podemos considerar o confinamento uma forma de estresse. Este, em termos médicos atuais, conceitua-se como a consequência de um desequilíbrio na homeostase, propriedade que regula o organismo vivo a fim de manter seu estado interno em condições estáveis e relativamente constantes. Ou seja, o estresse aparece quando não conseguimos nos adaptar a uma mudança; quando há uma percepção dolorosa, real ou imaginária, ocasionada por uma divergência entre a demanda do meio ambiente e nossos recursos sociais ou bio-psicológicos.

Os fatores estressantes podem ser físicos, fisiológicos, emocionais ou mentais. Diante deles, reagimos, primeiramente, com uma atitude denominada “luta ou fuga”. Todo nosso organismo ativa-se para lidar com essa ameaça potencial. Ficamos “alertas”, “ligados”, nossa pressão sanguínea sobe, o coração bate mais rápido e o sangue retira-se da pele e da superfície para deslocar-se para os músculos, preparando o corpo para um enfrentamento físico ou para uma escapada para longe da situação. Produzimos hormônios, como os corticóides, os quais, entre outras funções, nos protegem contra dores, através de uma potente ação antiinflamatória (quem já não experimentou quando fisicamente muito ativo, correndo ou jogando, não sentimos nenhuma dor por batidas ou contusões em nossos corpos?). As atividades digestiva, sexual, de retirada para o sono e outras funções internas ficam diminuídas durante o estresse, já que requerem um relativo relaxamento; são opostas àquelas que nos preparam para uma luta ou uma fuga. Se a situação estressante durar um determinado tempo, nosso organismo mantém essa atividade de adaptação enquanto pode, mas se o tempo for longo demais, inevitavelmente ele se descompensa. Podemos sentir, então, fadiga, depressão, insônia, distúrbios circulatórios, digestivos, hormonais etc.

A perspectiva da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), que já tem alguns milênios de existência, tem muita afinidade com a visão fisiológica da homeostase, a regulação do organismo através de equilíbrios dinâmicos e múltiplos. O que a fisiologia moderna denomina de sistema nervoso autônomo, ou seja, aquele que funciona de maneira relativamente independente de nossa consciência e vontade – e que é dividido em sistema simpático, responsável por funções de ativação (aumento da pressão sanguínea, de batimentos cardíacos e da concentração de açúcar no sangue, tensão muscular, etc) e sistema parassimpático, responsável pelas funções de recolhimento e relaxamento (aumenta a

1. Laozi, *Dao De Jing (Tao Te King)*, tradução de Mario Bruno Sproviero, Ed. Hedra, São Paulo, 2007.

2. Domênico Coiro é médico especializado em medicina chinesa e acupuntura, músico e poeta.

atividade do sistema digestivo, sexual, reduz o ritmo cardíaco, a pressão arterial, etc) –, a MTC chama de “nível energético e sanguíneo do Yin e do Yang”. Estes, Yin e Yang, são nomes gerais para termos complementares: se o dia é Yang, a noite é Yin, se o calor é Yang, o frio é Yin, se a atividade é Yang, o repouso é Yin e assim por diante. Portanto, o sistema simpático, responsável pelo quadro geral de ativação, é Yang, enquanto o parassimpático, que administra as situações de relaxamento, é Yin. Traduzindo, a homeostase seria um equilíbrio dinâmico entre o Yin e o Yang. E o estresse, um aumento excessivo do Yang.

Para além dessas comparações básicas, podemos observar que a MTC é muito sofisticada no seu sistema de avaliação das possibilidades de equilíbrio entre o Yin e o Yang. Por exemplo, se temos uma situação aguda de estresse, ou seja, uma hiperativação do sistema Yang, podemos terapeuticamente diminuir essa atividade excessiva, quer dizer, sedar o Yang. Mas, se esse estresse durou um tempo prolongado, o aumento de Yang pode ter “consumido” o Yin, assim como a chama muito alta de uma vela consome a cera que a sustenta. Portanto, só diminuir o Yang nesse caso não resultará em cura completa, já que o Yin foi “lesado”. Assim, mesmo fora da situação de estresse, esse indivíduo continuará a exibir sintomas (insônias, gastrites, depressão etc) porque desgastou seu sistema Yin. Nesse caso, precisamos diminuir o Yang e aumentar simultaneamente o Yin para a cura completa. Outro exemplo: uma pessoa apresenta o nível de atividade, Yang, normal, mas o nível de recolhimento, Yin, diminuído. Nesse caso, que não envolve uma situação de estresse “real”, pois não há um aumento de atividade dirigida ao exterior, essa pessoa apresenta quase todos os sintomas de estresse; não por estar exposta a uma situação adversa exterior, mas sim por ter perdido a capacidade de se recolher. Então aumentamos terapeuticamente a função do sistema Yin, sem interferirmos no sistema Yang. A arte da MTC está exatamente no discernimento de todas essas possibilidades de interação entre o Yin e o Yang, para o reestabelecimento da homeostase.

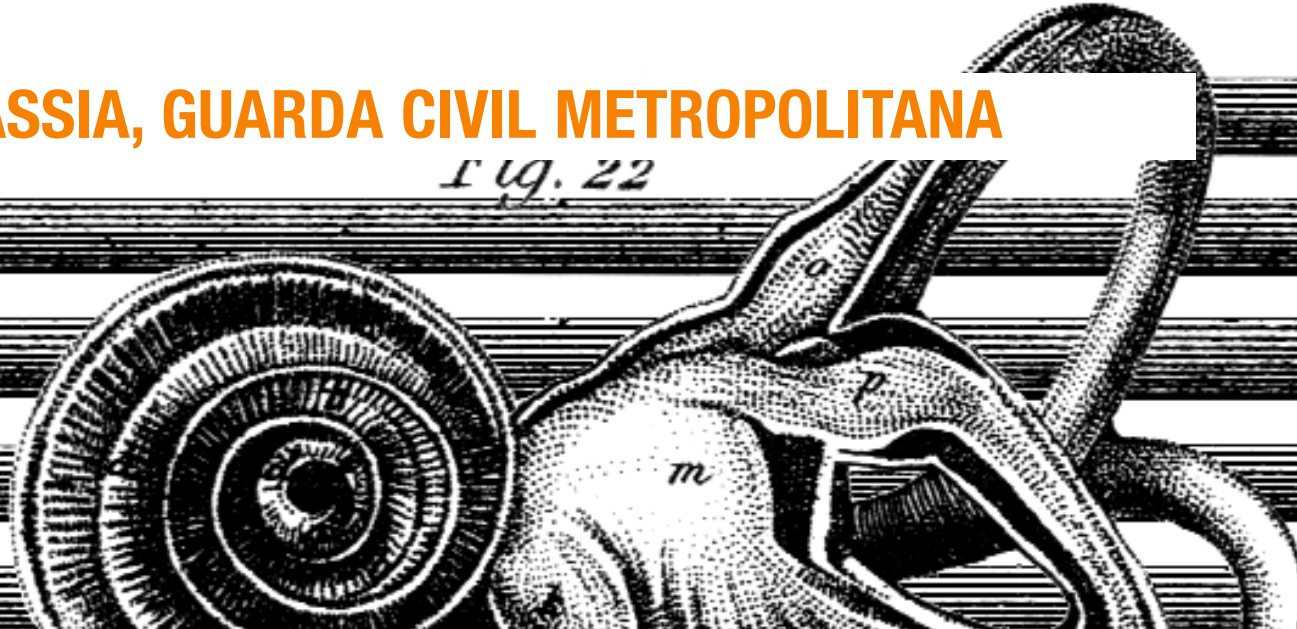
Para além do equilíbrio geral – homeostase – ou complementaridade entre Yin e Yang, a MTC também distingue cinco órgãos vitais básicos: o coração, o pulmão, o fígado, o baço-pâncreas e o rim. Isso significa que podemos focalizar como está o relacionamento entre Yin e Yang em cada um desses órgãos. Às vezes, numa situação de estresse, um órgão fica muito mais afetado que um outro e nossa intervenção pode ser precisa. Sabemos também que um órgão nunca está isolado dentro do organismo e que atua ativando ou desativando um outro órgão companheiro. Assim, quando intervimos em um órgão, estamos sempre atentos para a rede de relações que irão se modificar por causa dessa intervenção. Um órgão, para a MTC, não tem somente a conotação física com a qual estamos acostumados. Para ela, certas partes do corpo, certos movimentos, emoções, tipos de pensamento, estão agregados à noção de órgão. Por exemplo: o pulmão é associado à tristeza, à capacidade de discernimento e à pele, assim como o fígado é associado à agressividade, ao pensamento estratégico e aos olhos; o coração à alegria, à consciência e ao sangue, enquanto o rim ao medo, à energia da vontade e aos ouvidos. Desta forma, o conceito de homeostase permanece como regulação entre equilíbrios múltiplos e dinâmicos, mas amplia-se para além da dimensão fisiológica. Podemos interpretar, em termos de Yin e Yang e de órgãos, as dinâmicas relacionais entre as várias emoções de um indivíduo.

Por exemplo, se alguém se sente impedido de agir, frustrado e impotente diante de uma situação concreta e exterior, ele poderia ficar com raiva, ou seja, o fígado estaria processando esse estresse; ou triste, caso um pouco mais profundo, em que a energia agressiva do fígado, bloqueada, já “invadiu” a área do pulmão – que gera a tristeza – conotando que essa pessoa já desistiu de qualquer atuação e já entrou numa situação que mimetiza o luto.

Podemos também interpretar, com os mesmos instrumentos, os modos de comunicação e atuação entre indivíduos de um grupo, ou comunidade social. Para todas as situações, cada caso particular exige, para a MTC, uma abordagem terapêutica diferenciada, onde a história completa do indivíduo, ou do grupo, seus sintomas, suas emoções, seus discursos, suas formas de pensar e agir, são necessários e fundamentais para uma interpretação e uma intervenção adequadas.

O Homo sapiens tem em torno de 250 mil anos. O tempo de nosso sistema nervoso autônomo já formado e com pouquíssimas modificações (as pesquisas com drogas básicas são feitas em ratos!). Há 150 anos, não conhecíamos a energia elétrica. Thomas Edison inventa a primeira lâmpada comercialmente viável em 1879. Conseguimos ainda imaginar nossa vida sem eletricidade, motores elétricos, carros, aviões, telefones, televisões, computadores e internet? Temos a noção de que somente em cem anos, quatro gerações, o nosso nível de contato com o mundo e com as outras pessoas aumentou astronômicamente? Tanta atividade, o sistema nervoso ligado e a noite não é mais noite em cidade urbana, funcionando 24 horas. Um acréscimo de solicitação Yang, um sistema simpático não valendo mais o próprio nome de tão estressado. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), a Depressão Unipolar (Transtorno Depressivo Maior) será, pelo ano de 2020, a segunda doença mais prevalente no mundo, seguida das Doenças Isquêmicas do Coração... Nostalgia? Volta ao passado? Não. Mas uma necessidade premente de desenvolvermos o que os antigos chamavam de “árvore da vida”. Enquanto a árvore do conhecimento era nossa porção de atividade com o mundo, a árvore da vida, o sistema circulatório, interior, escuro, é a fonte de onde brota o amor, a vida, a pureza de um recém-nascido. Diminuirmos as atividades luminosas, o conhecimento supérfluo e aumentarmos o amor e a inocência originais. Conseguiremos?

CÁSSIA, GUARDA CIVIL METROPOLITANA



“CANSADA, MUITO CANSADA, PORQUE VOCÊ LIDA COM O QUE A SOCIEDADE TEM SUPOSTAMENTE DE PIOR, O QUE ‘SUPOSTAMENTE’ TEM DE PIOR, O QUE A MAIORIA NÃO QUER ENXERGAR. TEM O DESGASTE FÍSICO, EMOCIONAL, MENTAL, VOCÊ TEM TODOS OS SINTOMAS. VOCÊ TEM QUE SE IMBUIR DE UMA COISA MUITO BOA PARA VOCÊ CONSEGUIR TRABALHAR DENTRO DE UMA SITUAÇÃO POLICIAL, PORQUE SE NÃO VOCÊ PERDE O CENTRO, VOCÊ PERDE O EQUILÍBRIO. É UM TRABALHO MUITO ESTRESSANTE, EU CREIO QUE UMA HORA ISSO VIRA UMA BOLA DE NEVE, SÃO TANTAS COISAS QUE VOCÊ PASSA NO SEU DIA-A-DIA, HOJE, NO OUTRO PLANTÃO, ENTÃO VOCÊ ÀS VEZES PRECISA REALMENTE APRENDER A SEPARAR, VOCÊ PRECISA TER UMA REFERÊNCIA HUMANA PARA VOCÊ NÃO SE TORNAR AQUILO QUE VOCÊ ESTÁ REPREENDENDO; PRECISA ASSISTIR UM PROGRAMA DE TV BACANA, OU UM FILME QUE VOCÊ MORRA DE RIR PARA CONSEGUIR RESPIRAR; VOCÊ TEM QUE APRENDER A SEPARAR E TER UM PONTO REFERENCIAL PARA VOCÊ NÃO SE TORNAR AS COISAS RUINS QUE TEM NO MUNDO.”



GSC, COMERCIANTE

“EU QUERIA MUITO QUE ISSO MUDASSE, SABE, EU NÃO VIVO BEM. PORQUE, VOCÊ SABE, QUANDO TUDO DESMORONA, CAI TUDO EM CIMA. CAIU TUDO EM CIMA DE MIM. MEU CASAMENTO... VEJO FALTAR AS COISAS NA MINHA GELADEIRA... MEUS FILHOS, QUE VERGONHA... EU SOFRO MUITO DE VER MEUS FILHOS PASSANDO POR ISSO, COISA QUE EU NUNCA PASSEI. TÁ SENDO MUITO DIFÍCIL, EU TÔ EM TRATAMENTO, TOMANDO SEIS PÍLULAS; EU TÔ TOMANDO REMÉDIO PRA ARRUMAR MEUS NERVOS.”

CE, 16, ESTUDANTE, FILHO DE GSC

“A TENDÊNCIA É SÓ PIORAR, TÁ PIORANDO, TEM CRISES. PORQUE FOI UMA VIDA INTEIRA DELA COM O MARIDO, MEU PADRASTO, UMA VIDA INTEIRA DOS DOIS... INVESTIR NUMA COISA E VER ELA CAIR, ACABAR, FICAR NAQUILO QUE VOCÊS VÊEM LÁ: NADA, UM DESERTO, UMA ÁREA FECHADA... É HORRÍVEL, ELA ESTÁ QUASE EM DEPRESSÃO, O CABELO CAINDO, NÃO TEM MAIS ÂNIMO PRA NADA, E ELE TAMBÉM.”

4.2

CIDADE DE QUEM?

CONVERSA COM OSVALDO

Oswaldo é educador de rua e coordenador da equipe de uma ONG que atua no centro de São Paulo.

Oswaldo – Eu atuo em uma instituição e por mais que tente fazer um trabalho diferenciado, sinto que faço parte de um sistema. Tem muita gente que pensa: “Nós – as ONGs – não somos o governo, fazemos diferente do governo.” Mas, no final, não tem muita diferença. Eu acho que as organizações têm um conflito. Por um lado, falam que o poder público atua com uma política de higienização. E o que querem dizer quando denunciam a higienização? A retirada coercitiva dos meninos da rua. Mas o que as ONGs propõem também é a retirada desses meninos da rua, que eles voltem para a periferia sem nada. Só que isso acaba evidenciando que todos estes atores acham a mesma coisa: que essa cidade não é para esses meninos... A ação das ONGs acaba sendo uma ação que também não leva em consideração a pessoa que está no local. Todos pensam: “Eles são drogados, são malucos, são noiados...” E isso acaba invalidando essas pessoas, desabilitando, aniquilando. Os próprios meninos acabam achando que não são mais seres humanos por estarem nesta situação, um ser pensante, que pode refletir, pode reescrever sua história. E aí você, ONG, de alguma maneira acaba contribuindo para o sistema. Porque para o sistema não importa ser varrido ou ser levado, contanto que fique na periferia... Porque no fundo a cidade – e mais especificamente o Centro – não é para essas pessoas.

PI – Então, qual é a diferença entre a ação das ONGs e a ação do Estado?

Oswaldo – Não tem muita diferença, porque nenhuma delas leva em consideração a pessoa que está no local. Por isso, comecei a questionar muito, porque acho que a cidade é para eles sim. Talvez, tivéssemos que olhar a cidade com um outro olhar. Eu parei de atuar na Luz porque acho que de alguma maneira estando ali você contribui para uma lógica perversa; mesmo dizendo que é contra, acaba contribuindo. Querem levar os meninos para a periferia. Mas como? Voltar para suas casas, como? Eu não sei se o caminho é esse, eu acho que a cidade é de todos, eu acho que se eles estão nessa situação é justamente porque a cidade nunca foi deles.

PI – Então, isso é um posicionamento da ONG?

Oswaldo – Não, é um posicionamento meu como quem dirige uma equipe lá. Existem muitos interesses, todos são legítimos a partir do seu ponto de vista; não tento tirar o mérito do ponto de vista do comerciante, da polícia etc... Mas o que fica evidente é que aqueles que estão naquele espaço não têm espaço, não têm cidade, porque de alguma forma eles denunciam a decadência, também são parte da decadência do Centro e da cidade. Por isso, eu resolvi me abster desse processo, porque de alguma maneira estamos fazendo o que o Estado está fazendo, não levando em consideração aquele sujeito que está ali.

Eu não acho que eles são nóias, que não pensam e tudo isso. Eu trabalho com esses meninos há muitos anos e não acho isso, tenho uma idéia muito diferente. Não que a minha idéia seja absoluta, melhor que todas, mas essa é a minha posição. Existe sim uma estética feia, uma coisa feia, mas existe uma coisa muito bonita por baixo disso aí; mas desse belo ninguém quer saber.

A Cracolândia existe desde 1990 e ela é um refúgio, não é um espaço físico, delimitado. Por isso, tem a Cracolândia,

agora tem a Nova Cracolândia, daqui a pouco vai ter a Nova Cracolândia II, III, IV, vai ter um monte de Cracolândias, pois a Cracolândia não se limita a um espaço. O espaço físico nada mais é do que a tela dessa pintura e essa pintura pode ser pintada em qualquer lugar. Por isso eu acho equivocadas as ações que partem do princípio do espaço, porque vira uma faxina mesmo; vamos varrer esses meninos daqui, porque esse espaço a gente requalifica para outras coisas, e não para estes meninos. Vamos acabar com aquela rua toda suja, mas como, se não é um espaço físico?! Uma prova disso é que os incorporadores já estão a 800 metros da Cracolândia original, e já estão fazendo a Cracolândia III, porque eles precisam do espaço deles... E o espaço deles também não é um espaço físico! Eles pensam: “Se eu limitar aqui, se eu revitalizar essa parte, logo não terá menino aqui.” E as ONGs também fazem este jogo, claro que com uma pincelada de direito, de defesa do direito de dignidade, mas elas acabam fazendo o mesmo papel. A diferença é que enquanto a polícia tira na pancada, nós tiramos de mãos dadas; o que muda é isso.

PI – Conta um pouco da sua história com esse projeto da Cracolândia.

Oswaldo – Comecei a trabalhar lá em 2004; na época eram umas 200 crianças. E eu acho que ao longo destes anos os meninos entenderam de quem entra na Cracolândia e usa o crack não tem volta. Aliás, os meninos que ficavam ali em volta, tinham medo de lá, eles mesmos verbalizavam: “Nossa, eu nunca vou naquele lugar, um lugar fantasma, um lugar que come gente!” E isso povoava o imaginário deles e o do educador também. Porque, se para os meninos era um “lugar que comia menino”, para os educadores, então! Como a gente ia trabalhar em um lugar assim? E realmente tínhamos muita dificuldade de trabalhar na Cracolândia, porque os meninos geralmente já não têm escuta e não é uma coisa de comportamento, mas da condição na qual estão inseridos. E com a droga, de alguma maneira isso se acentua. Começa assim: o menino nunca vai para a Cracolândia direto, geralmente sai de casa e vai para os centros comerciais perto da sua família. Por exemplo, quem mora na João XXIII, que está colada na Rodovia Raposo Tavares, vem para Pinheiros, não vai para o Centro, porque tem o imaginário de que o Centro é lugar dos nórias. E eles pensam: “Eu não sou nória, eu apenas não tô conseguindo ficar na minha casa.”

PI – Eles também usam esse nome “nória”?

Oswaldo – Usam, mas talvez em Pinheiros eles chamem de “colado”, porque nória e colado tem diferença para eles; eles conseguem fazer uma diferenciação no grau de deteriorização que a droga provoca na vida deles. Imagine, então, quando fui lá para a Luz, era um terror. Um dia eu chegava e me apresentava, “meu nome é Oswaldo” e tal, batia um papo super legal com o menino, no outro dia ele aparecia e perguntava: “Quem é o senhor?”. E não era nada de encenação, a droga consome tanto que eles não conseguem te identificar no outro dia e isso dificulta muito o trabalho, traz muita frustração para o educador. É difícil encontrar um educador que consegue trabalhar na Luz de uma maneira legal, ele acaba se misturando no processo, com a tela, com a tinta, mistura tudo e gruda lá. Porque de alguma maneira essa miséria acaba te afetando internamente, e você acaba se perdendo também na sua objetividade. Por isso, quando eu comecei a atuar lá, eu falei: “Não, gente...”. Porque as pessoas têm uma prepotência, uma onipotência de que tem que ir lá, fazer e acontecer e com isso não levam em consideração que o outro faz parte, que ele é um parceiro do processo. Não podemos encarar o menino como um doente, um retardado, alguém que não tem mais jeito. Se eu tratá-lo assim eu... Não há possibilidade. Se eu desabilito o moleque, e deleto tudo, não dou uma oportunidade para ele fazer nenhum movimento, entendeu? Se eu não der nenhuma possibilidade para ele também ser um sujeito, é porque de alguma forma a ação dele desagrade. Porque sempre a gente quer outras coisas, é a nossa prepotência enquanto educadores. Mas existe um processo e é esse o processo que deve ser subsidiado com outros processos. E acho que a Cracolândia não é um lugar de verbalização. E aí também é um dos meus conflitos, porque o trabalho das ONGs é um trabalho de verbalização. E o ensino, de alguma maneira, vira um produto. Mas eu não quero estar a serviço porque acredito que a educação pode ser eficaz sempre. Depende de como você leva a pessoa, respeitando, sabe? Eu acho que a gente é estrangeiro sempre. Por isso, primeiro temos que aprender com aqueles meninos, aprender como eles funcionam. Temos sempre a pretensão de achar que somos nativos; e aí dificulta, porque é uma coisa falsa, não somos

nativos, somos estrangeiros e temos que aprender a lidar com a linguagem, o local, lidar com aquele tipo de público. Quais são as linguagens, como esse público troca, que leitura ele tem da sociedade, que representação social tem do educador. Muitas vezes a gente vai lá achando que é muito claro que somos os educadores! Mas eu não sei se é essa a leitura que eles têm da gente. Lá na ONG onde eu trabalho, têm uns dois ou três educadores que entenderam que a proposta não era falada; eram dinâmicas que duravam cinco minutos, mas era alguma coisa que deixava um carimbinho, uma coisa marcada. Já que ele não escuta, pelo menos ele vai lembrar daquele momento e vai namorar aquilo. Então passavam dois ou três dias e ele devolvia. Ele devolvia e a gente falava: “Opa, que bom que ele devolveu! Vamos tentar trabalhar nessa devolução, acrescentando.” Era muito frustrante porque ele devolvia hoje, depois devolvia daqui a uma semana, depois regredia. Mas a proposta era essa. A proposta era que ele se percebesse e criasse recursos a partir da intervenção pedagógica que possibilitasse ele sair ou não; ele fazer essa escolha. Porque os 30 meninos que saíram daquela situação não tiveram recaída. Mas foi um processo desgastante, foi um processo de um ano, um ano e pouco. E foi um processo que não tinha fala. Não tinha essa intenção questionadora, cuidadora, aconselhadora, sabe? Misericordiosa. Não era carregada, contaminada do nosso eu na intervenção. Tentávamos fazer de uma maneira despretenciosa, mas com grande interesse; que era uma tentativa de pegá-los em algum lugar. Porque todos eles têm um ponto fraco. A gente chama de ponto fraco, mas não é o ponto fraco, não; acho que é o ponto forte, que é o lugar a partir do qual eles se permitem trocar com você; ele só permite ali. Mas só que a gente demora para achar esse lugar, uma hora sem querer você acha. E o processo educativo em geral é muito imediatista, quer ser salvador. E tem toda uma coisa que não tem nada a ver com a realidade. Quando eu estudei, o conhecimento foi todo depositado e só. Esses meninos não aceitam essa forma de fazer, porque não estão convencidos. Por isso, o processo com eles tem que ser muito horizontal, para que de alguma maneira troquem com você. Então, é uma experiência boa, mas incompatível com tudo o que está se fazendo. Porque, apesar de todos os discursos – por exemplo, de que a arte pode ser um canal para a reflexão, a transformação – a gente não espera a arte para vivenciar aquilo. Chega na hora, a gente deixa a arte de lado e vamos fazer arte daquele jeito. Por isso, tudo o que fomos pensar sobre a Luz, a Cracolândia, temos que repensar a partir da insistência de um olhar. Tudo que eu estou falando hoje para vocês eu posso repensar amanhã quando chegar na Luz. É um lugar que não permite criar teses, criar conceitos absolutos por muito tempo; tudo que você faz é provisório, porque ali a dinâmica é muito rápida. Por isso, sempre fazemos intervenções extremamente indiretas, não chegamos no meio e falamos: “Ei!”. Apresentamos algo. E geralmente eles modificam, e isso permite com que a gente faça uma coisa muito aberta. Ele lá caído no chão, o cara chega: “O senhor parece o senhor fulano de tal.” Isso mesmo, a gente acaba incorporando as fantasias dos meninos. A turma fala: “Ah, o menino está viajando e vocês estão dando concretude a essa fantasia que é a viagem dele.”. Mas era isso mesmo, sabe? O quanto ele podia viajar e o quanto a gente podia dar concretude a essa viagem. E aí eles acabavam vendo que tinha uma concretude, e acabavam participando mais ainda. Eles vinham e falavam: “Eu sou o super-homem, e eu vou jogar um raio no senhor!”. Um dia nós levamos, tínhamos um raio muito bonito feito de alambre, que quando você bate faz barulho de raio mesmo. “Ah, eu vou jogar o raio no senhor!”. E nós fazíamos assim com o raio: “Trahh!”.

PI – Vocês estavam escutando, né?

Oswaldo – Justamente, porque a gente precisava adentrar nas fantasias deles. Porque dentro de toda essa fantasia havia alguma coisa concreta. E por que a gente não quer trabalhar a fantasia, se esses meninos acabam se refugiando nas suas fantasias? Tem gente que fala que é uma viagem porque ele está louco. Por isso você não pode entrar nesse trabalho com um objetivo extrínseco, porque o objetivo é fazer isso: ouvir os meninos. Porque a história é deles, e a história deles não é ficar naquele lugar; a história deles não é morrer ali; a história deles é de alguma maneira superar isso. Mas por onde eles começam? Que tipo de material vão usar pra escrever esta história? Que subsídios precisam? Isso é só com eles mesmo. E o que a gente tem de material inicial são só fantasias. Mas este é um trabalho



OSVALDO, EDUCADOR

“ESSES DIAS OS EDUCADORES BATERAM UMA FOTO MINHA LÁ NO CENTRO E EU ESTAVA BEM ARCADO, EM UMA POSIÇÃO ESTRANHA... E FOI ENTÃO QUE EU PERCEBI O QUANTO TUDO ISSO PESA, O QUANTO TE REDUZ, SABE? AQUELA FOTO ME ASSUSTOU. ESTAVA TODO ENCOLHIDO, MUITO RECUADO. É A MESMA COISA DE QUANDO VOCÊ IMAGINA QUE VAI LEVAR UMA PORRADA. AÍ, VOCÊ LEVANTA A MÃO PARA SE PROTEGER. POR ISSO, MEU CORPO ESTÁ MUITO DEFENSIVO... EU TENHO SEMPRE UMA FANTASIA PARA ESSE MOMENTO, DE QUE ESTOU MORRENDO AFOGADO NO CENTRO DE UMA PLATÉIA.”

questionado, porque não é um trabalho de resultado palpável, como o trabalho da ONG deve ser. Porque a ONG tem objetivos. Mas esses objetivos muitas vezes fazem uma oposição às pessoas com quem trabalham.

Eu tenho essas idéias porque olho a partir do processo educativo. Se eu olhasse a partir de valores religiosos poderia dizer: “Nossa, esse menino lindo não pode ficar na rua, meu Deus do céu!”, “Ai, se eu não tirar ele daqui ele morre amanhã!”. Mas eu sou a favor de não tirar, porque sei que ele vai continuar vivendo e que só vai morrer se continuarmos não enxergando ele como um sujeito. A morte dele está aí, é a morte do sujeito; quem morre primeiro é o sujeito, a questão física é só a consolidação desta morte.

PI – E neste sentido a Cracolândia não é física, não é?

Oswaldo – Isso... Você mata o sujeito a partir do momento em que acha que ele já está morto.

PI – De alguma maneira o fato dos meninos não aceitarem o que não venha horizontalmente, de resistirem a várias coisas, de irem e voltarem dos lugares, mas nunca saírem de lá, apenas migrarem, acaba revelando que a Cracolândia não é um espaço físico, mas um espaço social, e também um espaço subjetivo.

Oswaldo – É, porque os meninos não precisam de um espaço físico determinado, o que precisam é de um espaço de aconchego. É que a gente olha isso como uma coisa feia, tem medo de se permitir ver que ali existe uma organização, tem um socorro mútuo. E é por isso que a Cracolândia está sendo resistente. Ela continua. É uma questão de saúde? É! É uma questão de educação? É! Mas não dá pra fazer essas duas coisas matando o sujeito. E acho que as pessoas que estão na Cracolândia são pessoas que foram mortas ou pelas ONGs, ou pela polícia, ou pelo Estado, ou pelo comerciante, enfim, por todo mundo. Cada um com a sua visão, cada um com a sua razão ou não, mas nós matamos eles.

PI – O que você acha que mudou nesse processo com o projeto Nova Luz?

Oswaldo – O que mudou? Mudou pra quem?

PI – Mudou pra você, para os meninos.

Oswaldo – Para falar a verdade, como eu falei para vocês, nem a Luz, nem a Cracolândia, nem a Nova Luz são espaços físicos. São espaços onde há um grupo de meninos, não importa onde estejam; onde há um grupo de pessoas especulando, onde há cada vez mais especulação imobiliária, onde há um Andréa Matarazzo com a sua loucura de achar que São Paulo é Roma, e que lindo que é Roma! Eu acho que não mudou muito, sinceramente.

PI – O que você acha das intervenções da polícia, de todo esse teatro do poder público de eliminar a Cracolândia, que não é mais Cracolândia, agora virou Nova Cracolândia?

Oswaldo – É porque as pessoas precisam se apegar a alguma coisa. Então, se apegaram à idéia de que a Luz está mudando: “Eu vou te vender um pouquinho mais caro porque há perspectiva de melhorar um pouco a coisa.”. Então eu acho que quem tem interesse em uma revitalização que não inclua as pessoas está sentindo as mudanças; mas para quem trabalha entendendo que as pessoas devem ser incluídas nesse processo, não mudou nada.

PI – Então, você acha também que a repressão não foi acirrada?

Oswaldo – A repressão sempre existiu. Eu acho que ela sempre existiu na mesma proporção. O que mudou agora é que ela está localizada.

PI – Está mais evidente?

Oswaldo – Está mais evidente, até porque agora tem muitas pessoas interessadas em mostrar que a polícia está lá, que está fazendo alguma coisa... Eu acho que tem muito mais visibilidade. Mas sempre foi assim.

PI – Nova Luz!

Oswaldo – Antes o policial ia lá para extorquir dinheiro dos meninos. Pode ser que tenha mudado, mas do lugar que eu estou olhando eu não vi muita mudança. E para mim também não tem valor nenhum aquela revitalização do espaço. Eu não consigo ver aquilo como uma coisa boa para a cidade.

PI – Alguns comerciantes locais nos disseram que o poder público está negligenciando completamente o espaço público no período da noite, e que há uma intenção mesmo do poder público de fazer com que as ruas sejam tomadas

pelos meninos, pelo tráfico, para que os comerciantes e os moradores sejam obrigados a sair dali. Inclusive porque isso desvaloriza os imóveis e propriedades do lugar. Você acha que isso é uma paranóia, ou acha que é real?

Oswaldo – Não, acho que é verdade mesmo, porque eles só conseguiram desapropriar 15%. O povo está teimando, não quer vender, não quer este dinheiro. Por isso que, quanto mais sufocarem, mais as pessoas vão ceder. Mas também acho que só mudou o horário, o que os meninos estavam fazendo de dia estão fazendo à noite. Pode ver que as reportagens que saíram ultimamente têm pegado mais a noite. Mas, por outro lado, os comerciantes têm toda a sua razão, eles não vão ter condições de ficar na região, pelo projeto Nova Luz. Eles não têm condições financeiras de se manterem ali e também estão sendo vítimas do processo. Dizem que só três empresas vão assumir uma quadra inteirinha; três incorporadoras, enormes. Então eles estão sendo engolidos também.

PI – Faz quanto tempo que você trabalha na região da Cracolândia?

Oswaldo – Seis anos.

PI – E como você vê os projetos da prefeitura?

Oswaldo – A prefeitura tem dois projetos que eu conheço. Um deles é o dos “agentes de apoio”. O papel dessas pessoas é convidá-los a sair da rua. “Vamos tomar um banho, vamos comer!”. É seduzir os meninos a sair dali. Não se preocupam muito em saber nada do menino; o importante é que ele saia dali e passe umas horinhas lá em uma instituição e não incomode ninguém.

PI – “Te convido a se retirar!”. E essas casas de acolhida?

Oswaldo – Geralmente eles levam as crianças a um centro de apoio à criança e ao adolescente. Também tem algumas ONGs que fazem trabalhos de rua semelhantes ao nosso. Mas são projetos que apesar de terem propostas boas, por estarem diretamente ligados à prefeitura acabam tendo que ceder a essa pressão. Aí, o que acontece é que acabam não indo lá perguntar para o menino por que ele está fazendo essa manifestação perto de uma mansão. Acabam também introduzindo a idéia de que o lugar dele não é ali, de que se ele quiser fazer essa manifestação, ele que vá fazer lá num lugarzinho, em outro lugar. Não na parte de fulano de tal. Não se coloca como um questionamento, chegam lá e tiram. Não questionam o menino, não perguntam por que está lá. É bom fazer esse tipo de pergunta.

PI – Quando a gente começa a entender isso como manifestação, é impressionante como criamos um outro lugar, um outro ponto de vista. Perguntar para o menino: “Por que você volta e continua fazendo sempre essa manifestação?”. Isso muda tudo.

Oswaldo – É, mas aí, em geral, todos, inclusive o educador chega lá e fala: “Sai daqui da frente, porque essa calçada é do fulano de tal, a polícia pode vir aqui te bater!”. Então, acabam de alguma maneira falando: “Eu estou aqui porque você vai apanhar, então vai comigo!”. Não tem um desejo de discutir. Então, acho que às vezes existem boas propostas, mas como estão ligadas com a prefeitura acabam cedendo porque a pressão é muito forte. A gente não tem convênio hoje justamente porque a prefeitura falou que nós éramos incapazes de atender às necessidades dos meninos porque não fazíamos isso, achávamos muito absurdo.

Enfim... Esta atitude de simplesmente retirar o menino parece sempre um jogo de forças: sou eu quem derrubo o menino, não é ele quem me derruba. É uma coisa assim, o quanto eu consigo derrubar o menino. Mas será que o menino também não derruba a gente? Será que aquele menino não faz a gente repensar? Por que eu sempre preciso estar nesta atitude de convencê-lo de que o que ele precisa é mudar, de que a partir da minha ação ele pode ser transformado, nem que vire uma ameaça?

PI – Desde que te conhecemos você sempre falou que o objetivo não é tirar da rua, não deve ser esse o objetivo.

Oswaldo – É, nunca foi. Se você quer a priori transformar ou tirar da rua, não consegue enxergar tudo que está ali, de manifestação, de resistência, de beleza.

PI – De possibilidade do menino escolher o que ele quer pra vida dele.

Oswaldo – Quando você tem uma ação dessa, você passa para o menino a culpa dele não ter dado certo. “O culpado de você não ter dado certo, sujeito, é você!”.

PI – Você isola ele de uma estrutura muito mais complexa.

Oswaldo – “Você é o culpado. Os outros estão lá na periferia estudando. Uns caras que não sabem ler nem escrever, mas estão estudando. O que você está fazendo aqui?”. Quando você força o menino, está dizendo que o culpado é ele. “Ai, que sistema maravilhoso!”.

PI – E como você vê o corpo dessas crianças?

Oswaldo – Eu vou te assustar, mas é isso mesmo: eu vejo com muita vida, apesar de aparentemente eles parecerem zumbis. Eu acho que eles têm muita vida. Porque eles sofrem. Você sabe o que é apanhar de polícia todos os dias, não comer, ser consumido pela droga, e você chega no menino e o menino vem correndo, ele te abraça! Eu acho que tem algumas coisas que pra mim tem muita vida, apesar de tudo. Eu falo isso para as pessoas e elas dizem que eu tenho que ir para o médico; mas eu não consigo ver aqueles corpos mortos, acho que ali tem vida. Também não consigo vê-los como pessoas que estão no fim da linha, como as pessoas falam, pessoas que vão morrer daqui a um ano...

PI – Eu fiquei pensando aqui sobre o que você falou de não ter o objetivo de impedir a criança de estar na rua. Porque a sociedade constrói esse imaginário de que tem que tirar a criança da rua, mas não fala para onde vai essa criança. A Argentina também está passando por um processo interessante, porque não só estão tentando acabar com os cárceres infanto-juvenis, que correspondem à Febem, como conseguiram provar que são contra a lei; que há um problema constitucional em ter crianças presas, conseguiram provar isso na legislação. Estão demolindo todo esse sistema, mas há agora um problema muito grande em Buenos Aires, que é o de não haver preparação social para essa mudança. Já conseguiram que a mudança se efetue, ela já está se efetuando, mas não há uma preparação social que acolha essa criança.

PI – Um projeto! Um projeto social, construído junto com as crianças e com toda a sociedade.

PI – Que também não é um espaço físico.

PI – Não! É todo mundo junto em uma assembléia pública de olhares, pensamentos e sentimentos. Quanto ao espaço, é um espaço descentralizado geral, é um espaço que não é só físico, é o espaço social que deve ser gerado.

PI – É um espaço de pertencimento muito mais amplo. Senão ficaremos para sempre com esta noção de que “Eu só pertencço à periferia.” “Eu só pertencço ali.” “Eu só pertencço aqui.” “O que me cabe é a Febem, a periferia e a Cracolândia.” Este seria um outro tipo de pertencimento.

Oswaldo – Por que o que é a periferia hoje? Existem regiões de onde não sai ninguém para vir para a rua, e são regiões extremamente pobres. Por quê? Isso é uma coisa que a gente tem observado. Por exemplo, dificilmente achamos um menino que tenha vindo da Cidade Tiradentes, que é uma região enorme. Mas que tem muitos movimentos sociais, então a comunidade como um todo acaba absorvendo os seus. Até aquelas atitudes muitas vezes da comunidade repressora, não repressora porque vem de um sistema, mas vem de valores. As pessoas falam para a dona Fulana: “Pô, você não pode deixar seu filho assim!”. Eu considero isso um cuidado, você olhar para os seus. Algumas comunidades fazem esse papel. Tem lá a dona Maria Joana, que uma vez por semana dá canjica pros meninos, e faz uma reza, e coloca uns negocinhos, coisa de benzer. São pequenos rituais, são pequenas coisinhas dentro da comunidade que dão uma identidade local para as pessoas, um pertencimento. Porque a escola não consegue fazer isso. Então as pessoas vão se pertencendo a partir de pequenas coisas que têm dentro de sua comunidade. O seu João lá, que tem um bar cheio de troféu, porque tem um timinho de futebol com todos os meninos, o cara lá que resolve no Natal dar brinquedo para todo mundo. Não sei qual o objetivo dele, se é ir para o céu, ou o que é, mas isso acaba tendo um impacto. Quando essas coisas vão acabando, o menino sai de casa... Mas ele não sai de casa diretamente para o Centro. Ele sai para a rua da casa dele. Se o vizinho chega para a dona Maria: “dona Maria, seu filho não está mais indo para a escola, que pouca vergonha, biribirará, a senhora devia cuidar do seu filho!”, a dona

Maria pode ficar brava com a Joana, mas faz parte de um jogo de comunidade. “A senhora não tem nada a ver com meu filho, do meu filho cuidado eu!”. Mas na hora que o filho chega, ela “Pá!”, entendeu? Então tem toda uma situação em que a comunidade acaba interferindo. Um agride o outro, para bem ou para mal, mas acaba interferindo.

PI – Queria perguntar uma outra coisa: criamos essa idéia de um “estado de confinamento” para falar de tudo isso que tem acontecido na nossa cidade e porque achamos que esta é uma imagem que abarca todo mundo; porque todo mundo tem o seu estado de confinamento. E cada um, a partir da sua luta, do seu lugar, da sua construção de vida e tal, tem que lidar com os traumas causados por este estado de confinamento. Eu queria te perguntar isso: como você, a partir da sua experiência como educador de rua, sente esse estado de confinamento?

Oswaldo – Eu vou falar do meu confinamento como educador. Eu acho que o confinamento é você não poder, você estar preso... Porque sozinho eu não consigo fazer nada e quando olho para esses meninos sei que de alguma maneira eles são bodes expiatórios de várias coisas, mas estou preso e não dá para eu sair gritando e dizendo “Gente!”. Então você fica sufocado. E eu não posso chegar contando isso que eu sinto para todo mundo, senão eles vão falar que eu estou ficando louco e vão achar um jeito de me enquadrar em algum lugar. Então, me sinto confinado a partir do momento em que não posso expressar, não posso fazer aquilo que eu acredito. Eu acho que isso é um confinamento. Eu estar preso a essa realidade... Porque sempre há alguma janelinha para poder respirar. Como aqui com vocês, eu abro a janelinha para poder respirar, mas depois fecha na hora que eu sair daqui. O meu confinamento é o de não poder pelo menos tentar, colocar em prática essa idéia de que esses meninos têm um grande potencial, que eles precisam de crédito.

Oswaldo – O confinamento está no desaparecimento, porque você acaba desaparecendo nesse processo todo. Tem uma classe dominante, tem um monte de interesses. A minha voz é uma voz dissonante; e acredito que não seja só a minha. Houve alguns encontros lá no Centro para falar da higienização, aí eu levantei para falar que todos eram culpados, ONGs ou não. Apanhei de todos os lados. Tomei vaiada, sabe? Então eu acho assim, o confinamento está aí, você não tem voz, você não pode falar... Todas as pessoas que pensam a Cracolândia, o poder público, ONGs, todo mundo, não aceitam ser questionados nas suas ações. Eu acho que isso é um confinamento, não poder falar, se posicionar de uma forma diferente.

PI – Você acha que esse confinamento se reflete de alguma forma no seu corpo, na sua forma de agir?

Oswaldo – Sem dúvida. Esses dias os educadores bateram uma foto minha lá no Centro e eu estava bem arcado, em uma posição estranha... Eu até falei: “Se alguém publicar essa foto está morto, demitido!” (risos). E foi então que eu percebi o quanto tudo isso pesa, o quanto te reduz, sabe? Por mais que você esteja falando, se posicionando, o seu corpo está assim... Aquela foto me assustou. Eu não estava levantado, altivo. Estava todo encolhido, muito recuado, sabe? Porque parece que só tem uma voz, então o meu corpo recua antes mesmo de falar. É a mesma coisa de quando você imagina que vai levar uma porrada. Aí, você levanta a mão para se proteger. Por isso, meu corpo está muito defensivo... Eu até me assustei, porque eu tava muito encolhido. E tive um estranhamento na hora que vi essa foto. Eu falei: “Poxa, o que que é isso?”.

PI – Como um espelho?

Oswaldo – Sim, como um espelho, eu falei: “Nossa, eu estou nessa posição”. É, isso é um peso, e você fala assim: “Pô...”. E aí leva a questionar: “Será que eu estou certo? Poxa, mas...”. E vem alguém e fala assim para mim: “Você não tem que saber se está certo ou errado, você tem que saber o seu posicionamento político, ideológico. Se está certo ou errado é outro departamento”. Mas é muito pesado lidar com a Cracolândia, com ONG, porque eu já fiquei marcado como “o cara contra as ONGs” e contra todo mundo. O pior é que não é uma fala contra, é questionamento para ir construindo juntos, afinal estamos fazendo a mesma coisa!

Quando eu chego aos lugares já dá mal estar no corpo porque eu já sei que eu não estou sendo muito bem recebido. Porque a fala vai ser sempre a mesma, de que estamos juntos, de que fazemos um mesmo papel, mas sem realmente

aprofundar... Então, eu já sento! E este sentar é o lugar que procuro para colocar o meu corpo e muitas vezes eu acabo sentando lá no meio, escondido. Acho que é uma coisa inconsciente, eu só consigo reconhecer porque você está perguntando...

PI – Quais outros sintomas você já sentiu nesse processo de confinamento?

Oswaldo – Eu já senti muito sufocamento. Eu tenho sempre uma fantasia para esse momento, de que estou morrendo afogado no centro de uma platéia. Porque de alguma maneira, o prazer e a realização da gente muitas vezes está no outro também, não é só na gente. Temos essa necessidade de ser reconhecido pelo outro. Mas quando você não é reconhecido e não tem esse prazer, o corpo entra em parafuso, ele começa a ter umas atitudes totalmente rebeldes ao que a gente está pensando. Eu não sei se vocês acreditam em força positiva ou negativa, mas eu acredito um pouco nessas questões, que têm forças que te jogam pra frente, te fazem ficar feliz, pensar. Mas tem força que te põe a questionar até porque você nasceu, e você sente no corpo. Você começa a pensar em coisas que não têm nada a ver, como: “Olha meu cabelo, gente!”. E você entra num círculo vicioso: “Como é que meu cabelo está desse jeito, todo bagunçado? Será que é isso que está atrapalhando?”

PI – E essas forças às vezes são muito invisíveis, elas não são claras, não é? E a gente vai se desestruturando.

Oswaldo – É. Eu não tenho dificuldade para falar, mas tem horas que eu estou tão sufocado, que eu vou falar e...: “O que eu ia falar mesmo?”. Perco o fio... Parece que teu corpo não ajuda você a falar. E aí começa... Tem horas que minha barriga parece que vai sumir. Ela desaparece, sabe? “Onde está minha barriga mesmo?”. Eu perdi. Então é uma sensação de que você perdeu uma parte do corpo.

PI – É interessante que quando você começa a falar de como toda essa estrutura, todo esse processo que você vive reverbera em você – tanto psicologicamente quanto no corpo – isso se aproxima de como as crianças se sentem, que é um processo semelhante dessa perda do sujeito, da noção do sujeito.

Oswaldo – Às vezes eu posso estar enxergando errado, mas sinto que não é bem isso, que discordo do que a turma está falando; eu não consigo ver o que as pessoas estão vendo. E não adianta! Muitas vezes não consigo entender o que as pessoas estão falando, porque discordo totalmente! E quando você é um representante de determinadas situações, você perde para todo mundo, cara! Você não ganha! Aí teu corpo tem que se virar! Vai para o terapeuta, massagista, mergulhar em um Ofurô! Se vira porque vai doer, vai arrebentar mesmo, não tem jeito. O corpo não desassocia e acaba recebendo tudo, não adianta! Ele vai juntando tudo isso, e não tem como você se defender. Tem hora que você fala: “Eu me defendi bem, a minha fala foi uma saída boa! Muito bom!”. Aí, quando chega em casa, você está arrebentado do pé à cabeça. “Cara, custou caro essa fala, custou muito caro! Esse corpo está cobrando muito alto!”. Um preço muito alto, sabe? E eu acho que esse é um trabalho emocional, muito emocional; um trabalho que envolve paixão, revolta, raiva. Todo sentimento vai se acumulando dentro da gente; você fica revoltado com o comerciante, você fica revoltado com não sei o quê... Então, tem vários sentimentos e eles vão se abraçando, se entrelaçando. Quando você se posiciona mesmo, não tem jeito, a seqüela fica no corpo. De uma maneira emocional, e também de uma maneira muito física.

4.3

EXÍLIOS URBANOS

Ao escutar as palavras do educador Osvaldo, novas perspectivas se instalam em nossa forma de olhar as relações humanas que estabelecemos na cidade de São Paulo. Essa é talvez a maior riqueza de conversar com quem está imerso nos processos concretos de transformação social e que pode então organizar a sua experiência, aquilo que normalmente fica oculto no aparente dos discursos oficiais. Nestes pensamentos intrínsecos ao contexto – uma filosofia da prática – podemos vislumbrar um tipo de postura que quer trazer à superfície, com toda a sua radicalidade, temas e fatos escondidos, apagados ou transformados em tabu pela sociedade.

Um ponto que nos chama muito a atenção é a possibilidade que nos dão estas pessoas, ao fazerem emergir o invisível, de realmente perceber como há muito mais densidade nos fluxos e fatos sociais do que a gente imagina. Mesmo exercitando constantemente criar outras conexões entre os elementos que compõem o nosso entorno – e talvez esse seja o nosso maior fazer – é muito fácil cair em armadilhas de discurso. Ainda mais quando se trata de uma questão tão complexa quanto o futuro de nossa própria cidade, que envolve diversos atores, espaços que são territórios de disputa e a nossa herança, ainda não superada, tampouco elaborada coletivamente, da escravidão e da última ditadura militar.

Começamos atentando para a forma como o educador mencionado descreve os deslocamentos que levam jovens e crianças da periferia para as ruas do Centro. As histórias de pobreza, abandono, espancamento, que já conhecemos – e de forma alguma devem ser ignoradas – são por ele adicionadas de um novo ingrediente: o ato de resistência (que também não é nada novo, mas sendo visto nesta situação e desta forma, nos surpreendeu).

Para Osvaldo, assim como o fato dessas crianças irem para o Centro ser, em si, uma maneira de resistir à exclusão e encontrar formas de acesso a determinados bens, valores e fluxos sociais, econômicos e culturais, a presença dos meninos e meninas na frente de uma mansão pode ser considerada uma “manifestação”. Como diz o educador, apesar de todos os setores da sociedade desejarem tirá-los da rua de um modo ou de outro, os meninos/as continuam resistindo ao não aceitarem nada que não seja feito horizontalmente. Por outro lado, a constante tentativa de “bani-los” evidencia que os discursos de revitalização urbana são apenas uma outra forma de dizer que a cidade definitivamente não é para todos.

Quando esta chave de leitura se apresenta, podemos pensar na migração das crianças e jovens da periferia para o Centro como uma forma de auto-exílio e na expulsão da população de baixa renda de volta às periferias como uma “expatriação forçada”. Nesta operação de nomear o processo de ir e vir das populações pobres da nossa cidade como um “ato ou efeito de exilar”, vêm à tona forças de segregação que persistem em nossa sociedade como mantenedoras de velhas práticas opressivas.

Ato ou efeito de exilar:

1. Expatriação forçada ou por livre escolha; degredo; 2. Derivação: por metonímia; Lugar em que vive o exilado; 3. Derivação: sentido figurado; Lugar longínquo, afastado, remoto. 4. Derivação: sentido figurado; Isolamento do convívio social; solidão¹.

Ao atualizar especificamente a noção de exílio para entender o que ocorre hoje em São Paulo (e especialmente com estas crianças e jovens que denunciam para nós não a existência de uma “juventude criminosa”, mas a condição da criança como representante máximo do estado degenerativo da nossa sociedade²), percebemos que o auto-exílio, ao invés de levar para longe, aproxima do centro de conflito, como uma forma de reclamar o próprio direito à cidade.

Assim, exilar-se de casa é uma tentativa de inserir-se de outra forma em sua própria cultura e, quem sabe, até de reinventá-la. É uma forma de ir em busca de um espaço de acolhimento antes não conhecido. Mas podemos ir para trás no processo, encarando este atravessamento de fronteiras como iniciado por uma geração anterior, que são hoje os pais ou avós destes meninos/as e que também estão expostos à invisibilidade, opressão, auto-exílio.

Segundo a antropóloga Teresa Pires do Rio Caldeira, em São Paulo, a fala do crime expressa sentimentos de mudança profunda ocorridos na cidade nos últimos 30 anos com a massiva imigração nordestina. A narrativa é uma forma então de organizar a experiência frente a uma ruptura. Na narrativa organizada sobre o crime, os criminosos precisam ser “não brancos” e nordestinos, pois o desconhecimento do outro é, neste caso, imprescindível para a reorganização simbólica do mundo que busca uma ordem baseada na homogeneidade e na falta de conflito.³

Existe, portanto, um desejo social enorme de que estas famílias, em suas diferentes gerações, continuem em sua peregrinação, voltando para as periferias, e as periferias das periferias, onde não possam ser vistas. Uma outra evidência desse desejo é como são pensadas e adotadas as regras de uso e ocupação da cidade, feitas por poucos, para poucos, ignorando a maior parte da população que tem práticas econômico-culturais distintas das práticas das classes média e alta.⁴

Hoje, depois de 23 anos do fim da ditadura militar, a realidade do exílio ainda existe em nossa sociedade, sob outras condições e nomes. Uma enorme diferença entre os exílios atuais (migrações forçadas, despejos, convites a sair da rua) e os exílios ocorridos no período ditatorial, é de que neste existia uma consciência do exilado de sua motivação política. Apesar da dor, os exilados políticos tinham um suporte ideológico que de alguma forma lhes permitia agarrar-se a essa identidade. Mas onde se apegam um menino quando se afasta da sua comunidade, iniciando um processo imensamente desproporcional àquilo que pode compreender de forma organizada?

Não sendo reconhecido o caráter de exílio destes deslocamentos é muito mais difícil encontrar o lugar de proteção desejado; ao invés disso, os exilados com os quais convivemos hoje em nossa cidade encontram formas ainda mais perversas de humilhação e invisibilização daquilo que representam.

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES HISTÓRICAS⁵

Nas últimas ditaduras, as práticas de tortura, banimento e extermínio vinham afirmar o terrorismo de Estado. Alguns torturados eram propositadamente liberados com a finalidade de que o medo de resistir se espalhasse. Hoje em dia, o Estado criminaliza, expulsa e maltrata constantemente. Então, como entender hoje estas atitudes? Pensá-las hoje, não simplesmente como “fatos a serem denunciados”, é todo um desafio; rapidamente, quando se tenta pensar o que organizam estas práticas hoje, como é o caso da tortura, por exemplo, surgem respostas como “a tortura sempre existiu”.

1. Fonte: dicionário Houaiss.

2. Trecho extraído da publicação “A Rebelião das Crianças”, do grupo Contrafilé, São Paulo, 2007.

3. Teresa Pires do Rio Caldeira, “Cidade de Muros”, Editora 34/Edusp, São Paulo, 2000.

4. Baseado em trecho de entrevista de Raquel Rolnik à revista Getúlio, ano 1, São Paulo, setembro de 2007.

5. Baseado em trechos da publicação “A rebelião das crianças” do grupo Contrafilé, São Paulo, 2007.

Mas, justamente, este seria um ponto de partida e não de chegada. Porque o Estado continua exilando e torturando? Quais são as formas de exílio e tortura que se desenvolvem? Como é possível imaginarmos que, vivendo em uma sociedade em que estes processos são tão arraigados e legitimados, eles ainda não nos atinjam? Nas classes mais castigadas, o encontro com o Estado, quando este se presentifica, aparece com toda a sua força repressiva e confinatória; onde teria que distribuir equidade, aplicando justiça, demonstra abstenção total através de seu poder de humilhação, negando às pessoas seu direito de existência.

Segundo o manifesto contra a política atual de segurança pública do Coletivo Contra a Tortura escrito em 2006: “A estrutura material das polícias civil e militar e o recrutamento, a seleção e a formação dos efetivos em conjunto tem um direcionamento antipopular porque se mantém praticamente intocada tal como foi concebida pelos ideólogos da Ditadura Militar. Lembremos que as forças policiais dos estados, depois do golpe de 1964, foram colocadas sob tutela do Estado Maior das Forças Armadas. Elas foram definitivamente militarizadas e ‘nacionalizadas’, isto é, foram reorganizadas em nível nacional com base no conceito de inimigo interno do regime, consagrado na Lei de Segurança Nacional de 1969, a mesma que reintroduziu o banimento e a pena de morte para crimes políticos. Esta concepção mudou a feição do Exército, da Marinha e da Aeronáutica: não tinham mais por missão apenas a defesa da soberania nacional no caso de ataque externo, mas, no âmbito da guerra contra o comunismo, agora sua missão era identificar, perseguir, capturar e eliminar por todos os meios um suposto inimigo, materializado nos milhares de opositores da ditadura”.⁶

Podemos levantar como uma hipótese a de que hoje o inimigo interno mais parece ser aquele que ameaça a nossa identificação com as imagens de mundo veiculadas pela publicidade e pela cultura de massa. Segundo Suely Rolnik, em sua análise sobre as formas atuais de subjetivação: “Independentemente de seu estilo ou público-alvo, tais imagens são invariavelmente portadoras da mensagem de que existem paraísos, que agora eles estão neste mundo e não num além dele, que alguns privilegiados têm acesso a eles e, sobretudo, que podemos ser um destes VIP, bastando para isso investirmos toda a nossa energia vital – de desejo, de afeto, de conhecimento, de intelecto, de erotismo, de imaginação, de ação etc. – para atualizar em nossas existências estes mundos virtuais de signos, através do consumo de objetos e serviços que os mesmos nos propõem...”⁷

Este movimento é, segundo a autora, construtor de “subjetividades-luxo” (os VIP) e “subjetividades-lixo” (todos aqueles que estão à margem do padrão estabelecido de consumo). Podemos ver a construção literal da subjetividade-lixo no processo de revitalização do Centro, na clara associação entre a população de baixa renda e a degradação dos espaços.

“A polícia descobriu também que, logo que as lojas baixam as portas, os moradores de rua rasgam os sacos de lixo deixados para a coleta. Dessa forma, o lixo não é recolhido pela prefeitura e eles têm oportunidade para separar material reciclável para vender em ferros velhos do centro da cidade. Depois, usam o dinheiro ganho para a compra de pedras de crack. Por causa disso, uma das medidas estudadas pela prefeitura e pela polícia é antecipar a coleta de lixo para horários em que as lojas ainda estejam abertas”⁸.

6. Manifesto Sobre a Política de Segurança Pública, pode ser lido na íntegra no link: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2006/07/357458.shtml>.

7. Suely Rolnik, “Cartografia Sentimental”, página 20, Editora Sulina/UFRG, Porto Alegre, 2006.

8. “Narcotráfico abastece área, diz polícia.” <http://1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/fff402200814.htm>

A associação entre lixo, práticas das camadas populares e ilegalidade é resultado de um raciocínio que tem como interesse de fundo a criminalização destes grupos. No entanto, este cálculo é tão absurdo que se torna uma evidência perfeita da miséria que está dentro de todos nós⁹ e é constitutiva da estrutura social. Como enxergar neste ciclo de “vida” oportunidade e oportunismo, como se fosse uma idéia genial destas pessoas rasgarem sacos em uma determinada hora para separar material e comprar crack, transformando até isso em caso de polícia! Não à toa matérias jornalísticas sobre a revitalização, colocam lado a lado as “megaoperações” feitas na região da chamada “Cracolândia” (nas quais 21.450 pessoas foram abordadas desde 2005) e a colocação de “lixeiras”, “bancos” e o “paisagismo”, que contempla o plantio de árvores tais como “alecrim de campinas”.

“Megaoperações”

10 megaoperações:

21.450 pessoas abordadas

500 vistorias em estabelecimentos

382 lixeiras colocadas

212 imóveis lacrados

130 fugitivos recapturados

88 árvores plantadas

58 imóveis demolidos

37 bancos instalados

Revitalização de ruas e praças

...O paisagismo também passa por mudanças, com o plantio de espécies como alecrim de campinas, sibipiruna, bauínia (pata de vaca), ipê rosa e pau-ferro. Serão mais de 88 novas árvores com mudas maduras...

Para a remodelação completa das ruas também está previsto um novo mobiliário urbano nas vias, que contarão com 382 lixeiras e 37 bancos. Serão quatro lixeiras nos cruzamentos, uma em cada esquina das ruas que os formam, e mais dois conjuntos com duas lixeiras cada, instalados um na frente do outro, em calçadas opostas, no meio de cada quarteirão...

Megaoperações

Desde o início de 2005, a prefeitura já realizou 10 megaoperações de fiscalização na área para combater as irregularidades. As ações são realizadas em conjunto com as secretarias municipais de Saúde e da Assistência e Desenvolvimento Social, Polícia Militar, Polícia Civil e a Guarda Civil Metropolitana, além do apoio da CET, e de concessionárias como Eletropaulo e

9. Frase do educador de rua Osvaldo: “A miséria está dentro de nós.”

Sabesp, para combate de furto de energia e de água.

O saldo total das 10 operações é de cerca de 500 vistorias realizadas pela Subprefeitura da Sé em estabelecimentos da região e 212 fechamentos, sendo que alguns locais podem ter sido fechados mais de uma vez; 21.450 pessoas abordadas pelas polícias Civil e Militar e cerca de 130 furtivos recapturados.

Na 10ª operação, a mais longa, realizada por cerca de um mês, 84 crianças foram encaminhadas ao Centro de Referência da Criança e do Adolescente (Creca), quatro mil adultos foram encaminhados para albergues e 117 receberam atendimento médico.¹⁰

Estas são formas de intimidar a tentativa de tornar-se visível e, criando imagens mentais que trazem à tona cenas que despertam rejeição, matar simbolicamente todo um grupo social para justificar a necessidade da morte real, em prol da cidade imaginada pelas elites. Como diz a arquiteta Beatriz Kara José: “Um outro aspecto importante levantado pela socióloga Sharon Zukin, é o fato de que na dimensão simbólica da cultura também reside um potente instrumento de controle, especialmente em estratégias de desenvolvimento urbano apoiadas na preservação histórica ou da ‘herança’ local. Como acervo de imagens e memórias, simboliza a identidade de determinados grupos e seus lugares na cidade. A aparência e a ‘sensação’ da cidade decorrentes de intervenções deste tipo refletem decisões sobre o quê e quem deve ou não ser visível, ou sobre a quem simbolicamente ‘pertence’ o espaço transformado (1998:7).”¹¹

Tendo em vista esta realidade de repressão presente na situação de conflito urbano que vivemos em São Paulo, fizemos o exercício de trazer à tona processos de subjetivação daqueles que sofrem diretamente o impacto das “megaoperações”. Considerando que o corpo é o nosso mínimo denominador comum, o que nos identifica a todos como parte de uma determinada época e situação histórica, é através de relatos sobre estes corpos exilados, doloridos, confinados, que tentamos enxergar a pessoa que está por trás de falsas imagens e milhares de números. Sem deixar, claro, de a cada instante nos assustarmos com a percepção de como ficam os nossos próprios corpos diante deste estado generalizado de confinamento.

10. Fonte: site da Prefeitura de São Paulo - <http://centrosp.prefeitura.sp.gov.br/sis/lenoticia>

11. Beatriz Kara-José, “Políticas Culturais e Negócios Urbanos”, Editora AnnaBlume, São Paulo, 2007.

4.4

MANIFESTO CONTRA A EXPULSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CENTRO DE S.PAULO

POR EQUIPE AMAR

São Paulo, 11 de julho de 2008

Este manifesto simboliza o repúdio da AMAR – Associação de Mães e Amigos da Criança e Adolescente em Risco – à expulsão nossa e de mais sete entidades do espaço na Rua Pedro Américo 72, próximo à Praça da República.

Em dez anos de história, a AMAR acompanhou e vivenciou muitas lutas dos movimentos sociais que integravam o 13º andar da Rua Pedro Américo. Lutas das Mães da Sé, Ação Cidadania, Orgulho GLBTS, entre outras entidades que promoviam ações sociais e de inclusão nos mais diversos setores de atuação.

É triste perceber o quanto nossas autoridades não ligam para a luta que realizamos diariamente. No dia 28 de novembro de 2007 fomos alertados que o espaço físico onde se encontra a sede da AMAR no Centro seria reintegrado pelo governo do Estado. Em outras palavras, a concessão que foi cedida à Ação da Cidadania que agregou 8 entidades de luta pelos direitos humanos foi cassada pelo governo do Estado. Recebemos a notificação e acompanhamos através do Diário Oficial, dia após dia, esse drama que vem cerceando todo o trabalho dessas entidades que possuem pouco tempo para desocupar o espaço. Estamos em contagem regressiva e não temos solução. Precisamos da força e voz de todos para um momento de extrema urgência que estamos vivendo.

A região central é reconhecida por seu caráter histórico na construção da cidade de São Paulo. Além disto, é estratégica para as pessoas se locomoverem. A AMAR percebe a importância de permanecer no Centro da cidade porque possibilita um fácil acesso para o atendimento de famílias de toda a grande São Paulo, além de famílias que chegam de inúmeras cidades e estados procurando informação e auxílio para seus filhos internados na FEBEM.

É no Centro também que percebemos, acompanhamos e tentamos intervir na dura realidade de São Paulo pela pobreza percebida em quase todas as suas esquinas. Mas também é no Centro que nos encontramos com outras entidades de luta, fechamos parcerias, atendemos famílias.

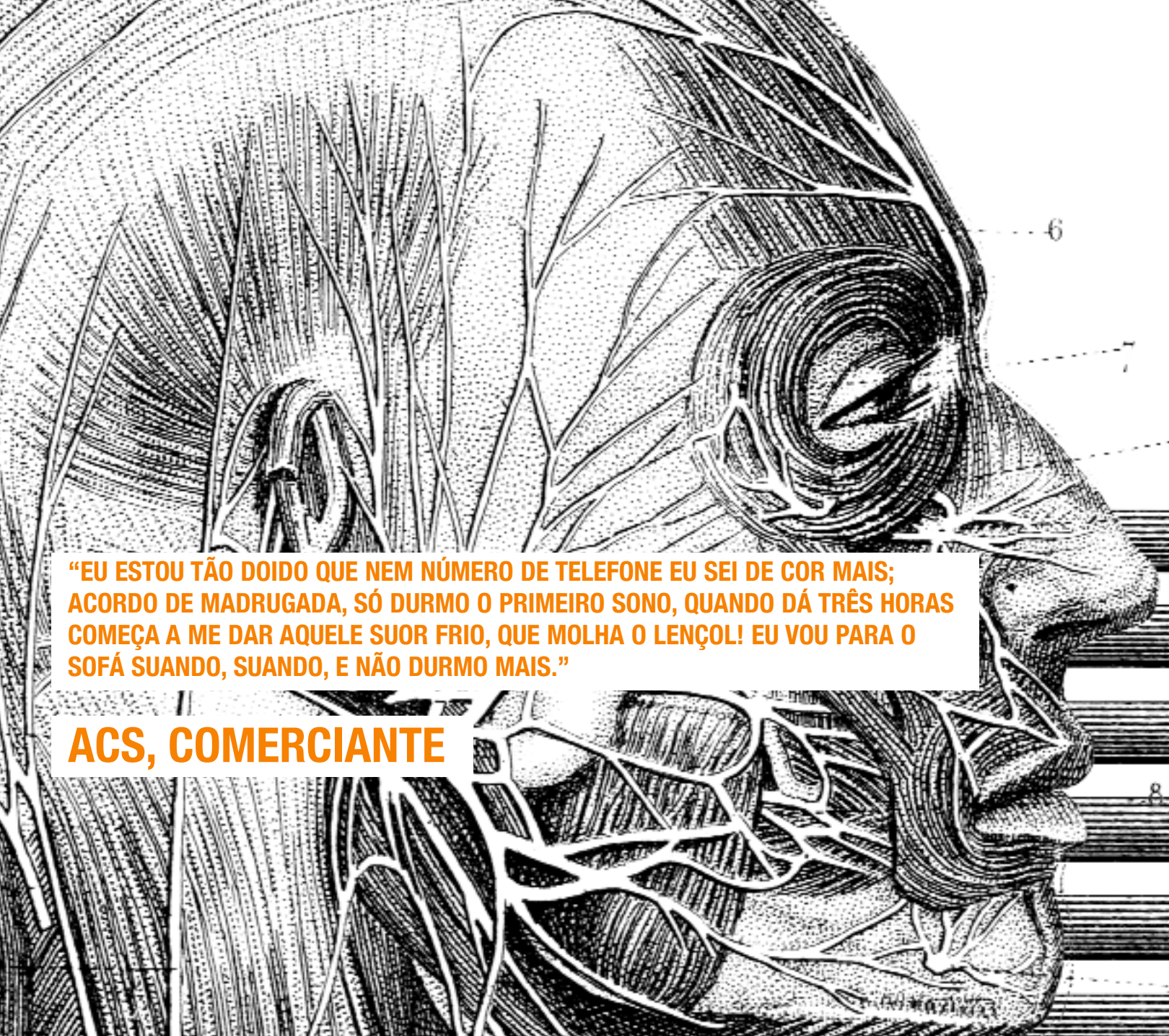
Temos que nos mudar para algum novo espaço que ainda não existe. Sabemos que estrategicamente ele deve ser localizado no Centro. Nesse momento não temos apoio de nenhum financiamento e de nenhum patrocinador direto. Estamos sem sede, sem telefone e sem dinheiro algum para resolver. Mas a esperança ainda não acabou.

Escrevemos esse manifesto porque acreditamos que estamos em uma mesma luta por um país melhor. E precisamos dar voz para que os movimentos sociais localizados no Centro não sejam deixados de lado, esquecidos, enviados para um lugar onde perderão seus sentidos. Deslocados para um lugar distante, onde não possam ser encontrados, relacionados e atuantes. É mais uma vez hora de fazer ouvir a voz do povo. Dizemos não à expulsão!

An anatomical illustration of a human brain and spine. The brain is shown in a lateral view, with the cerebellum and brainstem visible. The spine is shown in a cross-section, with the vertebrae and intervertebral discs clearly depicted. The illustration is in a classic, detailed style, likely from a medical textbook or historical anatomical work.

CONCEIÇÃO PAGANELE, AMAR

“EU TENHO UM BOLO DENTRO DO CORPO. UMA HORA ESTÁ NO ESTÔMAGO, DÓI, DEPOIS DÓI AQUI ATRÁS, DÓI NO ÚTERO, DÓI NO PÉ. O PÉ NÃO LEVANTA, NÃO DÁ PARA ANDAR. VAI CRIANDO TANTOS BOLOS NA VIDA, QUE A GENTE SENTE MESMO. JUSTAMENTE ME DÁ ESSA COISA NA GARGANTA E ME DÁ UMA TOSSE MUITO GRANDE. AÍ EU TUSSO, TUSSO ATÉ PERDER A VOZ. COMEÇOU A ME ACONTECER MAIS NAS VIOLAÇÕES MUITO GRAVES. CHEGA NA GARGANTA PARA FECHAR MESMO, PARA TRAVAR. COM A CONVIVÊNCIA, EU FUI PERCEBENDO QUE AS OUTRAS MÃES TINHAM O MESMO BOLO. ELAS SEMPRE FALAM: ‘AI, ESTOU COM UM BOLO NO ESTÔMAGO’. E FICA UM MONTE DE MULHERES COM ESSES BOLOS QUE NÃO CONSEGUEM COMER, NÃO CONSEGUEM DESMANCHAR. ESSE BOLO É UMA REAÇÃO DO CORPO À VIOLÊNCIA QUE ULTRAPASSA QUALQUER CAPACIDADE DE DIGERIR.”

An anatomical illustration of a human head in profile, facing right. The drawing is highly detailed, showing the intricate network of muscles and nerves. The eye is closed, and the overall style is that of a scientific or medical engraving. The background is filled with fine lines and cross-hatching, creating a textured effect. There are some faint numbers and lines in the background, possibly from a page or diagram.

“EU ESTOU TÃO DOIDO QUE NEM NÚMERO DE TELEFONE EU SEI DE COR MAIS; ACORDO DE MADRUGADA, SÓ DURMO O PRIMEIRO SONO, QUANDO DÁ TRÊS HORAS COMEÇA A ME DAR AQUELE SUOR FRIO, QUE MOLHA O LENÇOL! EU VOU PARA O SOFÁ SUANDO, SUANDO, E NÃO DURMO MAIS.”

ACS, COMERCIANTE

5.0 CIDADE

A night scene with a strong red color cast. In the background, a multi-story building is visible, illuminated by warm yellow streetlights. A crowd of people is gathered in the foreground, some appearing to be in a public square or park. The overall atmosphere is dramatic and somewhat somber due to the monochromatic red lighting.

A person stands in the foreground, their back to the camera, lighting a large firework. The firework bursts into a bright yellow and orange flame, with sparks and smoke rising. The scene is set at night, with a multi-story building in the background. The building has several windows, some of which are lit from within. The ground is covered in a layer of dirt or gravel. The overall atmosphere is one of a night-time celebration or protest.

POSSÍVEL



5.1

TRAGA SUA LUZ

CIDADÃOS MOBILIZADOS PELO FÓRUM CENTRO VIVO E GRUPO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL REALIZARAM NA QUINTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2008, UMA CAMINHADA COLETIVA E ILUMINADA PELAS RUAS DO BAIRRO DA LUZ, EM SÃO PAULO. A AÇÃO SIMBÓLICA TEVE COMO PRINCIPAL OBJETIVO PROMOVER O ENCONTRO ENTRE DIFERENTES PESSOAS QUE VIVEM, ATUAM OU PENSAM A REGIÃO, COMO COMERCIANTES, GRUPOS ARTÍSTICOS, MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR MORADIA, MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA, URBANISTAS, EDUCADORES E DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS.

A CAMINHADA FOI UMA AÇÃO CRÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO BAIRRO DA LUZ, ESTIGMATIZADO PELA PROPOSITADA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM-IDÉIA DE "CRACOLÂNDIA". PESSOAS ILUMINADAS COM VELAS, COLARES DE LEDS, LUZES DE BICICLETA E LANTERNAS, CAMINHARAM DA ESTAÇÃO DA LUZ, NO CENTRO DE SÃO PAULO, ATÉ A RUA DOS GUSMÕES, ONDE SE ENCONTRAM OS DOIS PRIMEIROS QUARTEIRÕES DESAPROPRIADOS E DEMOLIDOS PELO QUE SE CONVENCIONOU CHAMAR DE "PROJETO NOVA LUZ". DOIS QUARTEIRÕES VARRIDOS DO MAPA. DEZENAS DE PRÉDIOS ONDE MORAVAM OU TRABALHAVAM CENTENAS DE PESSOAS.





5.2



SUBJETIVIDADE POLÍTICA

CONVERSA COM FÁTIMA FREIRE¹

PI – Por que as pessoas estão descrentes de sua capacidade de interferência e participação na vida coletiva, na vida comum? Por que não se constituem enquanto comunidades de ação, de pensamento, de produção de cultura?

FF – Porque os processos coletivos perdem poder de consumação quando não são reconhecidos socialmente. Mas hoje, uma das formas de romper o processo de massificação coletiva é buscando a construção coletiva do conhecimento, porque é ela que fortalece a comunidade para a ação e para recuperar a sua capacidade produtiva; e isso acaba desembocando na questão da produção de cultura.

PI – E não há outra forma de construir um pensamento coletivo que não no embate com a própria coletividade. Porque normalmente aprendemos a pensar a partir de uma imagem de mundo, de educação, de saber, onde o conflito não se encaixa. É muito diferente aprender a se constituir a partir do conflito; isso vai fazendo nascer uma subjetividade política. Mas onde se inscreve esta subjetividade política?

FF – Na própria vida. Uma das aprendizagens mais bonitas é aprender a conviver com as suas incoerências... Por exemplo, esta vontade de viver no coletivo e ao mesmo tempo arrebrantar com ele e não deixar com que ele venha... Esta consciência das nossas contradições e dos nossos movimentos de destruição e autodestruição – e por outro lado do nosso desejo de proliferação do potencial de vida – faz com que não joguemos o nosso medo no outro... Assim, você pára de fazer malabarismos com a sua própria contradição, de manipulá-la e manipular os outros, e começa e se olhar de frente, e olhar os outros de frente, a aceitar a contradição...

PI – Por isso, é necessário estar atento aos nossos medos, às nossas contradições, e nos transformar em ação, em movimento... Neste sentido, temos responsabilidade com o nosso próprio processo educativo, de auto-educação. Devo estar sempre atento, sempre refletindo...

FF – Esta é a primeira condição. Você criar em você para poder criar no outro... E é uma construção

1. Fátima Freire Dowbor é parceira do grupo PI desde que o trabalho começou, colaborando na constituição do grupo e no aprofundamento das discussões sobre educação. Natural da cidade de Recife, iniciou sua carreira dando aulas de Psicologia e Filosofia no Liceu Nacional Kwame Nkrumah, em Guiné Bissau, África Ocidental (1976–1980). Foi Assessora do Ministro da Cultura da Guiné Bissau, Mário de Andrade (1980–1981). Trabalhou como educadora em diversos países. Ainda adolescente, acompanhou seus pais no exílio: os educadores Elza Freire e Paulo Freire.

atitudinal, não discursiva. O que precisa ser feito é a tomada de consciência do corpo mesmo, saber e assumir quem somos.

PI – Podemos pensar na auto-organização e na auto-educação como processos constantes de politização que se iniciam na escala do corpo e que nascem de perguntas politizadoras que nos fazemos, que geram respostas politizadoras.

Espaço público / criação simbólica

PI – Estas “respostas”, que são também novas perguntas, são criadas não só no nosso corpo, mas também no corpo coletivo, na medida em que desenvolvemos estratégias de inscrição destas “perguntas” e “respostas”, denúncias e anúncios na vida pública. O conjunto de experiências cotidianas – invisíveis aos discursos oficiais – trazidas por cada participante torna-se, então, o ponto de partida para uma criação simbólica coletiva, para uma ação direta na cidade, para uma intervenção na mídia, para diferentes níveis de relação uns com os outros.

FF – Estas estratégias que vocês criam são “disparadores alfabetizadores políticos”, instrumentos disparadores de uma politização, de uma tomada de consciência política que atinge, em primeira instância, a nós mesmos quando nos ligamos ao entorno e nos posicionamos, saímos de cima do muro. Porque a partir do momento em que compreendemos e apreendemos as inter-relações que se configuram no interior de uma determinada situação, não podemos mais ficar parados, temos que nos posicionar. Ou nos posicionamos no sentido de “ser mais gente” e deixar com que os outros também sejam; ou nos posicionamos, no nosso comportamento, nas nossas ações, no nosso engajamento, no sentido de “ser menos gente”.

PI – Quando trabalhamos com diferentes grupos, fica evidente que todos nós tendemos a reproduzir determinados “estilos de vida” com os quais nos identificamos. E que estes “estilos de vida” correspondem a valores que muitas vezes não queremos reproduzir. Ali, uns como espelhos dos outros, podemos nos tornar conscientes disso. O processo de tomada de consciência do nosso lugar no mundo surge, então, da possibilidade de comentá-lo e simbolizá-lo criticamente.

FF – O que estão a dizer sem saber que estão dizendo – e o Freire traz isso belissimamente, acho que na “Pedagogia do Oprimido”² – é o salto de uma consciência ingênua para uma consciência crítica. Quando estou a reproduzir, estou crente de que não estou reproduzindo, não tenho a clareza de que estou a reproduzir, imagino ingenuamente que estou a produzir, que aquilo é meu, e na maioria das vezes não é. Então, a tomada de consciência, por isso que é importante este tipo de trabalho que fazemos, é justamente colaborar para que a pessoa perceba que aquele discurso que ela está trazendo é um discurso ideológico engolido do outro.

PI – Lembrei de um trecho do livro “Que Fazer – Teoria e Prática em Educação Popular”³, um diálogo entre Paulo Freire e Adriano Nogueira, onde eles falam sobre este cuidado de não atribuir ao outro a ingenuidade e a alienação. O Adriano fala: “(...) Estou comentando acerca daquela ‘ingenuidade’ popular. Coloco entre aspas e discuto contigo. Esta ‘ingenuidade’ em certas atitudes populares me parece estar relacionada com as necessidades da vida (...) Essas ações ‘ingênuas’ ocorrem... Elas respondem a necessidades populares que eu, educador intelectual, não entendo e crítico. Vejo um perigo aí. (...) É o perigo do desentendimento cultural. Eu estarei desentendido acerca das estratégias de resistência que são possíveis nos grupos populares.”

PI – Ele traz um olhar antropológico neste “desentendimento cultural”; quando você não tem ferramentas para enxergar onde está a resistência do outro. E transpondo para a nossa experiência, percebemos que tanto a ingenuidade quanto a resistência não devem ser pensadas como circunscritas a uma condição de classe. Porque todos nós somos ingênuos ao

2. Freire, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 1970.

3. Freire, Paulo e Nogueira, Adriano. Que Fazer – Teoria e Prática em educação popular. Ed. Vozes, Petrópolis, 2002. Páginas 41 e 42.

vivermos o discurso dominante como “a realidade”, assim como todos podem ter um potencial de resistir construindo discursos e práticas a partir da sua experiência.

FF – E é aí que você começa a buscar os instrumentos metodológicos do seu “que fazer”, partindo de urgências reais, necessidades reais e que realmente você se instrumentaliza, que você consegue produzir. É só pensar no que vocês, enquanto grupo, precisaram fazer. Quer dizer, o que precisaram fazer a partir do momento em que perceberam a inadequação deste discurso que fala de uma realidade que não é “a realidade”? Precisaram desencadear um tipo de processo de modo a possibilitar um tipo de aprendizagem que, em primeiro lugar, gerasse essa tomada de consciência de que o discurso não é único. E, a partir daí, precisaram criar condições para atuarem, porque não é possível atuar de forma desorganizada. Então, precisa estruturar o coletivo, fazer o levantamento das urgências individuais, ver o que realmente é urgência e quais podem ser consensuadas coletivamente. Finalmente, encontrar estratégias para que as urgências coletivas venham para fora. Isso tudo primeiro entre vocês e agora com diversos outros grupos.

PI – Então, o que a gente aprende neste processo todo é a transformar o discurso residual contido em cada participante dos grupos, em cada comunidade organizada, em cada um de nós, em cultura, em símbolos que depois circulem na coletividade, possam ser pensados pelas pessoas e se transformar em novos pensamentos e ações.

PI – Acho que é neste sentido que entendemos a auto-educação e a criação cultural: estarmos em constante construção de nós mesmos, de nossa própria humanidade.

Subjetividade política / ambientes de encontro / pedagogia da celebração

PI – Então, “o que precisa ser feito?” é o foco metodológico que temos que ter o tempo todo, é a pergunta que carregamos diante de cada situação e de cada grupo, porque é daí que surge o que precisa ser feito. Ela é o próprio levantamento de urgências de cada grupo, nos incluindo como parte destes grupos; é a grande escuta, a atenção, o considerar sempre as diversas experiências na construção e na troca.

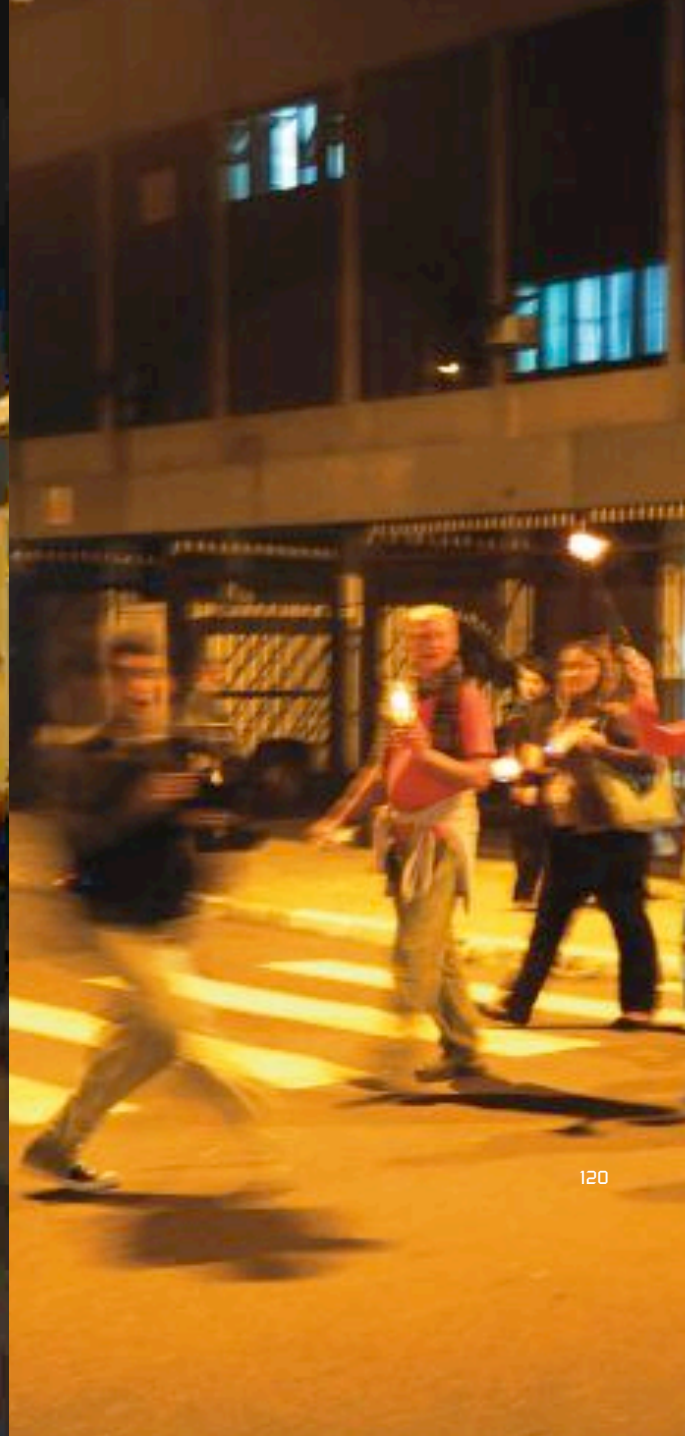
PI – E é a certeza do embate na relação de grupo o que torna essencial nos perguntarmos uns aos outros, a todo o momento: “O que precisa ser feito?”. É justamente a continuidade, a persistência nesta grupalidade, o que vai nos fazer construir um tipo de subjetividade “em relação”, que é um tipo de subjetividade baseada no conflito e no diálogo. E é esta subjetividade que tentamos proliferar dentro de nós mesmos e como postura no mundo.

FF – Quer dizer, é partindo do sonho de construção desta subjetividade, tanto individual quanto coletivamente, que propiciamos ambientes e espaços de trabalho onde esta subjetividade possa ser construída. Porque quando a subjetividade política encontrar estes ambientes propícios ao seu exercício, carregará isso no corpo como parte constituinte de qualquer inscrição que poderá fazer. E quais são as características e condições que o ambiente de troca deve ter para que esta subjetividade política se inscreva tanto no individual quanto no coletivo? Precisa haver um ambiente em que caiba o desejo, porque educar é uma ação vivencial, não uma ação aplicativa. Essa é a própria experiência do possível, na qual sempre alguns aspectos do impossível devem se tornar possíveis compartilhados, enquanto outros devem permanecer como impossíveis. Porque se tudo é nomeado, sistematizado, corre-se o risco de transformar a pessoa em objeto, coisificá-la, retirar dela a capacidade de desterritorializar-se, de inventar novos campos de ação e de desejo, que é o que dá organicidade ao ato de educar para a transformação.

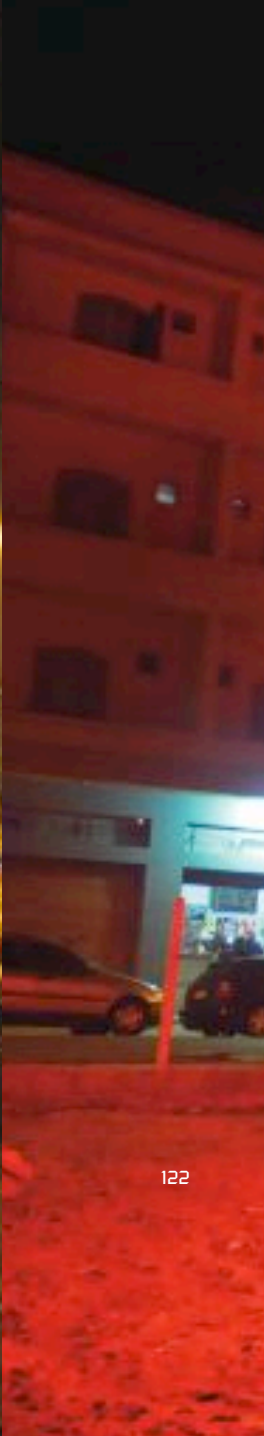
PI – Por isso, chamamos o tipo de educação presente nestas situações de encontro de “pedagogia da celebração”. Aí, o que se celebra é o próprio encontro e é por isso que a nossa maneira de entender a arte se aproxima da nossa maneira de entender a educação. Então, entra uma dúvida, que é: existe, neste caso, diferença entre resultados pedagógicos e resultados artísticos? Na nossa ação parece que não existe, porque para nós, arte – que é a experiência do possível – é a construção coletiva de um ambiente de produção cultural. E quando este ambiente de fato acontece, o resultado é artístico, é político, é pedagógico, é afetivo...





















Estado de Sítio

Pedro Guimarães¹

As cidades se fecham em si mesmas
O argumento da degradação das relações humanas
Cria o elogio a violência
Que além de espiada e pensada
Coloca-se cada vez mais presente
No grande mundo através de guerras
No mundo interior na forma de discriminação
Uma série de pequenas maldades
Se destilam em nossas almas e mentes
Desejos íntimos de execuções sumárias
Admiração a justiceiros genocidas
Vem a nos preencher o interior vazio da consciência
Como um elixir entorpecente
Transborda nossas grutas interiores
Com desejo de morte e odor pútrido
Pra tudo aquilo que não entendemos
Que não conhecemos
Sem que isso crie em mim ou em você
Necessidade alguma de maior compreensão
Nem mesmo capacidade de sentir ou colocar-se no lugar do outro
E novamente tomados de desejos egoístas e assassinos
Clamamos: penas de morte e chacinas em nome de segurança
Cidades cada vez mais fechadas, condomínios, ruas particulares
Milícias, shoppings e torres de vidro blindado
Que nos assegurem de nossa própria vontade demente
De punir infratores
As infrações são sempre alheias
Estamos quase sempre unguídos de inocência e boa vontade
Não há nada de errado em se dar bem
Não hei de me tornar alvo por ser bem sucedido
E assim fecho-me em muralhas
O imperativo é nos isolarmos cada vez mais com nossas migalhas
Que se limpe a cidade: de ruídos noturnos, esmolantes, dos sujos,
Dos caldos, da alegria subversiva das meninas e meninos de rua,
Do vigor da prostituição, do apagado colorido dos bares populares
Dos cães de rua e seus respectivos donos, dos catadores de reciclável,
da permissividade boemia,
da essência humana que coabita na coexistência dos diferentes.
Vamos limpar das cidades o desejo humano do prazer do sexo
Permeados em olhos famintos que desejam e comem
O Brasil que tem fome
Nos isolando na reclusa solidão de nossas casas e apartamentos
Gozando a mais profunda perversão de nossos sentidos solos
Engaiolando nossas súplicas e desejos numa oração profana
Cada vez mais egoístas, solitários nefandos
A ordem se constrói de entradas e saídas
Ausgang-Eingang
Nossas cidades estão se tornando sítios dentro de gaiolas
Será que o Obama conseguirá libertá-las?
Sendo assim, mestiços, negros e nordestinos devem saber
Colocar-se, e apreciar as entradas de serviço
Pois isso corrobora para a segurança das pessoas normais
"Belezas são coisas acesas por dentro
Tristezas são beleza apagadas pelo sofrimento".

1. Pedro Guimarães é escritor, performer e integra a Frente 3 de Fevereiro. Texto musicado e publicado no site www.frente3defevereiro.com.br.
2. Trecho da letra "Lágrimas Negras", de Jorge Mautner, 1999.









5.3

A HISTÓRIA DO GRUPO PI CONTRA A SECONFI

Daniel – Por que, como grupo, nós chegamos agora com este interesse em trabalhar no centro sobre essas questões? É interessante pensar também como esta investigação representa a síntese do que já fizemos e como a educação está presente neste processo específico?

Joana – Acho legal pensarmos um pouco de que lugar estamos falando, que processo nós vivemos que nos levou a falar sobre esta situação específica da “Cracolândia” e destes conflitos urbanos como um microcosmo de questões que a gente quer trabalhar e trabalha e o que aprendemos neste processo, o que abre também de possibilidades...

Daniel – Eu acho que a gente começou, nos nossos projetos iniciais, entendendo muito o processo de educação e criação baseado em aulas com grupos fixos. Este era o recorte que podíamos fazer naquele momento para justificar e nomear de educação o que estávamos fazendo. Durante este período todo, que começou em 2005, criamos o que nomeamos de grupos de trabalho, o que foi uma maneira de ritualizar a passagem de grupos fixos em uma situação de aula, para um processo que tinha a participação mais horizontal de todo mundo, mas, por outro lado, mais uma vez a gente sentia nosso lugar como autores diluído no processo do grupo. Acho que no projeto Cidade Luz a gente radicalizou isso para um tipo de prática que podemos encarar como de educação, mas que nada tem a ver com oficina ou escola formal. É educação no sentido mais amplo, aquilo que a Fátima Freire coloca como “disparadores alfabetizadores políticos”...

Luciana – Esta passagem de uma situação de aula para um processo de trabalho coletivo se deu quando começamos a ir para a comunidade. E quando encontramos o outro, nos reconhecemos também, fica muito mais claro que temos um lugar, que falamos desde um lugar e o outro também. Então começamos a entender que esta troca poderia se dar...

Daniel – Interessante pensar na virada do processo no encontro com a comunidade e no encontro coletivo com a cidade, o espaço urbano, e não um espaço no qual a gente vai uma vez por semana, mas o nosso próprio espaço, que faz parte do nosso cotidiano, da nossa vida...

Cibele – Como podemos entender a autoria no caso de um trabalho onde você está propondo que a criação coletiva se construa no encontro grupo a grupo?

Rafael – E em que sentido entendemos a importância e a função da autoria?

Joana – Eu entendo a autoria não como uma individualização do processo de criação, mas num sentido mais da verdade do processo, de que aquilo que estamos pensando, fazendo, falando, tenha uma motivação que seja verdadeira para nós também. Não no sentido de um autor que dá nome e individualiza o processo, é dar nome, mas não no pessoal, dar nome por dar sentido ao que se está fazendo. Porque muitas vezes, quando trabalhávamos com outros grupos, chegávamos a determinadas questões que para nós tinham um descolamento do nosso processo, das questões que realmente nos interessam... E acho que estas investigações que nos motivam são nossa maior colaboração nestes processos pedagógicos e educativos.

Daniel – No momento em que encontramos um grupo de trabalho, isso não significa que as pessoas estão lá para aprender um determinado assunto e que temos que ter uma didática, mas que um grupo vai acompanhar um processo

de trabalho, então estamos mais íntegros, porque a didática é uma simplificação...

Rafael – Os processos então se concretizam no momento em que escolhemos com quem vamos trabalhar...

Daniel – Você traz outra chave importante, porque não trabalhamos mais com grupos que chegam a nós aleatoriamente para fazer um “curso”, mas são parceiros que têm conexões com o que estamos trabalhando...

Joana – Nestes trabalhos aparecem vários tipos de participação a partir do marco de uma urgência comum, desde uma mais militante, a outra mais acadêmica, até a dos atores envolvidos diretamente no processo. Quando de alguma forma escolhemos com quem trabalhar, isso não significa uma “elitização” do processo, mas uma potencialização da inscrição por um interesse comum, que poderá colaborar com outros grupos, comunidades, movimentos sociais. Então, este resultado não pode ser encarado como um produto no sentido de objetualização vazia do que se fez, muito pelo contrário, quanto mais potência tem o encontro, mais se produz algo que tem uma importância para outras pessoas que também estão preocupadas com coisas parecidas.

Cibele – É que chegou um momento em que a gente percebeu isso também, que quando fazíamos um convite para as pessoas participarem, não é porque elas trariam conteúdos prontos, mas porque existia uma elaboração que se dava no momento do encontro.

Mariana – Eu acho que podemos pensar neste processo educacional como um movimento circular, uma construção coletiva de conhecimento onde estamos todos aprendendo, descobrindo, experimentando juntos. Então, a autoria é se permitir, enquanto educador, criar junto.

Joana – Sempre recusamos falar em termos de autoria, mas é importante pensá-la neste sentido de posicionamento, de falar: “Eu quero inscrever este dito no mundo...”

Daniel – O difícil e complexo é como estar íntegro no processo, mas ao mesmo tempo aberto à construção coletiva, este é todo o desafio e a sensibilidade a um processo sem modelo, estar determinado a inscrever algo, mas não saber a priori o que é este algo, porque ele será construído junto...

Eduardo – Em tudo isso, eu vejo metodologia, uma educação que se transforma em trabalho artístico, o próprio encontro como proposição, intervenção em um grupo, com um grupo e em nós mesmos. Entendendo o próprio processo como este estar juntos e como um lugar de fragilidade, porque muitas vezes estivemos em um lugar de ter que descobrir juntos algo, de não saber as respostas... A investigação-ação nasce assim, quando encaramos a vivência da cidade como o próprio trabalho...

Rafael – Acho que esta fragilidade tem a ver com crescimento e autonomia. Porque este é um passo, de um grupo fixo dentro de um espaço cultural, até a eleição de um grupo com quem trabalhar a partir de uma questão que nos mobiliza a todos.

Daniel – Este passo é uma escolha de qual é o nosso desejo, e este é um lugar de angústia e risco constante...

Joana – Este compromisso tem a ver com uma intuição de que a questão diz algo da gente. Neste sentido, o Centro diz algo da gente, porque todo o imaginário e fronteiras objetivas e subjetivas da cidade são construídos a partir desta noção de “centro” e “periferia”.

Daniel – Mas você não acha que para nós o Centro tem algo de “terra estrangeira” também?

Joana – Eu acho que tem a proximidade profunda e a distância, os dois a todo o momento.

Mariana – O Centro tem uma carga simbólica muito forte, constitui muito do que somos, do que é a cidade. É um território em constante conflito, um conflito evidente que mostra toda a perversidade do sistema. Ao mesmo tempo, ele representa este lugar democrático, diverso, onde todas as “periferias” se cruzam e se encontram, onde tem esta diversidade cultural. Acho que faz muito sentido estarmos sempre olhando para o Centro e sermos atingidos pelo que acontece ali. É importante investigar como estas questões macropolíticas influem na nossa vida, nos nossos comportamentos...

Joana – E entender que estas dinâmicas macro não são abstratas ou construídas em um lugar inatingível, mas são construídas no cotidiano e é por isso que temos a chance de intervir nelas.

Rafael – Tenho pensado em uma coisa que é como colocar em crise a produção dos trabalhos apenas a partir de uma urgência, porque quando pensamos apenas nestes termos, nos relacionamos com a resposta imediata e não conseguimos ver o que construiríamos como outro espaço, não apenas resistindo ou respondendo à conjuntura.

Daniel – Interessante, porque quando trabalhamos em situações que de uma certa forma têm esse “cheiro de morte”, é porque temos uma certa intuição de que nesses processos o importante não é reverter o que já está estabelecido. Ou seja, nosso trabalho não é recuperar a dinâmica do centro da cidade e transformar aqueles quarteirões em lugares que terão uma reabilitação melhor. Acho que nós não carregamos esta pretensão, mas queremos, através desta situação, que é interessante, que tem uma urgência, uma capacidade de enlace com a sociedade, falar de um processo de modificação social que vai além desta situação e que está no cotidiano e em fatos que estão por vir. Como se falássemos deste momento histórico para apontar para o futuro...

Cibele – Tem também uma forma de intervir que passa pelo olhar, sempre aparece em nossos processos o primeiro passo sendo: como eu olho para o lugar do vivido, do cotidiano, como eu olho o meu próprio olhar, como eu estou olhando e de onde estou olhando para o que está acontecendo. Depois, em um determinado momento começamos a usar o termo “chave de olhar” e entender a importância de transformar radicalmente esta chave. Aos poucos, vamos percebendo que uma situação urgente colabora como uma situação exemplar para ampliar o olhar, para entender de outra forma, e aí tem um processo de auto-educação que é transformador em outra escala, nem mais nem menos importante, mas conseguimos criar relações que antes não eram possíveis, as relações e percepções se ampliam.

Joana – A mudança do olhar é tudo se pensamos em uma escala social, coletiva, porque a mudança da interpretação sobre os fatos muda os fatos.

Mariana – Para mim, este outro olhar traz também o desejo de evitar o apagamento. Nesta situação, por exemplo, estamos vendo que um bairro pode ser completamente destruído e apagado e que isso pode não fazer diferença para muita gente, apenas para as pessoas que estão ali. Então, este é um movimento de olhar para isso de outra forma, trazer à tona outros sentidos em relação ao que está acontecendo.

Cibele – Não deixar se apagar fisicamente, concretamente e também não deixar apagar a história do conflito.

Daniel – E por que é importante a construção da arte nesse processo de inscrição de outra perspectiva, de mudança do olhar em uma escala social?

Eduardo – Acho que é a possibilidade de construir, a partir de um lastro real e de outra sensibilidade, outros lugares onde estaríamos, e aí vivemos isso de uma forma real e as transformações subjetivas acontecem.

Rafael – Eu vou dar um exemplo de por que, no meu ponto de vista, a arte é importante. Quando estávamos investigando o que seria o tal do projeto da prefeitura para o bairro da Luz, a única coisa que existia era o folder do projeto Nova Luz, ou seja, uma representação de um futuro, não há uma análise geopolítica do bairro, nada. O primeiro que os caras fizeram foi uma representação do que estavam querendo vender para aquele espaço. E a partir daí, conseguiram manipular tudo, aí vem a Globo, a Veja com sua produção de noticiário, e com isso vão criando a fábrica de consentimento. É óbvio que existe um poder com o qual tentamos lutar da forma que podemos, a partir do nosso lugar, é uma luta pela produção de sentido e contra a manipulação do desejo.

Daniel – Interessante porque entramos então nesta disputa, em um jogo simbólico em que parece que estamos no mesmo patamar, de utilização da imagem, do símbolo, da arte, como meios para chegar a outro lugar. Aí eu pergunto: a gente funciona na mesma lógica? Produzimos arte para levar a uma inscrição histórica porque ela é um meio eficiente de sensibilização? Por que ela assusta e, portanto, conseguimos mobilizar pessoas? A arte é apenas uma ferramenta para a disputa ideológica? Por outro lado, quando pensamos isso como construção de mundo, a arte se apresenta de outra forma, como um fim em si, uma perspectiva de mundo, que não é um mundo que deva levar para um outro mundo, mas que em si tem a capacidade de ser um mundo. Eu acho que nesta discussão tem muito do estereótipo do que se chama de arte-política, um termo pejorativo que parece ligar a produção de arte a um tempo histórico

específico e à incapacidade de gerar um mundo que é, em última análise, atemporal.

Rafael – Acho que isso está ligado ao que vínhamos falando antes, esta questão de se alguém está na denúncia ou está construindo, anunciando outra coisa. E acredito que as intervenções na rua, que agora já estão até bastante cristalizadas, foram tentativas de dizer: “Não estamos representando, estamos apresentando” para que todos juntos vissem, discutissem uma determinada questão, para que se gerasse uma nova perspectiva. Acho que podemos agir mais na re-construção do mundo do que na criação de “outro mundo possível”, já que vivemos neste mundo e não em outro; mas acho que muitas vezes caímos no embate, no enfrentamento, na representação mesmo, gerando apenas um meio que ataca a construção dos discursos hegemônicos, mas não anuncia outros lugares, aí corre o risco de ficar panfletário, como um meio que transporta uma ideologia.

Cibele – Mas tem alguma coisa que acontece em um lugar muito invisível do encontro, a apresentação não se dá só no lugar da síntese, da imagem, tem alguma coisa que acontece quando a gente se coloca com o corpo. Por exemplo, na ação com as velas na Luz, todos juntos naquela situação, é uma coisa que não tem muita palavra, muita nomeação, mas que a gente sente no silêncio daquele grupo, que não estaria ali junto se não fosse para fazer aquilo, que a imagem não capta, que é algo que está no fazer mesmo.

Rafael – Para mim isso é a potência, sem nenhum adjetivo. Ou seja, a possibilidade das diferentes relações que poderiam ser constituídas a partir disso. Estamos lá no lote demolido, com um monte de gente, alguns que estávamos vendo pela primeira vez, e percebemos que sim, podemos nos auto-organizar, sim, podemos estar discutindo isso. Acho que o que circula mesmo é isso, essa possibilidade da comunidade, da criação, da relação.

Joana – Mas pensando neste sentido de que existem diversos tipos de arte que têm uma potência, em diferentes épocas e contextos e que também tinham uma força política de interferência no seu contexto histórico, qual a especificidade da nossa geração? Por que se a noção de arte-política reduz, existe uma necessidade até nossa de falar desta forma, de dizer que a nossa arte é política? Por que, se toda arte é política, a necessidade de colocar o político no nome?

Daniel – Isso fica muito forte na nossa geração, por causa dessa idéia de um mundo que virou um mundo totalitário do capitalismo onde uma história é contada por uma grande mídia corporativa e você não tem capacidade nenhuma de contar a sua história, parece que neste momento é importante a gente se articular e contar a nossa história. Isso é político, e neste sentido, o contar a história que a gente pretende, e aí a arte é o arcabouço total para isso, não é o contar “a” história, é contar uma das histórias, portanto, é um mundo construído, contado por diversos pontos de vista, que não é uníssono.

Mariana – Ao mesmo tempo vivemos em uma época na qual nunca foi tão fácil outros pontos de vista surgirem e se inscreverem na realidade, com a internet, os grupos de e-mails, as páginas virtuais, a facilidade de produção e circulação de vídeos.

Joana – Por outro lado, não é uma prática que está só relacionada à esfera da arte, da imagem, mas também com o esvaziamento da própria esfera da política e de outro entendimento do que é ou do que deveria ser fazer política. Porque entendemos que a saída não é individual, e o fato de estarmos em grupo neste momento é importante, porque existe uma questão social mais ampla, coletiva. Por isso que ir para o corpo para falar do Estado de Confinamento não significa que a solução seja individual, mas que as coisas que a gente sente no nosso corpo justamente não são individuais, pelo contrário, os sintomas físicos têm uma relação com o seu tempo histórico.

Cibele – É porque vamos para o corpo para olhar o que acontece, mas não para ficar na dimensão do corpo individual, mas para compartilhar, para que as sensações possam se organizar de outra forma.

Eduardo – É uma busca por não se individualizar o problema, mas entender o comum e a partir dele colocado na mesa poder criar.

Mariana – Se a gente não encontra eco do que sentimos no outro, se não conseguimos uma escuta do outro, se não

conseguimos escutá-lo, vamos nos fechando e isso é o que leva ao autoconfinamento, às sensações de sufocamento, afogamento. E quando compartilhamos estas fragilidades, isso também dá forma ao coletivo e pode ser motor de suas ações.

Daniel – E como a gente vê, hoje em dia, depois de todo este processo, a questão do Centro e da “Cracolândia”?

Joana – A gente estava falando antes do olhar, e eu vejo uma mudança profunda no meu próprio olhar diante desta situação, poder nomear de outra forma. O próprio fato de ficarmos chamando de “Cracolândia” é um indício do quanto é difícil romper com esta imagem.

Cibele – É uma situação difícil, radical, violenta, muito complexa. Mas, por outro lado, tem uma dimensão de abrigo, de acolhimento na pior perspectiva e aí não dá mesmo mais para chamar aquele lugar de “Cracolândia” com este nome que já está internalizado, porque quando olhamos desde outras perspectivas já vira outra coisa.

Joana – Por isso que o Osvaldo deixa claro que a “Cracolândia” é uma imagem, é a construção de um imaginário social.

Daniel – Ele diz que é um espaço onde tem meninos, não importa onde estejam. Quer dizer, a gente estrutura a linguagem de certa forma, mas ele diz que não tem nada disso, nem “Cracolândia”, nem Nova Luz, nada disso...

Joana – É difícil romper a linguagem também no sentido de trazer à tona antigos processos que se repetem hoje, como o exílio, a tortura, o extermínio. Existe mesmo uma certa glamorização disso pela mídia, que parece ter ficado lá nos 60 e 70, e que é uma coisa pela qual passaram muitos que hoje são grandes profissionais e intelectuais. Como hoje quem passa por isso são as classes populares e pobres, não existe uma urgência de entender e elaborar sua atualidade. Mas no momento em que nomeamos os processos das classes populares desta forma, temos que lidar com isso, por isso que é difícil radicalizar a linguagem. É muito mais fácil dizer: “Eles são uns drogados fumando crack”, do que falar que eles estão num processo de resistência, de exílio, porque se falamos desta forma há uma série de implicações políticas, sociais, pessoais, que temos que enfrentar a partir daí.

Cibele – É porque é difícil mesmo virar a chave de verdade e ser propositivo...

Eduardo – Mas qual é a nossa proposição? Porque quando nos propomos a olhar os movimentos sociais e fatos por outro ângulo, estamos propondo outro olhar, mas...

Cibele – Então, acho que a proposição é esta, ter coragem de em alguns momentos radicalizar mesmo e afirmar e ver o que acontece e colocar em xeque e debate determinadas afirmações. Por exemplo, vamos debater entre a gente esta afirmação de que “sim, aqueles meninos na ‘Cracolândia’ representam um ato de resistência”. Porque quando fazemos esta virada de chave do olhar e, portanto, somos propositivos, aquilo cabe dentro do nosso corpo e do corpo social de outra forma e não apenas da forma que legitima ações que reconhecemos como de limpeza e extermínio. Você fala: “Opa, espera aí! Tem pessoas, tem crianças, tem meninos que estão resistindo! Eles vão e voltam, vão e voltam, vão e voltam...”. Isso é propositivo porque é humanizador.

A HISTÓRIA DO GRUPO POLÍTICA DO IMPOSSÍVEL CONTRA A SECRETARIA DO ESTADO DE CONFINAMENTO É UMA HISTÓRIA DE RESGATE METAFÓRICO DAQUILO QUE ESTÁ SENDO VIVIDO POR NÓS MESMOS NO EMBATE COM A CIDADE DE SÃO PAULO, UMA FORMA DE QUESTIONAR AS RELAÇÕES SOCIAIS NAS QUAIS NOS ENCONTRAMOS MUITAS VEZES IMERSOS, SEM NOS DARMOS CONTA. A ESCRITA DESTA HISTÓRIA É, EM SI, UMA TENTATIVA DE COMPREENDER, COLETIVAMENTE E ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO REAL DE AÇÃO E PENSAMENTO, SENSAÇÕES E URGÊNCIAS QUE EM UM PRIMEIRO MOMENTO PODEM PARECER INDIVIDUAIS.

ESTE TIPO DE NARRATIVA PRETENDE CRIAR SÍMBOLOS QUE CONDENSEM ESTADOS COMUNS E LATENTES DE ÂNIMO, QUE ATRAVESSAM A SOCIEDADE INDEPENDENTEMENTE DE QUESTÕES DE CLASSE E NOS PERMITEM ESTABELECEM PARÂMETROS CRIATIVOS PARA O DIÁLOGO. SE ISSO ACONTECE, É POSSÍVEL ROMPER AS REDES DE RELAÇÕES ESTABELECIDAS E DAR PASSAGEM A NOVAS TRAMAS DE RELAÇÕES, SENDO A RUPTURA, AQUI, UM PROJETO DE RECONSTRUÇÃO COLETIVA DE DISCURSOS, PORTANTO, DE REPRESENTAÇÕES. A CONSTRUÇÃO DE DISCURSOS SE DÁ DE DIVERSAS FORMAS (NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, NAS PUBLICIDADES, NA EDUCAÇÃO, NA INTERNET ETC.) E NUNCA DEIXA DE SER IDEOLÓGICA, DE FORMAR AS VISÕES DO MUNDO ONDE VIVEMOS. ESTAMOS ACOSTUMADOS A RECEBER ESTAS CONFIGURAÇÕES DE NOSSA PRÓPRIA VIDA COMO NATURAIS. ASSIM, VAMOS ORGANIZANDO NOSSO MODO DE SER: ATRAVÉS DE RELATOS QUE CONSTROEM IDENTIDADE; EM ÚLTIMA INSTÂNCIA, CONSTROEM A IDENTIDADE NACIONAL.

QUAL É A HISTÓRIA QUE SE RELATA DO LUGAR ONDE VIVO? FAZER ESTE TIPO DE PERGUNTA É COMEÇAR A CONSTRUIR A NOSSA CARTOGRAFIA DE RELAÇÕES, O QUE NOS PERMITE, A PARTIR DAÍ, CRIAR NOSSOS PRÓPRIOS SÍMBOLOS, NOSSAS REPRESENTAÇÕES DO MUNDO NO QUAL VIVEMOS E NO QUAL PODERÍAMOS VIVER.

NÃO À TOA ACREDITAMOS SER A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA NOSSO LUGAR DE RESISTÊNCIA: POIS ELA TEM A POTÊNCIA DE INTERFERIR NA NARRATIVA SOCIAL, DE GERAR – POR MAIS MÍNIMOS QUE SEJAM – DESLOCAMENTOS NA CONFIGURAÇÃO ESTABELECIDADA DO POSSÍVEL; É UMA INTERVENÇÃO NA COMUNICAÇÃO.

COMO DIZ O FILÓSOFO ITALIANO FRANCO BERARDI (BIFO): “HÁ MUITO TEMPO ME INTERESSA A RELAÇÃO ENTRE AS NOVAS FORMAS DE VIDA, AS NOVAS FORMAS DE SENSIBILIDADE E AS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO. CREIO DESDE SEMPRE, QUE NA COMUNICAÇÃO, NA SENSIBILIDADE E NA ESTÉTICA É POSSÍVEL ENCONTRAR A FORMA DA POLÍTICA, A FORMA DA AUTONOMIA DO SÉCULO QUE ESTÁ POR VIR. NÃO MAIS AS INSTITUIÇÕES, OS PARTIDOS, OS ESTADOS, OS GOVERNOS, AS FORMAS MACHISTAS E VOLUNTARISTAS DE SOBRE-IMPOSIÇÃO DE UM PROJETO À REALIDADE. IMPORTA O QUE PODE REALMENTE TRANSFORMAR AS ENTRANHAS E O CORAÇÃO, O QUE HÁ NO INTERIOR DA REALIDADE SOCIAL. E PARA TRABALHAR O QUE HÁ NO INTERIOR, NECESSITAMOS UMA NOVA FORMA DE ENTRELAÇAMENTO COMUNICATIVO E UMA NOVA IDÉIA DO QUE É RIQUEZA E BELEZA.”¹

BIFO FAZ UMA OPERAÇÃO INTERESSANTE EM SEU PENSAMENTO, RELACIONANDO DIRETAMENTE NOVAS FORMAS DE VIDA, SENSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO, TODAS ENVOLVIDAS NO COMPROMISSO COM A REDEFINIÇÃO DO QUE É OU PODE SER A BELEZA E A RIQUEZA. PORTANTO, QUANDO FALAMOS EM INTERVENÇÃO SIMBÓLICA, NÃO NOS REFERIMOS APENAS A UM RESULTADO OU A UMA FORMA, MAS A TODO UM ESPAÇO E UM TEMPO NOS QUAIS LIDAMOS COM A DIMENSÃO SUBJETIVA DA CONSTRUÇÃO DO “PÚBLICO”, NOS RELACIONANDO COM O “INVISÍVEL”, O “SONHADO”, O “FRÁGIL”, QUE SÃO JUSTAMENTE OS “ESTADOS” QUE ROMPEM O “ESTADO DE CONFINAMENTO” E, PORTANTO, SÃO FUNDAMENTAIS COMO MOTORES DA CRIAÇÃO.

1. Conversa entre Franco Berardi e diversos coletivos na rádio autônoma “La Tribu” de Buenos Aires, Argentina, dia 9 de novembro de 2007. Bifo, junto a Toni Negri e Paolo Virno, é uma das figuras mais conhecidas da experiência autônoma do operismo italiano.

ESTES ESTADOS DE FRAGILIDADE QUE HABITAM OS ESPAÇOS DA AUTONOMIA VÊM À TONA QUANDO COMEÇAMOS A QUESTIONAR OS NOSSOS PRÓPRIOS HÁBITOS E COMPORTAMENTOS, TRANSFORMANDO A SITUAÇÃO NA QUAL VIVEMOS NO NOSSO GRANDE CAMPO DE INVESTIGAÇÃO, ASSIM POLITIZANDO A VIDA. “A GENTE VAI CONSTRUINDO UMA CARTOGRAFIA DO QUE A GENTE ESTÁ VIVENDO TAL COMO O QUE A GENTE ESTÁ VIVENDO PASSA PELO CORPO DE CADA UM DE NÓS SINGULARMENTE, MAS É UMA CARTOGRAFIA COMUM. E É DIFERENTE CRIAR INSPIRADA PELO QUE TEM NO MEU UMBIGO OU NO QUE EU APRENDI EM TEXTOS FANTÁSTICOS FRANCESES, POR EXEMPLO, OU BRASILEIROS, E CRIAR A PARTIR DESSE ESFORÇO HERCÚLEO E DELICADÍSSIMO DE UMA COISA SUPER FRÁGIL QUE É: COMO É QUE EU TRAGO TUDO ISSO PARA O VISÍVEL E PRO DIZÍVEL? (...) NO MOMENTO EM QUE A COISA JÁ ESTÁ AI, ESTÁ PULSANDO E VOCÊ NÃO SABE COMO E POR ONDE, A SENSÇÃO É DE FRAGILIDADE, VOCÊ NÃO TEM COMO SE PENDURAR NAS REFERÊNCIAS QUE VOCÊ TEM PARA FICAR TRANQUILA E ESSA FRAGILIDADE É MARAVILHOSA PORQUE ESSA FRAGILIDADE TE FAZ SENTIR: ‘OPA!’, TEM UM NEGÓCIO QUE ESTÁ ROLANDO QUE NÃO ESTÁ LEGAL, O QUE EU FAÇO AQUI? A FRAGILIDADE FUNCIONA COMO UM ALARME, É A LUTA PARA TENTAR ENTENDER E PENSAR E BOTAR EM PALAVRAS O QUE É QUE EU ESTOU CAPTANDO AQUI. ENTÃO, ESTA FRAGILIDADE É UMA COISA IMPORTANTÍSSIMA.”²

MAS COMO NÃO DEIXAR COM QUE TUDO ISSO, QUE É TÃO DELICADO E QUASE INVISÍVEL, DESAPAREÇA NAS CIRCUNSTÂNCIAS DO MUNDO? NESSE SENTIDO, É IMPRESCINDÍVEL PRODUZIR CANAIS DE COMUNICAÇÃO E TROCA DAS DIFERENTES EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA, ATRAVÉS DOS QUAIS PODEMOS DISCUTIR, AVANÇAR E ORGANIZAR OS PROCESSOS VIVIDOS PARA SEREM DISCUTIDOS, SIGNIFICANDO ESTE MOVIMENTO COMO UM RETORNO ATIVO À SOCIEDADE QUE NOS PERMITA APROFUNDAR AS COSMOVISÕES E MANEIRAS DE HABITAR O MUNDO.

2. Conversa com Suely Rolnik realizada no Projeto do Núcleo de Artes Plásticas do Espaço Cultural CPFL (Possíveis aprofundamentos de “Como Viver Junto”) para a 27ª Bienal de São Paulo, São Paulo, 2006.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. *O Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- BIFO, Franco Berardi. *Generación Postalfa*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2007.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- FÓRUM CENTRO VIVO. *Dossiê de Denúncia: Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo*. 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano. *Que Fazer – Teoria e Prática em Educação Popular*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FREIRE-DOWBOR, Fátima. *Quem Educa Marca o Corpo do Outro*. São Paulo: Cortez, 2007.
- FRENTE 3 DE FEVEREIRO. *Zumbi Somos Nós*. São Paulo: Programa para Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), Secretaria Municipal de Cultura, 2006.
- GRUPO CONTRAFILÉ. *A Rebelião das Crianças*. São Paulo: Programa para Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), Secretaria Municipal de Cultura, 2007.
- GRUPO DE ARTE CALLEJERO (GAC). *Pensamientos Cartograficos*. In: Catálogo Exposição ExArgentina. *Pasos para Huír del Trabajo al Hacer*. Buenos Aires: Interzona/Goethe Institut, 2004.
- HANH, Thich Nhat. *Velho Caminho Nuvens Brancas - Seguindo as pegadas de Buda*. São Paulo: Bodigaya.
- INSTITUTO PÓLIS. *Controle social de políticas públicas: o financiamento do BID para a reabilitação do Centro de São Paulo*. 2008.
- KARA-JOSÉ, Beatriz. *Políticas Culturais e Negócios Urbanos*. São Paulo: AnnaBlume, 2007.
- KUIPERS, Dean. *I am a bullet: scenes from an accelerating culture*. New York: Crown, 2000.
- LAOZI. *Dao De Jing (Tao Te King)*. Tradução de Mário Bruno Sproviero. São Paulo: Hedra, 2007.
- MERMET, Daniel. *Um Debate entre Chomsky e Foucault*. Revista Le Monde Diplomatique, agosto, 2007.
- ROLNIK, Raquel. *Pensar a Cidade como Lugar para Todos*. Entrevista para Revista Getúlio. São Paulo: ano 1, setembro, 2007.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental*. Porto Alegre: Sulinas/UFRG, 2006.
- TIBÚRCIO, Carlos e BAVA, Silvio Caccia. *Entrevista com Milton Santos*. Caderno Especial *Um Outro Mundo Urbano é Possível*, co-edição Instituto Pólis e Le Monde Diplomatique, 2001.

FOTOS

Política do Impossível, Peetssa (“Traga Sua Luz”) e arquivos pessoais.

FOTOS CONFILAND (EM ORDEM DE APARIÇÃO)

Christa Richert

Sanja Gjenero

Iofoto

Lys Moya (www.barrabarra.net)

Jyn Meyer

Rubinho1

Arte.ram/sacc

Miranda Knox

Giorgio-Colin Eaton

Guillermo Stortoni

Trine de Florie (www.deflorie.com)

Iofoto

Miguel Saavedra

Doru Dupeanu

Corbis/Latinstock

Penny Mathews

VictorWards-Ivan Freaner

Daniel Camilleri

**www.politicoimpossivel.org
politicoimpossivel@gmail.com**